



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Larissa do Livramento Pereira

**A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da
longa jornada de trabalho**

Florianópolis

2020

Larissa do Livramento Pereira

**A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da
longa jornada de trabalho**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Larissa

A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho / Larissa Pereira ; orientadora, Célia Regina Vendramini, 2020.

163 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Trabalho e Educação; . 3. Migração. 4. Jornada de Trabalho. 5. Educação de Jovens e Adultos. I. Regina Vendramini, Célia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Larissa do Livramento Pereira

**A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da
longa jornada de trabalho**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Dra. Célia Regina Vendramini (Presidente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Dra. Lígia Regina Klein.
Universidade do Federal do Paraná (UFPR)

Prof.(a) Dra. Sônia Maria Rummert.
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.(a) Dra. Sandra Dalmagro.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a). Dra. Célia Regina Vendramini

Orientadora

Florianópolis, 2020.

Brasil amado não porque seja minha pátria,

Pátria é acaso de migrações e do pão-nosso
onde Deus der...

Brasil que eu amo porque é o ritmo do meu
braço aventureiro,

O gosto dos meus descansos,

O balanço das minhas cantigas amores e
danças.

Brasil que eu sou porque é a minha expressão
muito engraçada,

Porque é o meu sentimento pachorrento,

Porque é o meu jeito de ganhar dinheiro, de
comer e de dormir.

Mário de Andrade,

Fragmento do poema *O poeta come amendoim.*

Dedico este trabalho a todos os migrantes que resistem para conseguir trabalhar e estudar, em especial aos que cursam a Educação de Jovens e Adultos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Célia Regina Vendramini por toda paciência, dedicação e carinho dirigidos a mim e a este trabalho.

À banca examinadora da dissertação, professoras Lígia Regina Klein, Sandra Luciana Dalmagro, Sônia Maria Rummert e Soraya Franzoni Conde, obrigada pela disposição, leitura, contribuições e considerações.

Agradeço à professora Soraya Franzoni Conde pela orientação de 2014 até minha banca no mestrado, suas contribuições sempre foram de grande valia.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa e a oportunidade de dedicar-me exclusivamente à pesquisa.

Agradeço aos meus amigos por me ouvirem, pelos conselhos e por toda ajuda.

Aos colegas do PPGE, em especial à turma da qual fiz parte, por todo debate construtivo, muito obrigada.

Agradeço aos grupos de pesquisa que faço parte, Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) e o grupo de pesquisa Migração e Educação, esse trabalho só existe mediante as discussões e análises coletivas. A pesquisa coletiva tem muita força, obrigada por compartilharem isso comigo.

Agradeço à Aline, minha companheira, por todo apoio e incentivo.

Por fim, agradeço imensamente minha mãe, por tudo. Se eu cheguei até aqui foi porque ela sempre resistiu e lutou.

RESUMO

A presente dissertação busca analisar como se configuram as relações entre jornada de trabalho e escolarização na trajetória de migrantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Florianópolis/SC. A opção teórico-metodológica que embasa o presente projeto parte dos pressupostos do materialismo histórico dialético, os quais guiaram as reflexões sobre a (im)possibilidade de conciliação do tempo-trabalho e do tempo-escola na vida do trabalhador migrante. Partimos da análise da exploração do trabalho por meio de uma jornada que implica o trabalho necessário e o trabalho excedente para a produção de valor, a qual expressa a extensão e intensificação do trabalho, restando pouco tempo para a dedicação aos estudos. Como procedimentos de pesquisa utilizamos de levantamento e tabulação de fichas de matrícula de todos os estudantes da EJA do município. A partir da análise inicial dos dados selecionamos o núcleo de Ingleses para a realização da pesquisa, devido ao seu alto índice de estudantes migrantes (mais de 60%). No núcleo selecionado mapeamos os estudantes migrantes, realizamos grupos focais e entrevistas individuais. A análise se pautou nas categorias expropriação, reprodução social, migração e escolarização. A pesquisa demonstra que a inserção precoce no mercado de trabalho e a longa jornada se colocam como impedimento para a conclusão da escolaridade. Os participantes da pesquisa tem como especificidade, além da condição de migrante, o trabalho temporário, informal, inseguro, sem direitos, com longa jornada – chegando a mais de 14 horas por dia, mais de um vínculo empregatício e uma trajetória permeada por mudanças de cidade, de moradia e muitas vezes de modo de vida. Para permanecer na escola os trabalhadores migrantes precisam escolher qual aspecto de sua vida pode ser sacrificado, como o tempo de descanso e lazer. Sobre as expectativas educacionais, estas se colocam no campo da idealização, sendo a escola vista como a promessa de um futuro melhor.

Palavras-chave: Trabalho e Educação; Expropriação; Migração; Jornada de Trabalho; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to analyze how the relations between working hours and schooling are configured in the trajectory of migrants enrolled in Youth and Adult Education (EJA) in the city of Florianópolis / SC. The theoretical-methodological option that underlies the present project is based on the dialectical historical materialism, which guided reflections on the (im) possibility of reconciling work-time and school-time in the life of migrant workers. We start from the analysis of labor exploitation through a journey that implies the necessary work and the surplus work for the production of value, which expresses the extension and intensification of the work, leaving little time for dedication to studies. As research procedures, we used the survey and tabulation of enrollment sheets of all EJA students in the municipality. From the initial analysis of the data, we selected the English core to carry out the research, due to its high rate of migrant students (more than 60%). In the selected nucleus, we map migrant students, conduct focus groups and individual interviews. The analysis was based on the categories of expropriation, social reproduction, migration and schooling. The research shows that the early insertion in the job market and the long journey are an impediment to the completion of schooling. The research participants have the specificity, in addition to being a migrant, of temporary, informal, insecure work, with no rights, with a long journey - reaching more than 14 hours a day, more than one job and a trajectory permeated by changes in city, housing and often way of life. In order to remain in school, migrant workers need to choose which aspect of their lives can be sacrificed, such as rest and leisure time. Regarding educational expectations, these are placed in the field of idealization, with the school being seen as the promise of a better future.

Keyword: Work and education; Migration; Youth and Adult Education; Expropriation; Working hours;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO	17
1.1 A MIGRAÇÃO ONTEM E HOJE – EXPROPRIAÇÃO COMO PILAR DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	24
1.2 MIGRAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	33
2 A EJA E OS ESTUDANTES MIGRANTES	44
2.1 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	46
2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA	51
2.2.1 Os módulos	54
2.2.2 A educação por meio das pesquisas	56
2.2.3 Diários, horas não presenciais e oficinas	58
2.3 A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NA “ILHA DA CORRERIA”	62
2.3.1 EJA Norte	73
2.3.1.1 EJA Ingleses	77
3 MIGRANTES, TRABALHADORES E ESTUDANTES: AS (IM)POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO DO TEMPO A PARTIR DA JORNADA DE TRABALHO	92
3.1 AS DIFERENÇAS E SIMILITUDES DO MIGRAR	93
3.1.1 Mulher, nordestina e mãe: a trajetória da Luíza.	93
3.1.2 De grevista a “profissional liberal”: a trajetória de José.	95
3.1.3 “Pátria é acaso de migrações e do pão nosso onde Deus der.”	96
3.2 TEMPO E JORNADA DE TRABALHO	99
3.3 JORNADA DE TRABALHO EM MARX	102
3.4 JORNADA DE TRABALHO ONTEM E HOJE	106
3.5 A EJA PARA OS MIGRANTES	124
3.6 A LUTA HOJE	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICES	146
ANEXO	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2018.

Gráfico 02: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2019

Gráfico 03: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2018.

Gráfico 04: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2019

Gráfico 06: Estudantes nativos e migrantes na EJA Norte I - 2018.

Gráfico 07: Estudantes nativos e migrantes na EJA Norte I - 2019.

Gráfico 08: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2018.

Gráfico 09: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2019.

Gráfico 10: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2018.

Gráfico 11: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA - Instituto de pesquisa Econômica Aplicada

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se refere à realidade dos trabalhadores migrantes que estudam na Educação de Jovens e Adultos no município de Florianópolis/SC. Dedicou-se a compreender as contradições em torno das (im)possibilidades de conciliação do tempo-trabalho e do tempo-escola na vida do trabalhador migrante, considerando sua jornada de trabalho.

A aproximação com o tema de pesquisa remete à minha formação, em particular o curso de história, onde tive a oportunidade de realizar o estágio obrigatório em um núcleo de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O referido núcleo está localizado no bairro Ingleses, norte da ilha de Florianópolis, onde também residi e realizei esta pesquisa. A atuação nesse espaço possibilitou minha reflexão sobre os sujeitos que estão inseridos nessa modalidade de ensino. Pesquisando sobre o bairro e em diálogos informais com os estudantes, percebi o alto número de migrantes que residiam na região atendida pelo núcleo. Durante a graduação também participei, como bolsista de iniciação científica, de pesquisas que se ocupavam da juventude pobre e sua relação com a escola¹, sendo uma das escolas da pesquisa um núcleo da EJA, na região central da cidade, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT), no qual sou integrante desde 2014. Os dados produzidos pela equipe do TMT deram base ao meu trabalho de conclusão de curso (TCC) na graduação em história².

Nesta pesquisa, realizada por uma equipe de professores, mestrandos, doutorandos e graduandos, evidenciou-se a necessidade dos estudantes de trabalhar, seja para manutenção da subsistência da família ou dos seus gastos pessoais, o que compromete os estudos e o tempo de descanso lazer. Observamos a dificuldade para conciliar estudo e trabalho, o constante estado de cansaço e sono, a falta de ânimo na escola e as dificuldades de concentração, as quais se tornam obstáculos para o devido acompanhamento das aulas. As condições precárias da produção e reprodução da vida do trabalhador-estudante deixam o estudo em segundo plano.

Minha trajetória demonstrou na empiria a necessidade de apreender e analisar as relações estabelecidas por esses migrantes com a escola e com o mundo do trabalho. Dessas

¹ A referida pesquisa, coordenada pela professora Luciana Pedrosa Marcassa, intitulada *Juventude pobre e escolarização: relações com a escola e a cultura em territórios de precariedade*, investigou as relações da juventude do Maciço do Morro da Cruz (MMC), Florianópolis – SC com a escola, com o trabalho e com a cultura e foi desenvolvida entre os anos de 2014 e 2017 pela equipe do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/CED).

² Trabalho de conclusão do curso de história da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o título: *Juventude nas periferias urbanas: relações entre trabalho, escola e cultura no Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis-SC*. A pesquisa buscou compreender as relações estabelecidas entre trabalho, cultura e educação dos estudantes matriculados em escolas do Maciço do Morro da Cruz. Defendido em junho de 2018.

experiências pude perceber que o estudante da EJA é, especialmente, o sujeito que não se enquadra nos padrões e metas estabelecidos pelo sistema regular de ensino e os motivos que o afastaram do ensino regular podem ser encontrados na contraditória relação entre capital, trabalho e educação.

O anseio por encontrar um local onde pudesse realizar debates críticos, de cunho marxista, levaram-me a procurar o Núcleo TMT, ainda na graduação. Meu interesse pela área educacional sempre foi grande e, antes de fazer parte da equipe como bolsista do núcleo, fui participante independente, enquanto atuava no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Da trajetória brevemente apresentada, particularmente a aproximação com a realidade da EJA e os estudos no núcleo TMT e no grupo de pesquisa Migração e Educação³, fui construindo coletivamente uma abordagem da problemática da migração. No contexto do modo de produção capitalista, a migração é uma das expressões das expropriações geradas pelo capital, as quais separam os trabalhadores dos meios de produção da vida. Dessa forma, o migrante sofre diversas expropriações: do trabalho, do seu local de moradia, da escola, dos hábitos e costumes, da língua, dos direitos etc.

A migração, na aparência, se apresenta como uma escolha, uma escolha na luta por uma vida mais digna. Na essência, a migração não é uma escolha, mas a única possibilidade para muitos trabalhadores de reprodução da vida no contexto capitalista. Os migrantes são forçados a deixarem seu local de origem visando a sobrevivência e compõem o *exército industrial de reserva*, nos termos de Marx (2014), disponível para a exploração por parte do capital. Dessa forma, a migração é condição *sinequanon* para a reprodução da força de trabalho e do sistema capitalista. As expropriações da classe trabalhadora, desde a acumulação primitiva – expropriação de bens, terras, direitos – propiciam alavancar o aumento das taxas de lucros.

Nossa pesquisa evidenciou que os migrantes da EJA Florianópolis destacam-se por: 1) frequentemente possuir mais de um vínculo empregatício; 2) longa jornada de trabalho (chegando a 12 horas/dia); 3) histórico de vida marcado por diferentes processos migratórios; percurso escolar marcado por interrupções e descontinuidades. Os desenraizados, aqueles que foram arrancados de seu local de origem, vivem em constante provisoriade, ao lado da crescente redução nos postos de trabalho, o que torna a migração ainda mais insegura. Migrar não garante trabalho e, sem trabalho, estes sujeitos necessitam migrar novamente. Neste sentido, os profissionais da EJA de Florianópolis afirmam que o inverno é um impeditivo para

³ Grupo coordenado pela professora Célia Regina Vendramini e vinculado ao Núcleo TMT.

a permanência de muitos migrantes na região, visto que, além das dificuldades e custos com o clima frio, diversos trabalhos que acompanham a temporada acabam. A solução é migrar novamente.

Para os que conseguem permanecer em Florianópolis, durante e após a temporada, o trabalho encontrado é cansativo, com longa jornada e baixo salário, assim, muitos precisam trabalhar em mais de um local, em grande parte na informalidade. Essa realidade soma-se às atividades domésticas, em geral desempenhadas por mulheres. Ainda assim, nossa pesquisa revelou que, na ausência ou impossibilidade da realização das tarefas domésticas por mulheres, muitos homens jovens cumprem esse papel.

A exploração precoce da força de trabalho é um dos pilares do afastamento escolar da criança e do adolescente, seja ele remunerado ou não. A atividade do trabalho, que será motivo para o retorno à escola, novamente concorre com o estudo, por meio das longas jornadas de trabalho vivenciadas pelos migrantes. Pesquisas como a de Frochtengarten (2009), Vendramini (2016; 2018), Klein e Cavazotti (2012), Silva (2019), Marcassa, Conde, Dalmagro (2019) e D'Agostini, Marcassa e Júnior (2017) evidenciam a relação entre baixa escolarização, ocupação em trabalhos simples e mal remunerados e longas jornadas.

Fundamentada nas pesquisas e discussões apresentadas, a problemática do presente projeto se refere à compreensão, no âmbito das migrações internas e dos motivos que levam os trabalhadores a migrarem para a capital catarinense⁴, da conexão estabelecida entre a jornada de trabalho e o tempo destinado aos estudos. Pretendemos analisar a especificidade da classe trabalhadora migrante da ilha de Florianópolis e seu vínculo à Educação de Jovens e Adultos como expressão da situação da classe trabalhadora em âmbito geral. A pergunta que move a pesquisa é: quais as (im)possibilidades de permanência dos estudantes trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho?

De acordo com a problemática desta dissertação, nosso objetivo geral visa analisar o tempo destinado para a escolarização com base na jornada de trabalho dos migrantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis/SC. Quanto aos objetivos específicos procuramos: 1) Analisar a relação que se estabelece entre migração, trabalho e escolarização; 2) Mapear a presença de migrantes na Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis; 3) Identificar as ocupações dos migrantes e sua jornada de

⁴ O Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que Florianópolis contraria as estatísticas de perda populacional da maioria das cidades do estado. No ano de 2010 foi a segunda mesorregião com maior recebimento de migrantes, tanto de outros municípios quanto de outros estados.

trabalho; 4) Avaliar o tempo dedicado aos estudos na trajetória dos migrantes que frequentam a EJA.

Explicitamos que um dos pilares desta pesquisa está assentado na condição de classe dos migrantes pesquisados. A escolha da EJA como local de pesquisa se dá pelo fato de que esta agrupa trabalhadores e migrantes que enfrentaram dificuldades de prosseguir os estudos ou interromperam seu percurso escolar. Ao tratarmos da Educação de Jovens e Adultos, é preciso averiguar a respeito de quais sujeitos estamos nos referindo, suas condições de vida e trabalho, para que possamos compreender a relação que estes estabelecem com a escola.

Devemos ressaltar que a EJA no Brasil é fortemente marcada pelo caráter da certificação, ou seja, pela necessidade objetiva do diploma (RUMMERT; VENTURA, 2007), tanto pela exigência do mercado de trabalho, quanto por medidas socioeducativas. Por conseguinte, a frequência na EJA não garante ao estudante a apropriação dos conhecimentos constituídos como pilares da educação básica.

Rummert e Ventura assinalam que:

Subordinadas à lógica de reorganização do capital, as propostas relacionadas à ampliação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores têm servido:

1) para exercer funções de controle social, mediante o alívio à pobreza, revestindo-se, assim, de um caráter contenedor de insatisfações, proporcionando aparentes soluções dentro da ordem capitalista;

2) como fator de difusão dos valores relativos à competitividade, à empregabilidade e ao empreendedorismo, aos quais está subjacente à crença na individualização da problemática do desemprego e a transferência estrita, para o indivíduo, das iniciativas e responsabilidades referentes à sua situação no quadro societário;

3) à qualificação da maior parte da força de trabalho para exercício do trabalho simples (RUMMERT; VENTURA, 2007, p.41).

Fontes (2018) defende que com a globalização do capital os Estados passam a realizar um duplo movimento: reduzem sua intervenção na força de trabalho empregada e ampliam a contenção dos desempregados, preparando-os para a subordinação direta do capital, a exemplo de políticas que beneficiam o capital ou que visam atenuar revoltas com parcas políticas de distribuição de renda e acesso a serviços. Entretanto, essa preparação perpassa a escola de forma que o Estado assume processos educativos elaborados pelo patronato, tal como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do “Novo Ensino Médio”.

O segundo ponto levantado por Fontes (2018) é a redução dos recursos disponíveis pelo Estado, devido às crescentes parcerias público-privadas e às privatizações de bens e serviços públicos. A legalidade do processo de subordinação do capital é capilar para a internalização do sistema como “natureza das coisas”. (FONTES, 2018, p. 51). Interessa ao capitalismo

contemporâneo não apenas os meios diretos de produção, mas os recursos sociais de produção, ou seja, deter a capacidade de colocar em funcionamento os meios de produção e assim gerenciar a força de trabalho.

A desestruturação dos direitos trabalhistas acelera tal processo, que não é recente. A grande desigualdade no território brasileiro, bem como a falta e/ou ausência de políticas públicas em determinadas regiões do país é histórica. A falta de condições adequadas para sobrevivência, como moradia, água potável, comida, acesso a hospitais e escola, bem como os trabalhos disponíveis, infla os fluxos migratórios a largos passos. O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), revela que, entre os anos de 2005-2010, houve um aumento de 59% no número de imigrantes em Santa Catarina. Indica também que, dos 421.240 habitantes do município de Florianópolis, 50.919 são migrantes recentes. Destacamos o “recente”, pois na história do estado estão presentes os imigrantes do passado, sobretudo do século XVIII e XIX, oriundos de determinadas regiões da Europa, como Portugal, Itália e Alemanha. Ou os migrantes do meio rural que procuraram as cidades, em especial a capital, em meados do século XX.

No que diz respeito às matrículas da EJA, os dados do Censo Escolar de 2015 apresentam uma queda gradativa. O ano de 2010 apresentava 4,2 milhões de matrículas na modalidade EJA; já em 2015, 3,4 milhões, um número 2,8% menor que em 2014. Na pesquisa realizada por Dalmagro, Viglietti, Cataño e Katrein (2019), verifica-se que Florianópolis também está inserida nessa tendência, passando de 6.339 mil matrículas em 2010, para 4.214 em 2015.

Ao abordar a questão da diminuição nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos, as autoras salientam que:

As estatísticas evidenciam a grande quantidade de pessoas em potencial para serem atendidas, o que significa que a queda no número de matrículas não está relacionada com falta de demanda, mas sim com inúmeros outros fatores que contribuem para infrequência e evasão, e que aparecem como principais desafios à EJA, como as jornadas de trabalho excessivas dos alunos, dependência de pessoas para cuidar dos filhos, a localização das escolas, mudança de emprego e horários, problemas familiares, cansaço, fome, timidez, violência urbana e tráfico de drogas, levando a uma discrepância entre demanda, atendimento e certificação em todo país. (DALMAGRO et al., 2019. p. 7).

Ainda assim, a EJA é a opção e a possibilidade acessível a muitos estudantes, em especial, aos migrantes. É o que tem revelado as pesquisas que estamos desenvolvendo sob a coordenação da professora Célia Regina Vendramini. A pesquisa intitulada “Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores” teve início em 2017 e está

sendo desenvolvida junto aos trabalhadores migrantes da Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis/SC. Esta agrega uma equipe de pesquisadores (iniciação científica, mestrado e doutorado) que vem trabalhando coletivamente em torno do referencial teórico de análise, do método e procedimentos de pesquisa, da coleta e análise de dados.

Eu me agreguei à equipe de pesquisa em agosto de 2018, quando iniciei o mestrado no Programa de Pós graduação em Educação (PPGE/UFSC). Embora estivesse ausente nos estudos bibliográficos introdutórios, que dão base teórica às pesquisas⁵, participei de toda a pesquisa empírica. Pude acompanhar os grupos focais, auxiliar na elaboração dos roteiros, verificação e tabulação dos dados das fichas de matrícula e análises coletivas dos materiais. Dessa forma, o grupo compartilha de dados coletados e tabulados, onde cada estudante tem sua pesquisa individual, produzindo outros dados complementares. No caso desta pesquisa, como relatarei abaixo, alguns dados foram recolhidos pelo grupo e outros são específicos desta dissertação.

A equipe de pesquisa recolheu e sistematizou os dados das fichas de matrícula referente aos anos de 2018 e 2019 de todos os Núcleos de EJA do município de Florianópolis e realizou dois grupos focais no Núcleo dos Ingleses (bairro no Norte da Ilha) – escolha que se deu pelo alto número de estudantes migrantes matriculados.

A partir de procedimentos de levantamento e tabulação dos dados das fichas de matrícula gerais, totalizando 904 migrantes em 2018 e 974 em 2019, constatamos que dos matriculados em 2018 em todo o município de Florianópolis, 47% são migrantes de fora da região metropolitana da Grande Florianópolis, 6% são migrantes da região metropolitana da Grande Florianópolis, 2% são de estado estrangeiro, 15% não consta a informação e apenas 29% são nativos. Agrupando migrantes da Grande Florianópolis, migrantes de outras regiões e de estado estrangeiro obtemos o total de 55%. Ou seja, mais da metade dos estudantes matriculados na modalidade EJA, em 2018, eram migrantes.

Com base nas fichas de 2019 e realizando os mesmos procedimentos, concluímos que 51% são migrantes de fora da região metropolitana da Grande Florianópolis, 7% são migrantes da região metropolitana da Grande Florianópolis, 1% são de estado estrangeiro, 12% não consta a informação nas fichas de matrícula e 29% são nativos. Com a mesma soma chegamos a um resultado de 59% de migrantes, um aumento de 3% em relação ao ano de 2018.

O alto número de migrantes com baixa escolaridade denota o caráter da fração de classe presente, fruto de “uma potência expropriadora que fundamenta a subordinação permanente,

⁵ No grupo de estudos alguns textos que já haviam sido estudados foram retomados e individualmente busquei estar a par da discussão do grupo.

intensa e extensa da força de trabalho” (RUMMERT, ALGEBAIL, VENTURA, 2013, p. 735). Migrantes que chegam à capital catarinense para ocupar postos de trabalhos simples e precários, terceirizados, quarteirizados, com subcontratação, trabalho domiciliar e as mais diferentes estratégias de “expropriação dos direitos do trabalho” (RUMMERT, ALGEBAIL, VENTURA, 2013, p. 719). A centralidade do trabalho e, conseqüentemente, da jornada de trabalho, nos permite analisar as múltiplas dimensões da situação da classe trabalhadora na atualidade, em um contexto que migrar deixou de ser exceção e passou a ser a regra.

A coleta dos dados das fichas de matrícula evidencia a região do norte da ilha, em especial o bairro Ingleses, como de forte atração para os migrantes. Sendo este, portanto, nosso campo de pesquisa. O bairro, além de belo, com praias e conhecido por sua água mais aquecida, conta com moradias mais baratas, se comparado com outras regiões da ilha, ou mesmo com bairros da mesma zona norte, a exemplo de Jurerê Internacional. Considerando o turismo na região, o crescimento do bairro e, conseqüentemente, a ampliação da infra-estrutura e serviços, há uma possibilidade maior de oferta de trabalho, em especial na temporada de verão, em ocupações em grande parte informais e/ou precarizadas. A urbanização em Florianópolis pode ser compreendida tomando de empréstimo o conceito de *urbanização corporativa*, formulado pelo geógrafo Milton Santos:

(...) a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das conseqüências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. (...) as cidades, e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia (SANTOS, 1993, p. 95).

Durante o século XX esse processo urbanizatório se intensifica, deslocando grandes contingentes populacionais do campo para a cidade. Podemos afirmar que o modelo de urbanização brasileira foi influenciado pela lógica fordista e fortemente marcado pela desigualdade e segregação. A segregação decorrente do processo de urbanização brasileira faz com que as camadas mais vulneráveis da população vivam longe dos centros, em busca de moradias mais baratas e, portanto, afastados dos bens e serviços acumulados na região central, bem como do próprio local de trabalho. “Dessa forma, a cidade espraiada é, ao mesmo tempo,

causa e efeito da especulação, e a organização nas cidades obedece a essa lógica de segregação e desigualdade sócio-espacial.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2016)

Ao analisar os dados das fichas de matrícula dos estudantes da EJA de Florianópolis encontramos facilmente a correspondência desta forma de organização espacial e os locais da cidade que mais abrigam migrantes, tendo em vista que esse grupo é segregado por diversos motivos, entre eles sua condição de classe, raça, etnia e seu local de origem.

A partir da exposição sobre os estudos e a pesquisa empírica desenvolvida pelo grupo de pesquisa, os quais comporão as análises apresentadas nesta dissertação, sintetizamos abaixo o caminho metodológico de nossa pesquisa.

A opção teórico-metodológica que embasa este trabalho parte dos pressupostos do materialismo histórico dialético, tendo o trabalho como categoria central para a compreensão da produção e reprodução da vida humana, visto ser a atividade do trabalho responsável pela satisfação das infinitas necessidades humanas e a possibilidade do ser humano relacionar-se com seus pares e com o meio que o envolve⁶.

Como já assinalado e em coerência com o método, buscamos articular dialeticamente a particularidade e a universalidade no estudo sobre os trabalhadores migrantes na EJA:

A categoria migração, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, permite apreender o processo migratório em suas múltiplas determinações (econômicas, sociais, culturais, territoriais), enquanto particularidade e universalidade e para além do fenômeno aparente e imediato. (VENDRAMINI, 2018, p. 247).

A partir dos elementos apresentados, a estruturação metodológica da pesquisa constitui-se da seguinte forma:

- A) A primeira etapa diz respeito à revisão e sistematização da bibliografia existente sobre o tema, prezando a relação entre o particular e o universal, orientada pelas seguintes categorias de análise: expropriação, migração, jornada de trabalho e escolarização. Os autores cujo trabalho darão sustentação a essas categorias são: Marx (2014); Engels (2010); Harvey (2013; 2014); Thompson (1999); Fontes (2010);

⁶ Vivendo em grupos os seres humanos desenvolveram suas funções cerebrais e habituaram-se “a explicar o seu agir a partir das suas necessidades” (ENGELS, 1990. p. 78). Sendo também animais, o que diferencia o homem - entendido como gênero humano - do restante dos animais é especificamente a ação consciente do trabalho. A ação teleológica é inerente ao ser humano e faz parte de sua complexa estrutura do pensar. Os animais se utilizam da natureza por instinto, enquanto os homens a dominam e a transformam de acordo com suas necessidades, através da atividade do trabalho. Os efeitos sociais da intervenção humana na natureza podem ser analisados através do desenvolvimento histórico da humanidade e com isso estabelecer os nexos causais e as consequências de determinada ação humana na sociedade.

Oliveira (1976); Silver (2005); Vendramini (2016; 2018); Klein e Cavazotti (2012); Rummert (2007); Frochtengarten (2009).

- B) A segunda etapa consiste em quantificar os estudantes nativos e migrantes matriculados, tendo como base documentação oficial da Prefeitura municipal de Florianópolis (PMF), particularmente as fichas de matrículas dos estudantes da Educação de Jovens de Adultos e outros documentos internos de cada Núcleo.
- C) Tabelar e cruzar os dados extraídos das fichas de matrículas de todos os Núcleos de EJA para estabelecer o núcleo mais adequado a ser aprofundada a pesquisa, assim como ter uma dimensão mais qualificada do fenômeno na cidade de Florianópolis.
- D) Realização de grupos focais com estudantes migrantes de um núcleo de EJA, visando compreender as origens, os motivos da migração e as condições de vida, de trabalho e de escolarização desses estudantes.
- E) Realização de entrevistas individuais.
- F) Diagnóstico da relação que os estudantes migrantes estão estabelecendo com o processo educacional e o tempo dedicado a este processo a partir de sua jornada de trabalho. Com base nos grupos focais e nas entrevistas realizadas e buscando reconhecer os motivos vinculados à volta aos estudos, foi realizada a interconexão destas entrevistas com pesquisas já realizadas e com o embasamento teórico da primeira etapa, que buscou uma análise crítica do fenômeno, levando em consideração a relação particular e universal.

A estruturação metodológica dos dois grupos focais tiveram como base Gaskell (2008). Para o autor, o objetivo do grupo focal está em possibilitar e valorizar diferentes expressões de sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes, de forma a gerar diálogos frutíferos sobre determinado assunto e diversidades de respostas.

Os grupos focais foram organizados por dois objetos específicos. O primeiro, datado do dia 7 de novembro do ano de 2018, focou na vida, no trabalho e na escola antes da migração. O segundo grupo tratou da vida, de trabalho e da escola em Florianópolis e ocorreu no dia 13 de novembro (os roteiros constam nos apêndices). As participações foram voluntárias. Nos dois grupos estavam presentes dezesseis estudantes, do 1º e 2º segmento, todos migrantes. No primeiro contamos com a participação de uma professora da instituição, também migrante, nascida em Salinópolis, no Pará, a qual morou em Belém e Capanema, antes da vinda para Florianópolis⁷. Os grupos focais seguiram roteiros pré-estabelecidos, foram dirigidos e

⁷ Os dados referentes a ela não foram contabilizados junto aos dos estudantes, dado o recorte perseguido.

acompanhados por quatro membros da equipe de pesquisa, contando com minha participação, foram gravados e fotografados, tiveram a duração de aproximadamente 1,5 horas e foram realizados em uma sala de aula da escola, onde funciona o núcleo EJA-Ingleses. Ao todo, vinte e dois estudantes participaram dos grupos focais.

Com as cadeiras em círculo, o primeiro grupo iniciou com a explicação dos objetivos da pesquisa, seguindo para uma dinâmica que visou marcar no mapa do Brasil o estado de origem e as migrações até Florianópolis. O grupo focal seguiu o horário da escola, parando no intervalo, onde jantamos com os estudantes. O segundo dia de entrevista seguiu a mesma ordem, com exceção da dinâmica do mapa. O roteiro dos grupos focais, das entrevistas individuais e um registro do resultado da dinâmica estão anexados nos apêndices.

Anunciar aqui a realização das entrevistas, quantos e quais foram os entrevistados, o foco/conteúdo da entrevista e a forma de realização delas.

Anunciadas as bases sob as quais esta pesquisa foi constituída, o trabalho estrutura-se da seguinte forma. O capítulo 1 - 'A migração como expressão dos processos de expropriação e exploração' - busca refletir sobre a migração e sua relação com a expropriação e a exploração da jornada de trabalho. Discorreremos sobre os conceitos e categorias centrais que demonstram o processo de longa duração da expropriação articulado à reprodução social e demonstramos a atualidade da questão da migração.

No capítulo 2 discorreremos sobre os desafios da EJA no Brasil e debatemos sobre as especificidades da EJA de Florianópolis. Apresentamos e analisamos os grupos focais e os dados obtidos pelas fichas de matrícula. Constatamos a alta frequência de migrantes na EJA do bairro Ingleses, onde a maior parte dos estudantes trabalha e estuda e os que não trabalham precisam e estão em busca de trabalho.

No capítulo 3 - 'Migrantes, trabalhadores e estudantes: as (im)possibilidades de conciliação do tempo a partir da jornada de trabalho' - tivemos como objetivo compreender a jornada de trabalho em Marx e como esta se configura hoje, adentrando a trajetória dos entrevistados. Buscamos analisar como jornada de trabalho e EJA se relacionam na vida desses estudantes. Ademais, refletimos brevemente sobre o local da luta pela regulamentação e redução da jornada nos dias de hoje.

1 A MIGRAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Neste capítulo apresentamos uma análise sobre a atualidade das migrações como expressão do processo histórico de expropriação e exploração, pautada no materialismo histórico dialético, tomando como base Marx (2014), Engels (2010), Harvey (2013; 2014), Thompson (1999), Oliveira (1976), Silver (2005), Vendramini (2016; 2018), Klein e Cavazotti (2012), aliado aos dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A migração como expressão da expropriação é um distintivo do modo de produção capitalista. Ela se revela a partir da acumulação primitiva, onde milhares de camponeses foram arrancados de suas terras, obrigados a venderem sua força de trabalho como única posse, enquanto assistiam as antigas propriedades transformando-se em pastagem para animais e tornando-se posses de grandes latifundiários. E evidencia-se nas características do fenômeno migratório na atualidade, onde a mundialização do capital impele os trabalhadores a vagarem de um lugar para outro em busca de vender sua força de trabalho, em quaisquer condições.

A migração na atualidade vem implicando novas configurações da ordem social hegemônica, pois aumenta a demanda de acesso a bens e serviços públicos pelos migrantes – como a educação - e acelera o crescimento do exército industrial de reserva⁸, ampliando a concorrência por vagas já existentes no mercado de trabalho. Tanto migrações externas como internas, dentre elas permanentes, sazonais, entre campo e cidade, entre cidade e cidade, são a regra na vida de uma fração substancial da classe trabalhadora.

O debate sobre os motivos e origens do movimento migratório é vasto e diverso. Diferentes autores se dedicaram a compreender a migração, como Singer (1980), Lee (1980), Simmons (1991), de diferentes perspectivas, como marxistas, pós-modernas, neo-clássicas, pós-industriais, aliadas à teoria da modernização, etc. A dificuldade em mensurar e adentrar as

⁸ Neto (2013) dedicou-se ao estudo do conceito e mensuração do exército industrial de reserva, baseado na teoria marxista e o define como a parte da “população trabalhadora que não é empregada pelo capital, mas que lhe está disponível para ser empregada. Ele é formado a partir do progresso das forças produtivas, uma vez que este faz aumentar a proporção entre meios de produção e força de trabalho, o que tem como consequência uma queda da demanda do capital por força de trabalho. A magnitude da acumulação de capital faz com que fileiras deste exército sejam recrutadas quando a acumulação de capital aumenta, e que sejam engrossadas quando esta diminui.” (NETO, 2013. p.8)

causas e consequências do movimento migratório está na pluralidade do fenômeno, tanto a respeito do recorte histórico, como do recorte geográfico, de classe, raça/etnia, gênero e outras variantes.

Contudo, os estudiosos da migração tendem a concordar que, independente do contexto, as migrações ocorrem em busca de uma melhor condição de vida. Seja dos camponeses expulsos de suas terras, seja das migrações para dar prosseguimento aos estudos, seja para buscar novos lugares para vender sua força de trabalho, seja como refugiado.

Compreendemos que o materialismo histórico dialético nos possibilita uma apreensão do fenômeno com maior interação das variantes e determinantes possíveis. Tendo a dialética como metodologia que auxilia a compreensão da realidade concluímos que o processo de migração tem como plano de fundo as relações sociais em que o sujeito está inserido. Dessa forma, reconhecemos a existência da migração anterior ao capitalismo, porém consideramos suas especificidades no capitalismo.

No contexto do capitalismo mundializado, a produção flexibilizada é um dos elementos fundamentais na explicação do modo como se apresentam as migrações. Isso não exclui a decisão individual ou familiar sobre a migração. Em algum momento, o sujeito decide migrar. Entretanto, essa decisão é, inevitavelmente, baseada na conjuntura social e econômica na qual está inserido. Em outras palavras, as migrações são sempre historicamente condicionadas e não podem ser separadas de uma análise que considere o particular e o universal. Esses elementos são base para a compreensão e análise das migrações de forma dialética, não desprezando a ação do sujeito. Ainda assim, em última instância, não haveria como desconsiderar a existência de fatores estruturais. Afinal, a crescente precarização dos trabalhos sem contrato, intermitentes, flexíveis, temporários provocam:

A maior mobilidade dos trabalhadores entre setores de produção e locais de trabalho. Nesse contexto, a ideologia do indivíduo empresário de si mesmo ganha força, ele precisa se destacar, buscar um diploma, ter um seguro saúde, aposentadoria, carro ou moto própria... para ter condições de competir com outros empresários de si mesmos. Além disso, o trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho. E tem um agravante ainda, visto que ele já não encontra um lugar seguro para se fixar, tendo que se deslocar com mais frequência, exigindo desprendimento e adaptabilidade, ou seja, capacidade de submeter-se ao novo (VENDRAMINI, 2018, p. 241).

Dessa forma, afirmar que na atualidade as migrações ocorrem sob domínio do capital, sendo necessário entender o padrão de acumulação vigente para compreendê-las em sua essência, não significa negar os deslocamentos compulsórios, as redes de sociabilidade e outras

variantes (OLIVEIRA, 2009). Ademais, para a compreensão da migração é necessário associá-la ao processo de expropriação, que foi base para a instituição e consolidação do modo de produção capitalista e ainda hoje serve para sua manutenção e retroalimentação. Autores como Fontes (2010) e Harvey (2014) se debruçam sobre as atuais formas de expropriação da classe trabalhadora e afirmam que a expropriação da terra foi a base para a criação das relações sociais capitalistas e perdura até a atualidade.

Por mais que esteja na ordem do dia, a migração é um fenômeno histórico presente nas mais diversas temporalidades. Desde a antiguidade, ou ainda, da chamada pré-história, os seres humanos se moviam em busca de satisfazer suas necessidades básicas. A migração era necessária à sobrevivência e hoje ainda é, porém, sob outra perspectiva. A constituição e consolidação do modo de produção capitalista alterou o sentido do trabalho e com ele as motivações, formas e destinos da migração.

Em busca de satisfazer suas necessidades o ser humano complexificou cada vez mais suas relações interpessoais e seu contato com a natureza. Isso ocorre pela atividade do trabalho. Afirmamos que o trabalho é a primeira necessidade humana e é por meio deste que o homem se humaniza. Ou seja, o ser humano é produto do seu próprio trabalho. Engels, em seu célebre texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, aponta que:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1999, p. 4.)

Sendo assim, a migração deve ser analisada alinhada à necessidade do trabalho, como afirma Alcubierre (2017, p. 48): “no formato social construído na sociedade moderna do e para o capital, o trabalho é fator central no movimento migratório dos trabalhadores no mundo”. Da mesma forma, o trabalho na sociedade capitalista deve ser compreendido como parte da “acumulação do capital e, portanto, multiplicação do proletariado.” (MARX, 2014, p. 837). Por isso, “esta forma histórica – o capitalismo – tem, tal como as demais, que ser entendida a partir das relações humanas que a sustentam como tal”. (FIGUEIRA, 1989, p. 41).

A expropriação na acumulação primitiva ocorreu na incipiência da formação do capitalismo. Não eram burgueses expropriando proletários, mas sim a nova relação social que estava provocando a expropriação. Este é um ponto importante, bastante frisado por Marx, em *O Capital*. Isso porque o capitalismo deve ser entendido como estrutura. Ou seja, não é uma

relação individual, mas sim, uma relação social. Marx enfatiza este ponto para que não nos equivoquemos na forma de análise dialética. Assim, os exemplos empíricos são expressão de uma relação e de uma determinada estrutura social. Devem, dessa forma, serem sempre analisados tendo vista o singular, o particular e o universal.

Sendo o trabalho a atividade responsável pela reprodução social dos seres humanos, é primordial a compreensão da dupla face do trabalho no capitalismo. Nesta direção, Frigotto (2005) situa o trabalho como aquele que cria e destrói a vida, isso porque são as relações sociais que determinam a forma como o trabalho se apresenta numa determinada sociedade.

Para Marx, o duplo caráter do trabalho que produz mercadorias é o ponto central tanto para compreensão da Economia Política, quanto para sua crítica. O Capítulo I do Livro I de *O Capital* destaca este ponto quando afirma que a “natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto” (MARX, 2014, p. 119).

É na análise do valor de troca que Marx percebe a existência do valor e do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias e, na economia capitalista, de uma substância do valor caracterizada como trabalho abstrato. A forma com que o duplo caráter do trabalho se expressa na sociedade capitalista está diretamente ligada à escolarização, pois a base para a divisão social do trabalho está ancorada na quantidade de valor cristalizado na mercadoria. Dessa forma, quanto mais especializada a força de trabalho, tão mais valor ela agrega à mercadoria, logo, mais valorizada. Assim sendo, Marx afirma que:

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com o gênero, espécie, família, subespécie, variedade de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. (...) Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se esta diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho (MARX, 2014, p.120).

O trabalho no capital, como produtor de mercadorias, se divide entre trabalho simples e trabalho complexo, base da divisão social do trabalho. O trabalho simples é caracterizado por Marx como de natureza indiferenciada, dispêndio de força de trabalho que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (MARX, 2014, p. 51). Ele é tanto produtor de valor de uso como produtor de valor. Enquanto produtor de valor de uso é tomado

como trabalho abstrato, em seu aspecto quantitativo, parâmetro para medição do dispêndio de trabalho humano. Como produtor de valor está associado ao trabalho concreto e seus aspectos qualitativos. A forma como o trabalho simples se configura muda de acordo com a divisão técnica do trabalho em contraste com a busca pelo constante crescimento de produtividade, elevado pelo aumento da exploração e dominação do trabalhador. Para o capital, a formação para o trabalho simples é destinada à preparação técnica e ético-política da força de trabalho, assumindo caráter unilateral.

O trabalho complexo é de natureza especializada e conta com maior dispêndio de formação, tanto em tempo, quanto em custo. Possui a mesma característica de produtor de valor de uso e valor. Enquanto produtor de valor, o trabalho complexo está associado ao trabalho abstrato e, enquanto trabalho simples potenciado, é considerado na forma social e não individual. Ressaltamos ainda a tendência imposta pelo capital da diminuição do trabalho complexo e do aumento do trabalho simples. Neste sentido, a EJA como instituição educadora faz parte de um projeto amplo do capital em que a baixa escolaridade é funcional à tendência da diminuição do trabalho complexo, aumentando a força de trabalho disponível – exército industrial de reserva - para o trabalho simples e rebaixando os salários. No caso dos trabalhadores migrantes, estes constituem uma reserva de força de trabalho simples, de baixo custo e em grande parte sem qualificação.

Dessa forma, para compreender a EJA é necessário compreender que a diminuição do trabalho complexo visa diminuir os custos da força de trabalho e reduzir o tempo de qualificação. Por isso, afirmamos que a EJA é expressão do descaso com a educação da classe trabalhadora. É importante salientar que o processo de trabalho no capitalismo industrial requer das instituições educadoras uma adequação dos seus conteúdos e métodos. As características necessárias para a reprodução de mais valor na sociedade urbano-industrial deram origem à escola dividida em graus e modalidades. Essa divisão garante, mesmo que de forma indireta, a reprodução da divisão social do trabalho entre aqueles que pensam e os que executam. Ressaltamos ainda que o patamar mínimo e máximo do duplo caráter do trabalho varia de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção industrial de cada contexto sócio-histórico.

A partir dessas explicações, Marx expõe que

Para o processo de produção, é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais

tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor desta força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos (MARX, 2014, p. 355).

Nesta passagem, Marx afirma que o trabalho complexo é o emprego da força de trabalho com custos mais altos de formação e maior tempo empregado. Dessa forma, o trabalho complexo objetiva na mercadoria valores mais altos que o mesmo tempo de trabalho simples. Isso porque existe uma relação direta entre o valor do trabalho complexo e o tempo socialmente empregado na formação de seu executor. Entretanto, essa força de trabalho é também mais cara/valorizada, por isso, o capitalismo está sempre à procura da melhor combinação entre trabalho simples e trabalho complexo para extrair a maior quantidade de mais valor com o mínimo de capital adiantado.

Interessa ao capital ordenar, da forma mais produtiva, o consumo da força de trabalho que realiza o trabalho simples e complexo. A este trabalho interessa, especificamente, que a distinção entre trabalho simples ou complexo esteja sempre vinculada à formação necessária, ou supostamente necessária, à sua execução. Supostamente, porque uma maior formação não garante o trabalho em determinada área e nem uma remuneração correspondente à produção.

No contexto da acumulação flexível, o papel formativo, sobretudo ao longo da vida, tem sido supervalorizado. Ainda assim, a crença de que uma maior qualificação garante um futuro estável ou promissor não se confirma na realidade. O capital necessita que os trabalhadores, ou melhor, uma parte de trabalhadores, possuam algum nível de instrução e estes fragmentos de educação são disponibilizados de acordo com as necessidades atuais do modelo produtivo.

Para além disso, por carregarem a bandeira da importância da educação, as forças dominantes precisam dispor de ofertas educacionais e de certificação para evitar revoltas populares e perda de hegemonia, bem como para educar (disciplinar) a classe trabalhadora de acordo com as necessidades do capital. É o que observamos na Educação de Jovens e Adultos, visto que sua oferta não significa compromisso com a real democratização dos conhecimentos historicamente construídos e muito menos em seu sentido pleno, como potência transformadora e emancipatória para a classe trabalhadora.

A compreensão sobre o trabalho simples e o trabalho complexo nas relações sociais capitalistas, assim como suas demandas de qualificação, é fundamental para a análise das formas atuais de expropriação, as quais geram uma ampla massa de trabalhadores completamente disponíveis ao capital, especialmente para ocupar trabalhos simples que requerem baixa escolaridade e qualificação.

As formas atuais de expropriação vivenciadas pela classe trabalhadora incorporam outros elementos além dos meios de produção, como língua, cultura, hábitos alimentares, escolarização, direitos, como apontam Fontes (2010) e Harvey (2013; 2014). As diferentes formas de expropriações estão diretamente ligadas à exploração, por isso, trabalhamos com este par dialético para melhor análise da problemática.

Compreendemos que é por meio da longa jornada de trabalho e da extração de mais valor que o trabalhador explorado tem seu tempo de vida consumido e extraído de si, onde a maior parte do que é produzido vai para o empregador/proprietário. Sucede-se a exploração por meio da jornada de trabalho aumentada e intensificada pela extração do mais valor relativo e absoluto, em associação com o enfraquecimento dos direitos trabalhistas historicamente conquistados.

O migrante que já foi expropriado dos meios de produção e de subsistência, de seu local de origem, sua família, cultura e hábitos de vida, em busca de uma existência um pouco menos intempestiva, se vê em uma nova região lutando pela sobrevivência, por moradia e acesso às parcas políticas sociais. Além disso, vivencia diversas formas de violência, tanto por parte do Estado, como de setores da sociedade, por meio do racismo e xenofobia.

A expropriação das condições de produção da vida está associada à exploração, por meio do trabalho não pago. O nível de exploração resulta na forma de organização da vida. Por conseguinte, a exploração da força de trabalho por meio da longa jornada de trabalho afasta o sujeito do seu processo escolar, ou dificulta seu retorno à escola.

Como afirma Vendramini (2017), o trabalho é por excelência um meio de inserção social. Por isso,

No vigente modo de produção capitalista, jovens e adultos que não detêm os meios de produção necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, a ausência de trabalho move pessoas para além das fronteiras locais, regionais e até mesmo nacionais. Tal movimento vem se constituindo como “solução” diante de um modo de produção incapaz desde sua origem de absorver toda a força de trabalho disponível (Idem, p. 430).

Estamos de acordo com Frochtengarten (2009) quando aponta que os motivos mais imediatos para os migrantes retornarem à escola habitam a mesma esfera econômica que promoveu a saída de seu local de origem. Ou seja, a escolarização confere um caráter complementar à migração. Neste capítulo, vamos nos debruçar em compreender teoricamente o fenômeno da migração para que possamos averiguar a realidade da capital catarinense.

1.1 A MIGRAÇÃO ONTEM E HOJE – EXPROPRIAÇÃO COMO PILAR DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Nos últimos anos a questão da migração tem sido muito debatida em diferentes âmbitos, tanto migrações internacionais como migrações de refugiados, ou ainda, as migrações sazonais. Seu aumento e seu impacto na realidade de diversos países direcionou para o fenômeno bastante atenção. Segundo relatório publicado pela Organização Internacional de Migração (OIM), no ano de 2019, a imigração/migração internacional em âmbito mundial aumentou 23% em relação ao ano de 2010, atingindo a marca dos 272 milhões de migrantes, em 2019, o que corresponde a 3,5% da população mundial⁹.

No Brasil, a realidade é notável. Uma pesquisa da OMI revelou que entre os anos de 2010-2018 houve um aumento de 20% no número de migrantes estrangeiros no país, chegando a 713 mil pessoas, sendo 207 mil de outros países da América do Sul, sobretudo dos países andinos¹⁰. A mesma pesquisa afirma que 70% de todos os movimentos migratórios na América do Sul são intrarregionais, ou seja, dentro do próprio país.

Como tudo se torna mercadoria sob a ótica do capital, os fluxos migratórios são explorados dentro desta chave. Organismos Multilaterais tem realizado pesquisas a respeito das migrações, com particular interesse em como alcançar seu potencial produtivo. A pesquisa realizada pela ONU (2016) afirma que uma migração bem administrada - ou seja, gerenciada pelos moldes do capital - favorece economicamente países de origem e destino.

De acordo com a análise marxista, o impacto das políticas migratórias gerenciadas será o de minar a posição das classes trabalhadoras em ambas as nações de trabalho e de exportação e exacerbar a megatendência da crescente desigualdade global e nacional que caracteriza o mundo moderno (BARBOSA, 2017, p. 147).

A exemplo, no ano de 2016, o Banco Mundial afirmou que a somatória de dinheiro enviada por migrantes a seus parentes no território de origem chegou a 429 bilhões de dólares. Exemplos como estes demonstram quão interessante é para o capital que os trabalhadores

⁹ Uma breve síntese dos principais dados abordados no documento da OIM foram publicados em português no site das Nações Unidas (ONU). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/oim-migrantes-internacionais-somam-272-milhoes-35-da-populacao-global/> >. Acesso: abril de 2020.

¹⁰ “A América Andina é constituída pelos países da América do Sul atravessados pela Cordilheira dos Andes. São eles: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Chile e Venezuela”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Andina>. Acesso em: dez. 2019.

continuem migrando, pois a migração se constitui como um movimento necessário ao desenvolvimento capitalista.

Uma migração gerenciada pelos moldes do capital expropria os trabalhadores de diferentes formas, aumenta sua exploração e consome sua existência em prol da extração do mais valor. Por inflar as cidades, aumentando o exército industrial de reserva, o potencial de exploração dessa fração de trabalhadores é grande, visto que os migrantes estão em desvantagem em relação aos nativos na competição no mercado de trabalho. É tamanho o potencial de extração do mais valor da força de trabalho do migrante que, no ano de 2019, a Organização Internacional de Migração (OIM) apresentou 13 oficinas pelos estados brasileiros para ‘conscientizar’ o setor privado das possibilidades laborais dos migrantes internacionais.

Ainda assim, a migração sob o domínio do capital carrega o estigma de potencialmente perigosa, porque os migrantes, supostamente, ‘roubariam’ os trabalhos dos nativos, gerando uma forte tendência xenofóbica. Ao mesmo tempo em que a migração é benéfica para o capital, o Estado, uma instituição que historicamente personifica os interesses do capital como seus, regula constantemente as políticas migratórias.

O caso dos Estados Unidos da América (EUA) é emblemático. País que recentemente foi alvo de inúmeras críticas pelas agressivas políticas empregadas para lidar com a população migrante, chegando ao encarceramento de crianças migrantes em jaulas (BBC, 2018)¹¹, separando-as de suas famílias e expondo-as a todo tipo de violência inimaginável, sob o pretexto de proteger o país dos imigrantes. Por outro lado, a população migrante nos EUA é importante para manter a economia do país. Os migrantes estão em ocupações mais precárias, ganham menos, trabalham de forma ininterrupta, não tem direitos trabalhistas, circulam capital pelo consumo e envio de dinheiro ao país de origem. Tudo isso se agrava na situação de ilegalidade. Mesmo assim, o Estado está constantemente em embate com os migrantes/imigrantes. Uma (aparente) contradição que não busca solução para o problema, apenas age na esfera ideológica, utilizando da força de trabalho dos migrantes para elevar as taxas de lucro e atenuando revoltas sociais com políticas que “protegem” o país da migração.

¹¹ Reportagens como as da BBC são apenas exemplos do que foi vinculado pela mídia sobre o sofrimento de famílias, em especial das crianças mantidas em jaulas. Situações como essa demonstram que, para o capital, as vidas são supérfluas e que enormes crueldades que ferem arbitrariamente qualquer possibilidade de vida digna são realizadas em nome da busca do lucro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44532068>; <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44563329>>. Acesso: jan. 2020.

Neste sentido, Mattos (2018, p. 20) afirma que, mesmo que a migração seja um ponto político explosivo, que revela altos índices de racismo e xenofobia, em essência serve para, além de rebaixar o custo da força de trabalho como um todo, “um esforço ideológico para sustentar visões preconceituosas, cujo efeito principal é enfraquecer a unidade do sujeito social classe trabalhadora”.

Com base no materialismo histórico-dialético, consideramos o fenômeno migratório como um processo histórico, decorrente do par dialético expropriação-acumulação enquanto lógica de perpetuação do capital. O lugar do trabalho como motivador e elemento basilar nos motivos da migração, tanto a falta dele no local de origem, como na escolha do novo local de moradia, norteia a migração da classe trabalhadora.

É essencial a compreensão de que as diversas expropriações - da terra, dos meios de subsistência, de direitos, do conhecimento, do modo de vida, etc - por qual passam os trabalhadores no contexto do modo capitalista de produção - mudam drasticamente as formas de produção da vida. A expropriação da terra foi indispensável para o rompimento da pequena propriedade baseada no próprio trabalho e a instauração da propriedade privada fundada no trabalho alheio (MARX, 2014).

As sucessivas expropriações são basilares nos processos migratórios, tanto no início do capitalismo, ao expulsar os camponeses de suas terras e separar os trabalhadores dos meios de produção, como atualmente, onde a expropriação da terra ainda é determinante na migração rural-urbana e a expansão do agronegócio dificulta a produção do pequeno agricultor que se vê pressionado a buscar outras alternativas de vida, migrando para as cidades metropolitanas.

As atuais expropriações, como a crescente perda de direitos trabalhistas e a precarização¹² das formas de trabalho (ANTUNES, 2018; FONTES, 2018), cada vez mais latentes, impelem os sujeitos a migrarem. A falta de perspectiva a curto e médio prazo, o desespero e instabilidade vivenciada pela classe trabalhadora, força o aceite de trabalhos cada vez mais precários, com baixos salários, sem direitos trabalhistas e em qualquer local,

¹² Estamos de acordo com a conceituação feita por Antunes(2018) acerca da precarização do trabalho: “Processo contraditório, a precarização tanto desperta resistências por parte dos trabalhadores quanto, tendencialmente, se apresenta como processo contínuo cujos mecanismos de imposição se entrelaçam com as necessidades permanentes de valorização de capital e autorreprodução do sistema. Nesse sentido, a precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática.” (Idem, p. 160).

implicando diferentes deslocamentos.

A migração e a expropriação, neste sentido, estão intimamente conectadas.

A migração da força de trabalho acompanha o próprio processo de expansão do capital na direção da acumulação, visto que a acumulação capitalista produz uma população supérflua disponível para ser lançada em diferentes locais e ramos de produção. Em outras palavras, a expropriação e o desenvolvimento da maquinaria, intrínsecos ao processo de acumulação capitalista, produz um crescente grupo de trabalhadores desempregados ou subempregados dispostos a trabalhar em qualquer ramo da produção. É este o exército internacional de reserva ou exército de trabalhadores excedentes o qual, ademais, pressiona a redução dos salários dos trabalhadores empregados. (VENDRAMINI, 2018, p.9).

Somente tomando como ponto de partida as expropriações que possibilitam a acumulação de riquezas nas mãos de poucos, o processo migratório pode ser apreendido em sua essência. A migração não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como produto de relações sociais de produção historicamente estabelecidas.

Sob a guarda do capital, às suas necessidades econômicas se sobrepõem as necessidades humanas. O capital necessita de trabalhadores disponíveis, para isso o Estado adquire papel fundamental, pois garante por força coercitiva e jurídica a perpetuação e naturalização da exploração. Tamanha precarização e instabilidade da existência humana “leva o trabalhador a disponibilizar-se a qualquer hora, em qualquer lugar, seja qual for o ramo produtivo, o contrato, o salário pago, às condições e exigências de trabalho, bem como a língua e a cultura do novo local de trabalho e moradia” (VENDRAMINI, 2016, p. 10).

A acumulação primitiva e o estabelecimento do capitalismo como sistema hegemônico mudam a organização social e temporal e, conseqüentemente, as determinações econômicas. No bojo da Revolução Industrial os indivíduos se defrontam com a expropriação das terras, das oficinas e ferramentas de trabalho, da qualificação e habilidades dos trabalhadores, das moradias e da forma de vida que conheciam e estavam habituados. Se veem impelidos a migrar em busca de trabalho, por meio da venda da sua força de trabalho. Essas migrações ocorriam do campo para as cidades, as quais estavam se estabelecendo como pólos produtores.

Marx (2014, p. 836), no capítulo 24 de *O Capital*, intitulado *A assim chamada Acumulação Primitiva*, trata do processo de expropriação, aponta que tal fenômeno não é inédito ao capital, mas que a “estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.” Afirmamos, assim, a historicidade do processo de expropriação dos trabalhadores em que a migração expressa, ontem e hoje, tal processo contínuo.

Isso significa que o fenômeno migratório no capitalismo acompanha o processo de expropriação dos trabalhadores. É resultado da separação dos trabalhadores dos meios de produção e subsistência e torna-se, muitas vezes, aliado do capital, pois aumentando o exército industrial de reserva, acirra a competição entre trabalhadores e força o aceite de formas cada vez mais precarizadas de trabalho.

Marx descreve como a *Poor Law Commissioners* (comissários da Lei dos Pobres), de 1834, deslocava para o Norte o “excesso de população” dos distritos agrícolas ingleses. O chamado “excesso de população” era negociado como carne, carne humana, e eram os fabricantes quem escolhiam os sujeitos que iriam migrar. Os escolhidos eram despachados como mercadorias, com etiquetas e levados em vagões de trem, por via fluvial e até andando. A migração forçada do campo para a cidade se tornou um ramo de comércio e demarca, desde o início do sistema capitalista, um traço da estrutura do capital. É a classe trabalhadora como mercadoria.

Silver (2005), em seu livro *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, descreve que desde sua origem o capitalismo dispensa trabalhadores considerados excedentes e segue assim até a atualidade. A autora defende a tese de que o capital não apenas modifica as forças produtivas e as relações sociais, mais do que isso e por consequência disso, cria um proletariado com as condições objetivas para as lutas entre as classes antagônicas. Ou seja, Silver demonstra que uma das grandes contradições do capital é o inevitável conflito entre classes antagonicamente opostas.

A autora analisa a produção fordista de automóveis e têxteis nos Estados Unidos, desde a metade do século XX, a qual se movia espacial e geograficamente desviando-se dos conflitos com trabalhadores. Ainda assim, "a produção em massa nas indústrias automobilística tendeu a recriar as contradições sociais semelhantes em todos os lugares onde cresceu, e resulta disso que movimentos trabalhistas fortes e eficientes surgiram em praticamente todos os lugares onde a produção em massa fordista se expandiu rapidamente." (Idem, p. 53). Desta forma, o capital provoca conflitos por onde quer que passe, já que sua lógica é, necessariamente, contraditória e exploratória.

Gramsci (1989), em seu texto intitulado *Americanismo e Fordismo*, busca compreender, no interior dos Estados Unidos, o desenvolvimento do americanismo e do regime de produção fordista com suas consequentes implicações no modelo produtivo. A necessidade de validação da produção fordista implica na coerção ideológica, em que os próprios trabalhadores internalizam e disseminam os interesses capitalistas. As inferências do fordismo sobre a vida

do trabalhador englobam a educação, a moral, a sexualidade e a cultura. Ou seja, moldam a consciência do sujeito a fim de adequá-lo ao trabalhador ideal que internaliza a lógica dominante e a defende, bem como se torna passível às ofensivas do capital.

Gramsci (1989) alerta que todas as mudanças do modo de ser e viver em sociedades de classes se realizaram por meio da coerção brutal, do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade. “A seleção ou “educação” do homem apto para os novos tipos de civilização, para as novas formas de produção e de trabalho, foi realizada com o emprego de brutalidade inaudita, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os simplesmente” (GRAMSCI, 1989, p. 393).

Harvey (2013) afirma que em meados dos anos 1960 já experimentaram-se sérios problemas na estrutura fordista. Segundo o autor, a queda da produtividade e lucratividade após 1966 desencadeou um problema fiscal que solapava a credibilidade do dólar como moeda-reserva internacional estável e que a criação do eurodólar foi uma determinante na desestruturação do projeto fordista. Com as crises, inerentes ao capitalismo, o modelo fordista necessitava de mudanças. Utilizando-se da experiência do fordismo organiza-se um novo modelo de produção que visa solucionar os problemas - ao menos provisoriamente -que teriam ocasionado a crise do modelo anterior.

A crise de superprodução do fordismo inaugura a ascensão do chamado toyotismo, onde observamos uma inversão de parte da estrutura fordista. Há, sumariamente, uma alteração na lógica oferta-demanda, passando a ser a demanda quem dita a oferta das mercadorias. Dessa maneira, altera-se toda a rígida estrutura e a necessidade das grandes fábricas, já que a produção em larga escala deixa de ser central e diminui a necessidade de força de trabalho empregada.

Diante disto, para o pleno estabelecimento do toyotismo, é necessário o combate às formas de organização dos trabalhadores, como os sindicatos. O modelo toyotista cria uma forma de dominação total dos trabalhadores - dentro e fora da fábrica, fragmenta a classe trabalhadora, utilizando diferentes formas, tanto pelos altos salários destinados a uma pequeníssima fração da classe trabalhadora, a qual introjeta e defende os interesses da classe dominante e não se reconhece como classe trabalhadora, como pela coerção, controle moral e sexual de toda classe trabalhadora e a disseminação da ideologia burguesa.

A diminuição do número de trabalhadores vem acompanhada da flexibilização do trabalho e, conseqüentemente, dos próprios contratos de trabalho. A instabilidade nos contratos de trabalho forçam o trabalhador a ser multitarefa, facilmente adaptável e descartável. É nesse contexto que o capital se espalha pelo globo, descaracterizando a necessidade do território, que

era basilar ao fordismo. A desterritorialização e a produção por células de trabalho fragiliza a organização dos sindicatos e demais organizações da classe trabalhadora.

Silver (2005) analisa essa realidade e percebe um duplo movimento migratório, tanto do capital, quanto dos trabalhadores. O aumento da organização da classe trabalhadora, em busca de condições mais dignas de trabalho, ocasiona movimentos como greves, manifestações, piquetes, etc. Essas ações, que colocam as classes antagônicas em profundo conflito, são formas de empecilho à extração de mais valor, por isso o capital desloca geograficamente a produção para regiões de menor grau de organização trabalhista e menos direitos. Para que o capital responda às suas crises cíclicas, a mobilização espacial aparece como uma forma de fugir da classe organizada, dificultar sua organização e aumentar a lucratividade do capital.

Os novos arranjos produtivos que buscam solucionar conflitos espraiando a produção de mercadorias pelo mundo fazem parte das estratégias do capital para amenizar suas contradições e prolongar sua existência enquanto sistema hegemônico. Silver (2005) demonstra que a indústria automobilística se desloca dos Estados Unidos para outros países e, cada vez que a classe trabalhadora se organiza e exige melhoria nas condições de trabalho, o capital se move novamente. Para Silver (2005), a síntese dessa reflexão é que a estrutura de mercantilização da força de trabalho e as diferentes expropriações geram, inevitavelmente, conflitos, dado o caráter inverso dos interesses das diferentes classes. Por isso, afirma a autora, “para onde vai o capital, o conflito vai atrás” (Idem, p. 12).

Mesmo submetidos a expropriações, impelidos a migrar, altamente precarizados e explorados na nova região, todo homem, toda mulher e toda criança necessita suprir suas necessidades para a continuação de sua existência. Com o aumento do exército industrial de reserva, também amparado no incremento e estímulo ao uso da tecnologia para o aumento da extração de mais valor, cria-se uma camada populacional totalmente descartável aos atuais moldes da produção flexibilizada, movida pela incerteza e pelo medo.

Grandes contingentes populacionais que migram para outras regiões em busca de trabalho se defrontam com postos de trabalhos cada vez mais precarizados, sem estabilidade e baixos salários, onde a ideia de uma melhor qualificação profissional traz a promessa de melhor trabalho e remuneração. Neste sentido, D’Agostini, Marcassa e Júnior (2017, p. 8) sinalizam, com base nos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2016, que no Brasil há uma “redução de 1,9 milhão de empregos formais, com registro em carteira de trabalho, e o decréscimo de 765 mil postos sem carteira de trabalho assinada (...)”, ao mesmo tempo que o trabalho autônomo cresce em

1,4 milhão e o doméstico em 240 mil”.

Podemos verificar que, mesmo com o aumento da escolaridade dos brasileiros¹³, não está garantido um trabalho estável e amparado nos direitos trabalhistas conquistados. Desdobra-se que, segundo aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego é uma realidade crescente no território brasileiro, faltando trabalho para 26,4 milhões de pessoas em 2018¹⁴ (IBGE, 2019).

Após a eleição presidencial em 2018, a troca de governo no ano de 2019 e as mudanças legislativas nas políticas públicas de proteção ao trabalhador, esse quadro vem se agravando. O dado mais alarmante refere-se à população subocupada, em 2018 eram 26,4 milhões de pessoas subocupadas, em 2019 o número subiu para 28,5 milhões (IBGE, 2019). A população subutilizada e desalentada (que desistiu de procurar emprego) atingiu o recorde desde o início da pesquisa, em 2012. A informalidade também é a maior registrada, de acordo com a PNAD contínua (IBGE, 2019).

Os trabalhadores e suas famílias, submetidos a uma realidade cada vez mais precária, vêem a migração como alternativa e esperança de um novo começo. Porém, ao chegar ao novo destino, são também expropriados de direitos e se deparam “com o mercado como *única instância comum* a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais” (FONTES, 2010, p. 291). As condições que estes dispõem para a manutenção da vida são, em grande medida, precárias, com moradias e saneamento inadequados, transporte público caro, desconfortável, com horários limitados e um dos maiores problemas vividos - a falta de emprego.

Biagioni destaca que até a década de 1970 as migrações internas no Brasil eram, sobretudo, de longa distância. A partir da década de 1980 passam a ser, em grande parte, de curta distância e intra-regionais. Delineia que “após a década de 80 a mobilidade estrutural perdeu força e passou a prevalecer a mobilidade gerada pela competição por vagas já existentes no mercado de trabalho.” (BIAGIONI, s/d, p. 3). O motivo primordial da migração

¹³De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a escolaridade brasileira cresceu no período de 2007 a 2014, com declínio do analfabetismo, aumento da população em idade de 6 a 14 anos na escola e de pessoas de 25 ou mais com pelo menos 11 anos de estudo, passando de 33,6% para 42,5%. Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>. Acesso julho 2019.

¹⁴ O contexto da pandemia do Coronavírus agravou o índice de desemprego no Brasil. Segundo a PNAD contínua, o primeiro trimestres de 2020 alcançou a taxa de de 12,9% (cerca de 13 milhões de pessoas) desempregadas. Os considerados desalentados somaram quase 5 milhões de pessoas e a taxa de subutilização/subemprego foi superior a 24%. Os dados do segundo semestre demonstram um ampliação assustadora no crescimento do desemprego. Na comparação com o primeiro trimestre, a taxa de desocupação subiu de 12,9 % para 13,3%. Dados disponíveis em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

é a busca de emprego e renda, como expressão do desejo de melhores condições de existência.

Dessa forma, as migrações que, por tendência, eram para grandes centros metropolitanos, passam a ter como destino cidades médias e serem cada vez mais de curta duração. (IBGE, 2009). No Brasil, a partir dessa data, “os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão”. (IBGE, 2009. p.11). Por conseguinte, o processo de distribuição espacial que se mantinha desde o início do século XX no Brasil, com base nas migrações campo-cidade e de baixa rotatividade, perdem força, mas continuam presentes.

Diferentes pesquisadores buscaram explicações para as alterações na forma como se apresentam os movimentos migratórios, que datam dos anos de 1980, na mudança do padrão de acumulação do capital e circulação de bens e serviços. Neste sentido, o documento produzido pelo IBGE e publicado no ano de 2019 afirma que a mudança no padrão de acumulação do capital “levou à internacionalização da economia, à reestruturação produtiva, à precarização do mercado de trabalho, entre outros fatores, além de reorientar a localização das atividades econômicas no espaço” (IBGE, 2019, p. 44). Além disso, o documento indica “a flexibilização no contrato de trabalho, onde o empregador pode contratar e demitir, a seu critério, deixando vulnerável a força de trabalho. Fator de extrema relevância na estratégia de reprodução e circulação da força de trabalho” (IBGE, 2019, p. 44).

A migração de trabalhadores sob o capital é uma das expressões da subsunção real do trabalhador ao capital, inserida nos moldes capitalistas adquire forma específica, voltada à produção de mais valor e à submissão dos trabalhadores às piores condições de trabalho. Como resultado das diversas expropriações a qual a classe trabalhadora é exposta desde a acumulação primitiva, garante a permanência da exploração da força de trabalho. Portanto, a migração é compreendida como um processo decorrente das múltiplas expropriações e fruto de relações sociais de produção historicamente estabelecidas. Ao tornar o trabalhador livre, na aparência e, em essência, despossuído dos meios de produção e de subsistência, disponibiliza-os ao capital e retira qualquer possibilidade de reprodução da existência sob tal relação.

Desde a acumulação primitiva até os dias atuais, a expropriação das condições da produção da vida, dito de outra forma, dos meios de produção e subsistência, faz com que grandes contingentes populacionais pertencentes à classe trabalhadora se movam em busca de reproduzir sua existência e de sua família.

Isso não significa dizer que não há migração por parte da burguesia, contudo, possui caráter distinto. A migração para a classe trabalhadora é consequência das expropriações e da submissão do trabalhador ao capital. Para a burguesia a migração é, efetivamente, a chance de ampliar cultura, experiências, laços entre pessoas, novas oportunidades, etc. A burguesia migra com estabilidade e não está subordinada à venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência.

Para Singer (1998, p.55),

Os migrantes da pequena burguesia não são como os trabalhadores, expulsos da área devido ao aniquilamento de seus meios de vida. Eles fogem da estagnação econômica e social, da falha de perspectiva de mobilidade social. Possuindo mais recursos e um horizonte cultural mais amplo, sua trajetória poderá levá-los de imediato a cidades maiores.

Dessa forma, termos acordo com Fontes (2012, p. 816) de que “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Neste sentido, Marx (2014, p. 816) afirma que “a intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão da população” garante a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores, aumenta o exército industrial de reserva e cria, também, mercado interno, de forma que os movimentos migratórios são decorrentes da expansão e/ou contração de determinados ciclos da acumulação de capital..

1.2 MIGRAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Marx, no capítulo 24 de *O Capital A assim chamada Acumulação Primitiva* (2014), assevera que desde a cooperação simples - dos anos 1550 a 1775 na Inglaterra - as mudanças na divisão do trabalho vem ao encontro do aumento da produtividade e diminuição do tempo socialmente necessário para a produção. É durante a manufatura que se institui o trabalho parcializado, gerando os elementos que dão origem à maquinaria. Contudo, tanto na cooperação simples, como na manufatura, o elemento da subjetividade do trabalhador está posto e é determinante na produção.

O desenvolvimento da grande indústria e a utilização do sistema de máquinas, por volta de 1780, incorpora os elementos da cooperação simples e da manufatura. Como o

trabalhador parcial não produz mercadoria, mesmo na manufatura, a ascensão da maquinaria é pautada no trabalho coletivo, visando a produção objetivada e em série. Somente a síntese dos trabalhos parciais transforma-se em mercadoria. Ainda assim, assinalamos a tendência do aumento do capital invariável e diminuição do capital variável.

Manacorda (1989) afirma que o processo de transformação do trabalho humano, com a crescente intervenção da ciência e a consolidação do sistema de máquinas, muda radicalmente a forma de interação com a natureza. O homem deixa de ser a força motriz da engrenagem produtiva sendo postas no lugar as forças naturais, como a água dos rios e posteriormente o carvão. A decadência do modo de produção artesanal e o processo da manufatura, que dá origem ao sistema fabril, transforma drasticamente o trabalho, vida, cultura, educação e moral. A expropriação de terras desloca contingentes enormes de pessoas para as cidades em busca de trabalho “provocando conflitos sociais, transformações culturais e revoluções morais inauditas” (MANACORDA, 1989, p. 270).

O autor ainda aponta que, neste contexto, de uma mudança total nas relações sociais e produtivas, o velho artesão desaparece, e com ele o aprendizado individual. A revolução industrial muda tanto as formas como as exigências da formação humana

Acontece, de fato, que o desenvolvimento industrial, tornado possível pela acumulação de grandes capitais, graças à exploração dos novos continentes descobertos, e de grandes conhecimentos científicos voltados não somente para o saber mas também para o fazer, traduz-se, do ponto de vista do artesão das corporações, num longo e inexorável processo de expropriação. Ao entrar na fábrica e ao deixar sua oficina, o ex-artesão está formalmente livre, como o capitalista, também dos velhos laços corporativos; mas, simultaneamente, foi libertado de toda a sua propriedade e transformado em um moderno proletário. Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto de seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também de sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perde, apesar de te-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado. (MANACORDA, 1989, p. 271)

A citação anterior sintetiza o doloroso processo da mudança forçada. A instrução do mestre para o aprendiz, através da observação e da prática, em que longos anos eram necessários para o aprendizado de um ofício é inicialmente, ao entrar nas fábricas, trocada por um trabalho mecânico, com pouca necessidade de técnica e aprendizado. A urgência do capital em se reproduzir com cada vez maior velocidade não vê nos trabalhadores nada além de uma mercadoria. Contudo, como o capital opera por contradições, as próprias mudanças

tecnológicas carregam a emergência de um maior grau de instrução desses trabalhadores, caso contrário, “seria um desperdício de forças produtivas” (MANACORDA, 1989, p. 272).

A consolidação do capitalismo como sistema dominante traz a necessidade de uma instrução que adeque fisicamente e moralmente os trabalhadores para o novo mundo do trabalho que se estrutura. Isso significa uma mudança de hábitos, costumes, valores, tradições e, inclusive, da organização do tempo. O fenômeno traz consigo novas exigências para a formação humana, em especial dos trabalhadores, para que fossem condizentes com os novos interesses industriais. A própria realidade impõe a exigência de instrução e seus moldes, de forma que a escola nasce no chão da fábrica e as relações entre instrução e trabalho, ou instrução técnico-profissional, são o cerne da pedagogia moderna.

Os socialistas utópicos, que escreveram e atuaram sobre as opressões vividas pelos trabalhadores no início do capitalismo, como Robert Owen, mesmo que significativas, não foram suficientes para enfrentar o modo de produção em curso. Na superação do socialismo utópico pelo científico há a preocupação em compreender como o modo de produção hegemônico se adentra a todos os aspectos da vida e como a mudança radical da sociedade precisa tanger diferentes determinantes. Isto posto, a educação destinada à classe trabalhadora no decorrer do século XVIII, no continente europeu, é destinada tanto à tutela dos pobres e crianças, como a transmitir as habilidades necessárias às novas exigências do capital.

Manacorda (1989), analisando a educação no século XIX, ressalta as mudanças educacionais, a partir da segunda metade do século, com as revoluções burguesas. A crescente ampliação na oferta educacional, as disputas entre Estado e Igreja e o papel do marxismo na disputa ideológica contornam a discussão do contexto. O mesmo autor, sobre a questão do marxismo científico e educação, assevera que o marxismo não rejeita as conquistas e práticas da burguesia no campo educacional. Ao contrário, assume pautas como: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, além da integração de aspectos literários, morais, físicos, industriais e cívicos à escolaridade. Entretanto, o marxismo coloca como central no movimento educacional a luta pautada na superação do sobretrabalho.

Ou seja,

este tempo de trabalho excedente às necessidades vitais do operário, que na sociedade capitalista é destinado a aumentar o capital, pode e deve tornar-se o tempo de trabalho e de crescimento intelectual destinado a aumentar a riqueza social, a atender às necessidades superiores de todos os homens. (MANACORDA, 1989, p. 294)

Com a publicação do Manifesto do Partido Comunista (2005) e a realização do I Congresso da Internacional dos Trabalhadores (1864), fica evidente que para o pensamento marxista científico da época era imprescindível a conexão entre instrução e trabalho para o desenvolvimento dos homens omnilateralmente, pois o trabalho constitui o ser social e a teoria histórico-materialista só pode ser pautada pelos elementos existentes na realidade social.

Na contramão da satisfação das necessidades humanas, o sistema capitalista exige “uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 2014, p. 792). A estrutura necessária à valorização do valor nos moldes do capital pressupõe que mesmo os valores de uso dos trabalhadores sejam expropriados. A alimentação do capital suga o tempo do trabalhador que o leva a: 1) não conseguir suprir suas necessidades básicas com qualidade; 2) terceirizar esses serviços, o que gera uma fração da classe ainda mais precarizada (como limpeza, preparo das refeições, cuidado com crianças e/ou idosos e tarefas domésticas em geral); 3) para a fração da classe mais precarizada essa situação amplia-se drasticamente, pois não podem realocar suas atividades de subsistência para terceiros. Ou seja, o capital consegue, mesmo que indiretamente, consumir ainda mais toda a força de trabalho e a produção de valor de uso dos trabalhadores.

De acordo com Oliveira (1976), no texto intitulado *A produção do homem: notas sobre a reprodução da vida sob o capital*, cada forma de organização guarda em si suas próprias ‘leis’ de população. A especificidade do capitalismo está em sua forma de “gerar valor a partir da apropriação do trabalho não retribuído, isto é, da mais-valia” (p. 8). Ou seja, a “população para o capital” não é imediatamente população em geral, no sentido de seres da mesma espécie, mas antes, uma potência desta.

Sendo a força de trabalho uma mercadoria especial, capaz de criar mais valor, a “população para o capital”, nos termos de Oliveira, é a capacidade de trabalho de uma população. (1976, p. 16). Sabendo que a valorização do valor é fundamental e central na produção capitalista, a apropriação do trabalho não pago é, ao mesmo tempo, processo e resultado da valorização do valor. A partir dessa premissa, Oliveira (1976) afirma que “esse processo tem como pressuposto fundamental a existência e a reprodução ampliada de uma população para o capital. Essa população para o capital é a força de trabalho”. (Idem, p. 8)

Oliveira (1976) afirma que a população sob a subsunção do capital só pode ser compreendida observando: 1) o exército industrial de reserva, 2) as migrações, 3) as formas de reprodução da vida. O autor chama atenção que, para compreender a reprodução social do trabalhador, deve-se ter em mente que são as mercadorias que produzem a população, pois a

partir da acumulação primitiva e da estruturação do capitalismo enquanto regime produtivo, tudo converte-se em mercadoria. A partir disso, é possível afirmar que o consumo da mercadoria força de trabalho é, indiretamente, o consumo de outras mercadorias úteis para a constituição e reprodução da força de trabalho.

Ao tratar da população, é necessário explicitar o que compreendemos como reprodução social, visto que são indissociáveis para uma análise dialética. Tomamos de empréstimo a explicação do conceito feita por Katz, em seu texto *Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social*, quando afirma que:

A reprodução social é o material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana. É também um conjunto estruturado de práticas que se desdobram na relação dialética com a produção e com quem mantém mutuamente tensão e constituição. A reprodução social abarca a reprodução diária e de longo prazo, tanto dos meios de produção como da força de trabalho, para fazê-los funcionar. Em sua base ampla, ela se desdobra sobre a reprodução biológica da força de trabalho, tanto geracional quanto diária, por meio da aquisição e distribuição dos meios de subsistência, ou seja, alimento, moradia, vestuário, saúde. De acordo com a teoria marxista, a reprodução social é mais do que isto, também engloba a reprodução da força de trabalho a certo nível de diferenciação e especialização. Esta força de trabalho diferenciada e especializada é socialmente constituída, sendo as práticas materiais não somente associadas a sua produção histórica e geográfica específicas, mas também os seus contornos e requisitos sendo resultado de luta contínua. Além de assegurarem os meios de subsistência, a produção e reprodução da força de trabalho envolvem uma variedade de práticas e formas culturais que são geográfica e historicamente específicas, incluindo aquelas ligadas ao conhecimento e aprendizado, justiça social e seu aparato e à mídia (KATZ, 2019, p. 438).

Há de se ressaltar que, conforme afirmam Oliveira (1976) e Katz (2019), não existe uma teoria marxista da população acabada. Isso significa que é um campo aberto de discussão e não existe um consenso sobre as categorias e seus usos analíticos. Oliveira salienta que:

A dificuldade de uma teoria marxista da população reside precisamente na especificidade que ela deve tomar em cada modo de produção social. Seu desvendamento apenas pode dar-se quando se consegue isolar o que é que especificamente determina a reprodução do modo de produção social, qual é sua circularidade e o que é essencial para sua reposição (OLIVEIRA, 1976, p.7).

Tendo vista essa dificuldade, Oliveira (1976) apresenta dois conceitos centrais para compreender a população para o capital: mortalidade e fertilidade. A mortalidade é considerada um ‘gasto de trabalho’, a medida que consome as forças do trabalho. Por isso, sua taxa dependerá do grau de exploração, ou seja, da submissão real do trabalhador ao capital. Dessa forma, o maior dispêndio de energia consome mais rapidamente determinada população. Dito

de outra forma, a expectativa de vida diminui dadas as condições possíveis para reproduzir sua existência, bem como vender sua força de trabalho.

A fertilidade, para Oliveira (1976), “deve ser entendida como um componente do custo de reprodução da força de trabalho, compreendida como um aspecto do ‘gasto de trabalho’” (p. 11). O autor aponta que “o aumento da fertilidade da força de trabalho determina uma diminuição da fertilidade da população operária” (p. 20). Isso porque “o aumento da fertilidade da força de trabalho é o exército industrial de reserva” (Idem). A fertilidade é subordinada à mortalidade, nas palavras de Oliveira (1976, p.10), “a mortalidade é sobredeterminante no conjunto dialético mortalidade-fertilidade”.

Dessa forma, se a população no capitalismo é uma potência geradora de mais valor, o nascimento entendido como fertilidade da classe trabalhadora significa o aumento do exército industrial de reserva. Se o trabalhador é explorado em maior ou menor grau isso tem diretamente ligação com sua qualidade de vida e as formas possíveis de reprodução da existência. Por isso, quanto maior o nível de exploração, maior o consumo da força de trabalho e conseqüentemente do próprio trabalhador. É neste sentido que Oliveira afirma que a mortalidade é sobredeterminante no conjunto dialético mortalidade-fertilidade. Em outras palavras, quanto mais explorado o trabalhador, mais rápido se deteriora sua potência produtiva de mais valor e as possibilidades da fertilidade, uma das esferas da reprodução social.

Por conseguinte, a fertilidade como elemento ampliador do exército industrial de reserva também influencia na mortalidade, como síntese da relação dialética. Quanto maior o exército industrial de reserva mais fácil é, para o capital, aumentar o nível de exploração, utilizando do medo do desemprego, por exemplo e, assim, aumenta-se a mortalidade, numa contradição insolúvel da reprodução social da classe trabalhadora no capitalismo.

Deve-se atentar para o fato de que os salários não são pagos tendo em vista o tamanho da família do trabalhador, mas sim levando em consideração duas variantes. A primeira refere-se à virtualidade técnica transferida para o capital e a segunda ao valor incorporado ao produto. A decorrência de salários insuficientes para a reprodução humana impossibilita repor com qualidade o dispêndio de energia gasto. As múltiplas determinações da exploração da força de trabalho geram uma população facilmente substituída pelo crescente exército industrial de reserva. Esse impacto recai diretamente sobre a fertilidade e outros campos da reprodução social.

Essa realidade impõe demandas ao Estado, em especial na oferta de serviços e nas políticas públicas. Para garantir a manutenção do capitalismo como sistema dominante, o

Estado assume um papel do semelhante ao da torre no xadrez, pois este corrobora com a lógica burguesa e a institucionaliza judicialmente. Como a torre, o Estado institucionalizado protege e tem papel estratégico na manutenção da exploração. Marx afirma que “a formação do capital e a exploração e empobrecimento inescrupulosos das massas populares são considerados a última Thule¹⁵ de toda a sabedoria de Estado” (2014, p. 790). Ou seja, a manutenção das diferentes expropriações e da exploração da força de trabalho como reprodução do capital são, para o Estado, o que está para além do mundo conhecido, para além da última Thule. Dessa forma, o Estado se apresenta na aparência como mediador entre os interesses das diferentes classes e, em essência, como instituição que legitima e garante a reprodução do capital.

Maria Aparecida de Moraes Silva escreveu o livro *Errantes do fim do século* (1998) como resultado da síntese de diferentes estudos realizados pela autora. A pesquisa evidencia o contexto do surgimento do bóia-fria, no início da década de 1960, e aponta a expropriação das terras e a acumulação primitiva na região do Vale do Jequitinhonha - MG e da região de Ribeirão Preto – SP, como motores destrutivos das formas de reprodução social dessas populações. Das grandes contribuições da obra de Silva, é importante mencionar que toda análise é feita associando a esfera da produção e da reprodução.

A autora utilizou entrevistas, relatos orais, questionários e mais de 1.200 registros fotográficos. Além disso, contou com fontes primárias, dados dos censos, da Fundação Seade, do Instituto de Economia Agrícola e da imprensa. Com base nas diferentes fontes, analisa tanto o processo de expropriação do Vale do Jequitinhonha e a migração desses trabalhadores para a região de Ribeirão Preto, quanto a expropriação das áreas rurais de São Paulo.

Saffioti, no prefácio à obra de Silva, destaca que as expropriações no território brasileiro tiveram profundas diferenças com o continente europeu. Essas diferenças não foram ao acaso, como demonstra a autora na seguinte passagem:

Os camponeses não são desapropriados, todos, de uma só vez. Isto poderia gerar revoltas, como ocorreu na Europa. O processo de desapropriação de terras no Brasil obedeceu a um critério quase científico, a um tempo apropriado ao paulatino desenraizamento do camponês, a sua gradativa proletarização, ou melhor, lumpemproletarização. Processo similar ocorreu com os colonos do café, que perderam moradia, lenha, o direito de plantar entre as fileiras de árvores do cafezal e numa pequena gleba cedida pelo patrão. (SAFFIOTI, 1998, p. 6).

Dessa forma, em virtude do processo de modernização da região do Vale do Jequitinhonha não houve possibilidade de sobrevivência para milhares de pessoas e a migração

¹⁵ A última Thule era conhecida, na geografia medieval, como um lugar distante, além ‘das bordas do mundo conhecido’ (MARX, 2014).

sazonal para a região de Ribeirão Preto foi uma das alternativas. O processo de industrialização da agricultura teve, entre outras consequências, a criação de uma força de trabalho circulante, residindo em diferentes lugares, “vencendo as longas distâncias geográficas do país” (SILVA, 1998, p 71).

Silva (1998) afirma que o processo de expropriação que em outros países demorou séculos para se concretizar, no Brasil, bastou apenas algumas décadas. De camponeses e trabalhadores da terra, transformam-se em bóias-frias e muitos transformam-se em população sobrando, desempregados, em andarilhos. Outros partiram para outras regiões.

A partir das reflexões de Marx acerca do valor da força de trabalho, Silva (1998) afirma que, além dos elementos necessários à reprodução física dos trabalhadores, é preciso levar em conta os elementos históricos e sociais. Dessa forma, os elementos históricos não podem ser relativos apenas aos aspectos políticos da classe trabalhadora, mas também aos elementos subjetivos. Por conseguinte, é possível afirmar que o valor da força de trabalho depende da origem do sujeito. Ou seja, está diretamente ligado à intensidade da exploração e dominação.

A partir dessa reflexão, Silva se pergunta quanto vale o trabalhador migrante expropriado e afirma que a resposta não poderia estar somente circunscrita às necessidades de reprodução, pois

É preciso reter o que foi e o que sobrou dele, neste momento após a expropriação. Constitui-se um resultado sem as condições objetivas de trabalho, ainda que mínimas e restritas à sobrevivência, sem as relações costumeiras assentadas em outro modo de vida, em que predominavam outras formas de solidariedade e relações temporais e espaciais de um mundo anterior. (SILVA, 1998, p. 75)

O livro *Errantes do fim do século* é dividido em episódios, onde a autora discorre sobre o processo de expropriação dos trabalhadores que se configuraram como bóias-frias na região de Ribeirão Preto, e seu desaparecimento no fim do século XX, em virtude do processo de modernização que suprimiu milhares de postos de trabalho. No episódio I, a autora demonstra como o processo de expropriação e exploração tiveram bases legais e o aval do Estado. Discorre como a legislação que, teoricamente, protegeria o trabalhador rural, exclui uma parte substancial destes do amparo legal, tal como trabalhadores temporários, mulheres e crianças. Dessa forma, produziu-se um trabalhador “excluído da lei pela lei” (p. 67). Um dos desdobramentos foi a intensificação da expropriação e a criação do chamado bóia-fria. O bóia-fria se encontra em uma situação de superexploração, pois é como se o bóia-fria estivesse a margem dos próprios trabalhadores. É uma condição indigna de total desenraizamento. Nas palavras da autora:

O "bóia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a denominação de "bóia-fria", sentida como vergonha, humilhação, (...). Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. (SILVA, 1998, p. 66).

Todos os direitos transformavam-se em não direitos, mediante o processo de expropriação, legitimado pela lei. Esse deslocamento só foi possível na medida em que a própria lei continha os germes de exclusão destes trabalhadores, por meio da produção dos volantes. Dessa forma,

Ao se transformarem em força de trabalho dotada de um equivalente geral, passaram, em contrapartida, a ter suas particularidades e individualidades reduzidas a um denominador comum, ou seja, todos eram livres para vender a força de trabalho sem as amarras anteriores, e iguais. Liberdade e igualdade eram os dois pressupostos básicos deste processo, assegurados pela lei. (SILVA, 1998, p. 77)

O trabalho de Silva permite uma relação direta entre expropriação e reprodução social, pois demonstra empiricamente como a expropriação é um motor destrutivo. Para além do que foi esboçado acima, a autora analisa os elementos empíricos da reprodução social, como a alimentação e a moradia. Além das péssimas condições de trabalho, com longa jornada, sem registro, sem garantias contra acidentes de trabalho e com salários miseráveis, os bóias-frias são obrigados, dado a ausência de melhores condições, a se aglomerar em alojamentos.

A proletarianização e a vinda para as cidades significaram mudanças profundas tanto no modo de vida e reprodução social, quanto na forma de sociabilidade. As relações de parentesco, ajuda mútua, vizinhança, são substituídas por uma relação de estranheza com o outro, tanto o nativo, quanto os migrantes mais antigos. No lugar das antigas relações se estabelecem relações de desarticulação social, onde o migrante boia-fria sequer é visto como trabalhador, muito menos, como um companheiro de classe.

A pesquisa demonstra que o salário é insuficiente para suprir as necessidades de reprodução. Os aluguéis são caros, bem como o custo com alimentação – chegando a estimar um gasto de mais de 80% do salário para 25% dos trabalhadores participantes da pesquisa -. Mesmo com grande parte do salário empregado para a alimentação o padrão alimentar desses trabalhadores é extremamente precário. Há insuficiência de proteínas e vitaminas encontradas em frutas e legumes. A alimentação é baseada no consumo de cereais e derivados, o que se revela na saúde debilitada da família.

A escolaridade desses trabalhadores é baixa. Apenas 20% dos trabalhadores pesquisados tinham escolaridade acima da quinta série e 14% eram analfabetos. Tanto a pesquisa de Silva

(1998), como a pesquisa de Frochtengarten (2009) e os dados que apresentaremos no próximo capítulo, demonstram que os migrantes com trabalhos mais precários são também os com menor escolaridade.

No tocante à reprodução social, uma das esferas mais debatidas é a relação entre reprodução social e gênero. Bhattacharya (2019) escreveu um artigo intitulado *O que é reprodução social?* Seu texto tem como foco a reprodução social na perspectiva marxista e destaca a importância da integração das lutas na esfera da produção e reprodução. Para isso, utiliza dados da realidade dos Estados Unidos e demonstra quão exploradas são as mulheres da classe trabalhadora, as quais são responsáveis pela maior parte dos elementos da reprodução social.

Com base em Marx, Bhattacharya (2019, p. 102) afirma que “a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista”, ou seja, na família. Em concordância com os autores trabalhados neste capítulo, Bhattacharya (2019) afirma que a reprodução social acontece, simultaneamente, em três processos. O primeiro diz respeito às atividades que regeneram a classe trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele, como comida, um local adequado para descansar, a higiene, etc. Um segundo processo diz respeito a esses mesmos cuidados, porém com sujeitos que estão fora da esfera produtiva, como crianças, idosos e desempregados. O terceiro e último aspecto diz respeito à reprodução biológica da classe trabalhadora, ou seja, os filhos.

Para a autora, “essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade” (Idem, p.103). Diante desta constatação, afirma:

É por isso que o capitalismo ataca a reprodução social ferozmente para ganhar a batalha no âmbito da produção. É por isso que ele ataca os serviços públicos, empurra o fardo do cuidado para as famílias individuais, corta a assistência social: para tornar a totalidade da classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos seus ataques no local de trabalho (BHATTACHARYA, 2019, p. 109).

Com base no debate apresentado, o segundo capítulo analisa as fontes da pesquisa e articula a realidade de Florianópolis, Santa Catarina, com os elementos elencados no primeiro capítulo. O capítulo seguinte demonstra empiricamente que a situação precária do migrante perdura até a atualidade. A busca pela reprodução social é pilar para as condições de trabalho

quais os participantes da pesquisa estão inseridos, ou seja, em trabalhos precários, com longa jornada, mais de um vínculo empregatício, baixos salários e quase sempre sem carteira assinada.

2 A EJA E OS ESTUDANTES MIGRANTES

O presente capítulo tem como objetivo a apresentação e análise dos dados obtidos pela pesquisa, explorando a problemática do que leva os trabalhadores a migrarem para a capital catarinense, as condições de reprodução da vida em Florianópolis, o tempo ocupado com o trabalho e sua relação com o processo educacional. O foco do presente capítulo é apresentar e analisar a presença de migrantes na EJA de Florianópolis nos anos de 2018 e 2019.

Consideramos que a educação escolar é um dos elementos da reprodução social. Sendo o trabalho a base de estruturação das relações humanas, no capitalismo a educação é “dependente ontologicamente do trabalho, surgido como uma mediação para a realização deste, isto é, como uma mediação para a reprodução social” (MACENO, 2017, p. 124). Maceno traça um paralelo interessante para compreender a relação entre educação e reprodução social no capitalismo. Para o autor, assim como o trabalho vai do simples ao complexo, o processo educacional segue o mesmo princípio.

Como demonstrado no capítulo I, a reprodução social e a produção material são indissociáveis. Neste sentido, o desenvolvimento do capital traz a necessidade de ampliação de formas e modalidades de educação em sentido estrito para a classe trabalhadora. Dessa forma, uma sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do trabalho alheio precisa determinar quais “saberes, valores, habilidades etc. devem ser transmitidos pela educação, em que grau e medida, para quais classes sociais e para quais frações dela” (MACENO, 2017, p. 115). Por conseguinte,

Nem todo saber acumulado sócio-historicamente tem possibilidade de ser transmitido, e mesmo o que pode e deve ser transmitido é organizado em função das classes e indivíduos que são necessários à reprodução dessas sociedades marcadas pela apropriação privada dos meios de produção (MACENO, 2017, p. 115).

Dessa forma, a educação atua como mediação para a constituição do indivíduo social, tanto na esfera da reprodução social, como na produção material. Neste sentido, as contradições na EJA estão em conformidade com o projeto do capital, visto que são “expressão da dependência ontológica que possui o complexo social da educação em relação ao trabalho e, por consequência, à reprodução do ser social na forma histórica que esta venha a assumir” (Idem, p. 125).

Para evidenciar a situação real do estudante migrante da EJA, precisamos partir da premissa da indispensabilidade da venda de sua força de trabalho. Partimos do princípio de que “em uma sociedade cindida em classes, as relações que estão dadas entre grupos dominantes e dominados, portanto, não se explicam por si, mas antes requerem a aproximação cuidadosa,

incluindo a distinção dos diversos momentos constitutivos das ‘relações de força’.” (SILVA; REHEM, 2017, p. 373).

A pesquisa de Frochtengarten (2009), sobre os migrantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de São Paulo, demonstra que cerca de dois terços dos participantes tinham mais de dez horas do dia ocupadas pelo trabalho, desde a hora da saída de casa até o término do expediente. Salienta que a jornada que já é extensa, por muitas vezes, incluía o sábado. Tamanha a centralidade do trabalho na vida faz com que este se torne condição para os estudos. Para a maior parte dos estudantes, a escolaridade incompleta foi causada pela ausência material dos elementos necessários à reprodução social, isso se confirma tanto na pesquisa de Frochtengarten como nos dados desta pesquisa.

Ao analisar a migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético, observamos que apesar de todos os estudantes da EJA terem seu percurso escolar interrompido - seja pela necessidade de trabalhar, por medidas socioeducativas, por reprovações recorrentes, por gravidez e por uma política da própria escola, onde muitos jovens a partir de 15 anos são encaminhados para a EJA, gerando uma juvenilização¹⁶ nessa modalidade de ensino - no caso dos migrantes, esse processo está ainda mais sujeito a interrupções, pois as migrações

Na maioria das vezes não são planejadas com antecedência, o tempo necessário para a adaptação no novo local não é subtraído do calendário escolar, a documentação dos estudantes acaba em alguns casos sendo perdida pelo caminho ou não é providenciada, entre outros aspectos (VENDRAMINI, 2017, p. 479).

Neste sentido, Frochtengarten (2009, p. 27) evidencia que a escola aparece para os migrantes em segundo plano: “é como se o migrante precisasse experimentar uma mínima estabilidade dos esquemas cotidianos para poder vislumbrar a escola como instância de inserção na sociedade urbana”. A pesquisa deste autor demonstrou que, entre a chegada à cidade de São Paulo e a matrícula no supletivo destinado a jovens e adultos há um lapso temporal para a maioria dos estudantes, pois na hierarquia de urgência para a reprodução da vida, trabalho e habitação se colocam em primeiro plano. Quando a procura de emprego cessa e é garantido custeio, como o transporte, o migrante “finalmente reuniria condições para cuidar da carência

¹⁶ A juvenilização na EJA explicita a lógica da educação para a classe trabalhadora, feita para dar alguma instrução, mas não para ofertar uma educação ampla e complexa. A ideia dominante é a de que o jovem da classe trabalhadora não precisa gastar tempo na escola regular, sendo a ele destinado uma instrução simples e rápida, visando a entrada no mercado de trabalho para exercer trabalhos simples, concretizando a tendência do capital em rebaixar o trabalho complexo. Salientamos que, de acordo com a LDB de 1996, a entrada na EJA era permitida a partir dos 18 anos, sendo reduzida posteriormente para 15 anos completos.

de conhecimentos que, a vida informa, regem a urbanidade” (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 27).

Temos acordo com o autor e observamos que a escolarização é quase um artigo de luxo, mesmo que muito precarizada. As longas e duplas jornadas de trabalho, sobretudo no caso das mulheres, concorrem com o tempo escolar. O cansaço, o desânimo, a falta de estrutura para estudar, a fome, a timidez, a falta de condições necessárias para ir à escola, como transporte e vestimenta, são elementos que afastam o estudante deste processo. Nossa pesquisa, assim como a de Frochtengarten, demonstra que a insistência no processo educativo só é possível mediante o controle do tempo e da decisão de quais atividades podem ser eliminadas para que a escola se encaixe no pouco tempo disponível.

2.1 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Visamos agora demonstrar, em linhas gerais, os desafios da Educação de jovens e adultos no Brasil e o papel atribuído a essa modalidade de ensino. A EJA, no Brasil, é marcada, desde seu início, por duas características:

Em primeiro lugar, a EJA sempre destinou-se aos subalternizados da sociedade, ou seja, à classe trabalhadora; em segundo, ao longo da história ela se constituiu predominantemente em paralelo ao sistema regular de ensino. Esse quadro torna-se ainda mais perverso quando consideramos que uma imensa maioria foi e ainda é excluída até mesmo desta estrutura dual, aprofundando o caráter classista da sociedade brasileira. (VENTURA, 2001, p. 2).

Em vista disso, compreender o histórico da EJA no Brasil é também perceber as forças antagônicas em disputa sobre o papel da educação para jovens e adultos da classe trabalhadora. Na década de 1930, a perda de hegemonia dos latifundiários cafeicultores e a emergência da burguesia industrial deu origem a um projeto de urbanização e industrialização do Brasil. O projeto liberal-industrializante desenhou, pouco a pouco, as novas configurações da acumulação capitalista no país, entre elas a necessidade de um novo perfil de trabalhador. O alto índice de analfabetismo não era um empecilho para a produção agrícola monocultora anterior a 1930, porém a crescente industrialização e urbanização e o aumento do uso das máquinas nos variados setores acarreta a necessidade de uma força de trabalho minimamente instruída. Dessa forma, é a partir da necessidade imposta pelo capital, de qualificação e diversificação da força de trabalho, que a EJA ganha relevância nas discussões das políticas públicas educacionais do período.

Conforme demonstra Ventura (2001, p.2), “a Constituição de 1934 consolida o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva inclusive aos adultos (Art. 150)”. Entretanto, é somente em meados da década de 1940 que se efetivam políticas específicas para a Educação de Jovens e Adultos, as quais podem – e devem – ser compreendidas em um processo histórico amplo, onde se verifica que a educação para jovens e adultos trabalhadores no Brasil, assim como em outros países periféricos, caminhou lado a lado com a necessidade de formação da força de trabalho.

O fim do Estado Novo (1945) e o processo de substituição de importações foi o ponto de virada das novas exigências educacionais que visavam moldar e formar o novo trabalhador industrial, bem como aumentar o contingente eleitoral. Dessa forma, a elite desdobrou-se para criar as condições materiais e ideológicas tanto para a acumulação de capital, quanto para “difundir uma concepção de mundo favorável às novas exigências da produção. Entre essas condições estava o controle da formação e da reprodução de uma força de trabalho psíquica e fisicamente adaptada às técnicas e à disciplina da produção fabril” (VENTURA, 2001, p. 4).

No período que corresponde aos anos de 1959 a 1964 percebe-se uma enorme movimentação que reuniu campanhas e programas voltados para a educação de jovens e adultos, como o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire; e inúmeros outros de âmbito regional, sendo apoiados pelo Estado ou contando com seu patrocínio (HADDAD; PIERRO, 2000):

Nesses anos, as características próprias da educação de adultos passaram a ser reconhecidas, conduzindo à exigência de um tratamento específico nos planos pedagógico e didático. À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. (HADDAD; PIERRO, 2000).

O contexto da década de 1950-60, que antecede o golpe civil militar, apresentava duas concepções distintas de educação de jovens e adultos: uma percebia na educação seu potencial transformador, fomentador de profundas mudanças político-sociais e outra que atribuía à educação o papel de preparação de recursos humanos (força de trabalho) para atender o capital.

No período da ditadura militar no Brasil, a partir de 1964, os movimentos que surgiram nos anos anteriores passaram a ser reprimidos e desmantelados, pois as políticas das quais

estavam imbuídos tais projetos divergiam totalmente do que era imposto pelo regime. Porém, o governo autoritário não poderia abandonar o módulo de ensino voltado especificamente para jovens e adultos, pois era preciso manter a proposta de desenvolvimento e modernização do país e, para isto, eram necessários bons índices de alfabetização e escolaridade.

Nesse contexto constituiu-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, projeto que propusera acabar com o analfabetismo no Brasil em cerca de 10 anos. Contudo, o mesmo fora estruturado sem a participação de educadores ou demais setores da sociedade. Sua estrutura convergia para uma construção que objetivava a implantação de uma campanha de massa com controle doutrinário devido à soma de uma base conservadora que visava uma formação superficial, apenas com intuito final o trabalho para o capital, sendo este destinado à iniciativa privada – a principal incentivadora do MOBRAL. (HADDAD; PIERRO, 2000)

Com a redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1985, grupos políticos e sociais que atuavam ativamente nos anos anteriores a 1964 voltaram a estruturar-se, e sua organização direcionou as demandas educacionais para um âmbito judicial e legal, o que se refletiu na promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual é garantido o reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental, bem como a responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal (HADDAD; PIERRO, 2000). Mesmo com esta garantia, os governos que sucederam o regime ditatorial no país tornaram a educação voltada a jovens e adultos um mero jogo político, fazendo com que projetos voltados a esta modalidade fossem iniciados, modificados e até mesmo suspensos, ignorando discussões e construções a respeito do tema.

Mesmo após a redemocratização, o que se mantém é:

A perspectiva da educação para a classe trabalhadora, centrada, predominantemente, na alfabetização e/ou numa rápida preparação para o trabalho. Duas faces da mesma moeda em um país que, historicamente, quase sempre optou por projetos pontuais, emergenciais, em detrimento das reformas de base e, principalmente, da criação de um sistema nacional de educação que integrasse todos os brasileiros de todas as idades. (VENTURA, 2001, p. 15).

Dessa forma, a construção e consolidação de uma metodologia educacional voltada aos jovens e adultos está historicamente embasada na localização política do Brasil no capitalismo. Motta (2017) aponta que a própria existência dessa metodologia de ensino expressa traços “do padrão de reprodução do capitalismo brasileiro, de forma periférica e dependente do capitalismo monopolista” (MOTTA, apud FERNANDES, 1973, p. 69).

Rummert (2007) afirma que as iniciativas tomadas pelo Governo Federal no que toca à Educação de Jovens e Adultos carregam duas variantes de caráter socioeconômico que são

complementares. A primeira diz respeito a uma expressão histórica da distribuição extremamente desigual de bens materiais e simbólicos, assim como a negação dos direitos fundamentais, destacando-se a negação do direito pleno à educação para uma parte substancial da classe trabalhadora. A segunda tem origem recente e resulta da reestruturação produtiva e o papel ocupado pelo Brasil no cenário do capitalismo internacional, a partir do fim dos anos 1980. Nesse contexto, a alta taxa de analfabetismo absoluto e funcional, bem como a necessidade de constituição da força de trabalho e seu exército industrial de reserva por parte do capital, pressiona o Estado a criar políticas voltadas à instrução desses trabalhadores. Contudo, o capital movimenta-se sempre em busca de atender suas necessidades, e garantir o acesso à educação para todos os seres humanos nunca foi uma delas.

O impacto da falta de letramento no país é, ainda hoje, alarmante. No ano de 2015, segundo o IBGE (2019), haviam 8% de analfabetos no Brasil com 15 anos ou mais. A PNAD¹⁷ contínua de 2018 afirma que no Brasil haviam 7% de analfabetos com 15 anos ou mais, sendo a região nordeste a com o mais alto índice, chegando a 14%. Os brasileiros com 25 anos ou mais e com mais de 15 anos de estudos somaram, em 2015, 9%, enquanto os ‘não determinados’ somaram 13%.

Ademais, a permanência e conclusão do curso escolar é precária, sobretudo nas frações mais vulneráveis da classe trabalhadora. A PNAD contínua de 2018 apontou que um grupo de mais de 33% de pessoas com 25 anos ou mais possuem **ensino fundamental incompleto**. Também no ano de 2018, “48,1% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 16,5%, o superior completo” (IBGE, 2019a).

Rummert (2007) aponta que as duas variantes apresentadas anteriormente ao lado da alta taxa de analfabetismo no país geram uma situação aparentemente paradoxal. De um lado, elevados índices de analfabetismo absoluto e funcional aliados à dificuldade na conclusão do processo de escolarização. De outro, a crença mística na educação como o elemento necessário para colocar o país no páreo da disputa internacional capitalista. O que se observa é, na prática, o velho slogan do idealismo que coloca a educação como grande panaceia social e retira o foco das questões estruturais de base.

¹⁷ De acordo com o IBGE, a PNAD contínua “Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.)”. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso maio 2020.

O discurso dominante, afirma Rummert (2007), requer a oferta de simulacros de processos educacionais que propiciem à maioria da população a crença de estar recebendo do Estado as oportunidades de superação individual das marcas do modelo socioeconômico. Assevera que, no atual estágio produtivo do sistema dominante, não existe a necessidade de uma educação plena para toda a população, ou seja, existe uma parcela da população considerada descartável e supérflua ao capital. Isso não significa dizer que essa parcela da população não seja útil à engrenagem capitalista, uma vez que sua existência aumenta a força de trabalho disponível, pressiona o salário para baixo, acirra a competição dentro da classe trabalhadora e gera uma população totalmente despossuída de bens e consumo que, para reproduzir sua própria existência, migra em busca de trabalho onde quer que esteja.

Dessa maneira, ao nos referimos à ‘educação de jovens e adultos’ é preciso averiguar quem é sujeito estudante desta modalidade. Qual trajetória o levou a buscar a conclusão do ensino fundamental pela EJA? O desenvolvimento da educação destinada a jovens e adultos pode ser indagado sob as mais diversas formas, práticas e meios na qual o mesmo se constitui, principalmente ao considerarmos os âmbitos público e privado. Afinal, o processo educacional também se dá fora dos ambientes escolares e torna-se imprescindível que consideremos a ampla influência das relações familiares, religiosas e trabalhistas, bem como o meio social, cultural e econômico em que o sujeito está inserido.

Embora a discussão sobre os limites da Educação de Jovens e Adultos seja bastante complexa, é de fato uma conquista da classe trabalhadora a possibilidade da escolarização fora do tempo considerado regular, sobretudo porque a escolaridade incompleta atinge os mais pobres.

No que se refere ao presente trabalho, conhecer como se estabelecem as relações de trabalho e reprodução social dos migrantes matriculados na EJA nos auxilia a compreender o espaço ocupado pela escolarização. Dessa forma, levar em conta o eixo trabalho-migração-escola por uma perspectiva dialética é essencial para: 1) Compreender de maneira crítica o ensino destinado à classe trabalhadora e as possibilidades de seu percurso escolar; 2) Compreender como se configura o tempo destinado à escolarização dos migrantes trabalhadores.

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Nesse momento do texto nosso foco é apresentar o contexto educacional no qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa. A necessidade dessa apresentação se coloca pela especificidade do processo de ensino-aprendizagem da EJA Florianópolis e porque, de acordo com o relato dos estudantes, a forma flexibilizada do ensino na EJA torna mais fácil conciliar trabalho e estudo. Diante dessa afirmação, discorreremos sobre a hipótese de que, seguindo a tendência da flexibilização das relações de trabalho e da aprendizagem em geral, a EJA Florianópolis é uma expressão da flexibilização do ensino para a classe trabalhadora.

A forma federativa na qual os estados brasileiros se organizam descentraliza a obrigatoriedade da oferta da educação pública, dividindo-a entre estados e municípios. No Brasil, os municípios são responsáveis por fornecer a educação desde a creche até o Ensino Fundamental. A Educação de Jovens e Adultos, associada à sigla EJA, em Florianópolis, é uma modalidade que atende ao Ensino Fundamental, da alfabetização aos anos finais e de competência municipal. Os governos estaduais ficam responsáveis pelo ensino médio, ainda que haja a oferta de ensino fundamental na modalidade de educação para jovens e adultos por parte do estado, mesmo que em proporções menores. Ainda assim, a metodologia empregada pelo estado é disciplinar e se organiza na forma de supletivo, diferente da EJA Florianópolis.

O Ensino Fundamental na modalidade EJA em Florianópolis é mediado por pesquisas. A frequência é medida por horas e não por dias, como é habitualmente encontrado nas escolas. Para a certificação do segundo ciclo do ensino fundamental deve-se cumprir 800 horas, diminuindo de acordo com a escolaridade cursada anteriormente. A EJA municipal trabalha com um banco de horas, possibilitando ao estudante se ausentar por dias, semanas e meses, sem que o tempo anteriormente dedicado seja ‘perdido’. Os elementos apresentados são base para a reflexão deste trabalho, visto que um dos fatores que possibilita o retorno e permanência do migrante trabalhador na escola é, justamente, tal metodologia.

A existência de um banco de horas é um exemplo da forma de trabalho flexível adentrando a escola. Pode ser considerada também como uma forma de expressão da ideologia capitalista na formação da classe trabalhadora. Como vimos, a educação para jovens e adultos esteve, quase sempre, atrelada ao exercício do trabalho. Na realidade, toda escola tem, em maior ou menor grau, esse vínculo. Entretanto, é seu traço na EJA que nos interessa nesse momento.

Cardoso (2013) expõe que as diversas mudanças adotadas pelo capital, a partir da década de 1980, a respeito da distribuição do tempo de trabalho, visam torná-lo cada vez mais flexível, aumentando a capacidade de resposta rápida às variações do mercado.

No Brasil, o resultado pode ser visto na nova forma de contabilizar e compensar o tempo de trabalho, que passa a ter o ano como referência e não mais o mês ou a semana, como originalmente previsto. Em alguns países, a referência, inclusive, passa a ser a vida ativa do trabalhador. Assim, temos a anualização, a modulação (ou chamado banco de horas), a ampliação do tempo de trabalho em horários e dias atípicos, como finais de semana ou à noite, bem como uma maior demanda por hora-extra e sobreaviso. Nesse processo de construção social de um tempo de trabalho muito mais flexível, o discurso do capital buscou identificá-lo com a possibilidade de maior liberdade para o trabalhador. Entretanto, vemos que, de uma forma geral, o tipo de flexibilização que vem sendo implementada tem sido orientada, unicamente, pela demanda da produção e não pelas necessidades dos trabalhadores. (CARDOSO, 2013, p. 355)

Dessa forma, se o tempo de trabalho fica cada vez mais flexível, o mesmo acontece com os tempos de não trabalho, ou tempo liberado do trabalho. Isso porque a “flexibilização tem impactos negativos tanto dentro como fora do local de trabalho; dentro, a consequência é o aumento da intensidade e fora, é a desorganização do tempo de não trabalho” (CARDOSO, 2013, p. 354).

Enguita (1989) demonstra que as escolas na ascensão do capitalismo ensinavam, antes de tudo, pontualidade e disciplina, elementos necessários para o perfil do trabalhador industrial necessário em determinado contexto. Afirma que todas as mudanças na produção demandaram mudanças na forma de instrução do trabalhadores. A influência do capitalismo na escolarização é, segundo Enguita (1989), relativamente fácil de compreender.

O autor afirma que grandes empresas capitalistas sempre “exerceram uma grande influência sobre o poder político, quando não foram capazes de instrumentalizá-lo abertamente” (ENGUITA, 1989, p. 131). Isso porque, no capitalismo, a escola sempre esteve atrelada ao trabalho, sobretudo, ao trabalho assalariado. Se, em determinados períodos históricos o aprendizado ocorria na própria atividade de trabalho, “desde o momento em que a aprendizagem do trabalho e da vida social já não é possível diretamente ou, ao menos, exclusivamente, no próprio local de trabalho - sobretudo a primeira - é preciso voltar-se para a escola” (Idem, p. 130).

Além disso, “as escolas, como organizações que são, tem elementos em comum com as empresas que facilitam o emprego das primeiras como campo de treinamento para as segundas” (idem). Levemos em consideração, conforme aponta Enguita, que as empresas na sociedade capitalista sempre apareceram “como o paradigma da eficiência e gozaram sempre de urna

grande legitimidade social, seja como instituições desejáveis ou como instituições inevitáveis” (ENGUIITA, 1989, p. 131). Ainda assim, é importante mencionar que as escolas, conforme conhecemos na atualidade, são resultados de processos conflitantes, tanto ideológicos como organizativos e, de forma ampla, sociais.

Assim sendo, o cenário escolar é “uma trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno com a mesma força ou mais do que as relações sociais de produção o fazem” (Idem, 1989, p. 137). Neste sentido, o banco de horas é uma forma de negociar com a escola quanto tempo pode ser destinado a ela. Da mesma forma, negocia-se com o patrão o tempo subtraído do trabalho – ou melhor, realocado – quando esse é destinado à escola. Essa é a realidade de muitos dos estudantes-trabalhadores da EJA. Em entrevista com a estudante Luíza (39 anos), quando indagada sobre a conciliação entre estudo e trabalho afirma que:

Eu não tinha tempo pra nada, saía de casa sete horas da manhã. Tinha vezes, antes deu começar a estudar, que eu emendava, ficava até as nove horas da noite. Foi aí que eu comecei a me dedicar a estudar, porque eu poderia sair mais cedo, umas quatro e meia, se eu tivesse fazendo algo.¹⁸

O horário era negociado, bem como os dias de estudo. Luíza afirma que no início tinha apenas uma aula semanal, passou para duas, até frequentar todos os dias. A frequência diária resultou em um cansaço extremo, segundo a entrevistada. O caso de Luíza, sobre os quais aprofundaremos no terceiro capítulo, demonstra como o banco de horas torna-se conveniente para esses estudantes migrantes, ao mesmo tempo que reproduz as relações de trabalho dentro do ambiente escolar.

No ano de 2019, o município de Florianópolis contabilizou vinte e nove pólos (escolas) que ofertavam a modalidade EJA, dispostos em Núcleos distribuídos por regiões, sendo eles: Núcleo Centro I, Núcleo Centro II, Núcleo Centro III, Núcleo Sul I, Núcleo Sul II, Núcleo Continente I, Núcleo Continente II, Núcleo Norte I e Núcleo Norte II. De antemão, salientamos que a presente pesquisa centra-se no Núcleo Norte I, no bairro Ingleses, pelo seu alto índice de migrantes, conforme denunciam as fichas de matrícula.

O documento produzido pela prefeitura de Florianópolis e a Secretaria de Educação, no ano de 2008, desenvolve as questões estabelecidas sobre a *Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos– EJA*. Nesse caderno são explicitadas algumas considerações a respeito de como se constitui a metodologia e prática de

¹⁸ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

ensino, a fim de esclarecer os motivos e as razões que sustentam a proposta, uma vez que não existe uma formação específica para o profissional que atuará na EJA.

O documento descreve a estrutura do funcionamento da EJA, como: a composição dos núcleos; a função geral dos profissionais envolvidos; o curso; a carga horária, entre outras informações técnicas, bem como objetivos pedagógicos e princípios educativos:

A Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino de Florianópolis tem como objetivo geral mediar ações educativas, reunindo cidadãos em contínua transformação, em um ambiente de respeito e fraternidade, em prol da construção coletiva de um mundo justo para todos. O trabalho tem como princípios educativos a relação interpessoal, o aprender, o diálogo, o respeito, a solidariedade, a pesquisa, a autonomia, a responsabilidade, o compromisso social, a socialização do conhecimento, a politicidade, a dialética, a complexidade, as singularidades, as multiplicidades, o paradoxal, a sustentabilidade do planeta e a não fragmentação do conhecimento. Realiza-se diariamente ações para aperfeiçoar o ler, o escrever, o ouvir, o falar, o debate e o fazer trabalhos em função dos objetivos planejados. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 11).

Entre os saberes a serem desenvolvido pelos estudantes estão: identificar e avaliar necessidades de conhecimentos atuais buscando soluções; identificar, avaliar, valorizar e exercer direitos e deveres como cidadão; saber ler e se expressar com clareza, concisão, coerência, autonomia e fundamentação nas diversas formas de expressão humana; saber formar e conduzir projetos individualmente ou em grupo; saber analisar situações e relações da vida real com autonomia, buscando as causas e soluções de forma ampla, interligada e sustentável; saber polemizar e teorizar verbalmente e por escrito; saber cooperar, participar de uma atividade coletiva e compartilhar liderança; saber construir e estimular organizações do tipo democrático; saber conviver criticamente com regras, questioná-las e elaborá-las; e saber buscar e receber criticamente os meios de comunicação. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 11-12).

2.2.1 Os módulos

O currículo oferecido pela metodologia da EJA pode ser compreendido através da separação entre dois segmentos principais. O primeiro equivale à fase de alfabetização e às séries iniciais – primeiro ao quarto ano do ensino fundamental. O segundo segmento se refere às séries finais do ensino fundamental – quinto ao nono ano. Para que o aluno avance para outro módulo ou segmento, ele passa por avaliações individuais e de forma acompanhada, identificando a evolução do aprendizado.

A EJA possui uma carga horária mínima anual por segmento: 800 horas aula efetivamente trabalhadas. Estas podem ser divididas entre a parte presencial - 75% (600 horas) e o máximo de 25% de caráter não presencial (200 horas), onde cada dia letivo corresponde a 4 horas-aula, as quais somente serão contadas se houver produção do aluno. O documento da PMF (2008) anuncia que o professor responsável pela turma deve verificar a produção do estudante, caso este não esteja engajado em suas atividades, as horas não deverão ser contabilizadas.

A entrada na modalidade é permitida a pessoas a partir de 15 anos completos, o que tem acarretado uma juvenilização dos estudantes da modalidade. O documento *Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos– EJA* afirma que, “desde 2006, interessados com idade entre 15 e 17 anos que não trabalham são direcionados para estudar no núcleo do Centro no período diurno” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 10), ou seja, as instituições que possuem a modalidade EJA no período noturno dão preferência a trabalhadores e/ou pessoas que pretendem conciliar estudo e trabalho. Ademais, para os alunos que residem a uma distância maior que 2 km do núcleo, com renda familiar inferior a três salários mínimos, são oferecidos passes escolares.

A matrícula é realizada perante a apresentação de cópia do documento de identidade, um comprovante de residência e o preenchimento de uma ficha de matrícula. Essa informação é importante pois, como demonstra Vendramini (2016), no ensino regular a obrigatoriedade da documentação torna a situação do migrante ainda mais delicada, pois a migração é muitas vezes planejada sem antecedência, impossibilitando providenciar a documentação, ou ainda, são extraviadas no caminho. Ademais, como aponta a autora, as migrações são frequentemente realizadas durante o ano letivo, onde o tempo de adaptação e locomoção ao novo local de moradia é subtraído do calendário escolar.

Destacamos que a singularidade da metodologia da EJA de Florianópolis é essencial para que os migrantes conciliem trabalho e retorno à escola. Por isso, adentramos essas especificidades como uma determinante no retorno escolar do migrante. Desde a matrícula, as relações professor-aluno e a vertente pedagógica empregada flui para facilitar a permanência desses estudantes, tal como nos é confirmado pelos trabalhadores da instituição. Anunciamos nos próximos parágrafos, de forma sintética, como se apresenta o ensino por pesquisas, conforme empregado na EJA Florianópolis, para que sirva de embasamento para a compreensão mais aprofundada do fenômeno pesquisado.

2.2.2 A educação por meio das pesquisas

Buscamos descrever como funciona o método de ensino por meio de pesquisas na EJA em Florianópolis. Dada a singularidade da metodologia da EJA Florianópolis, nos dedicamos aqui a compreendê-la, assumindo que não temos como pretensão deste trabalho o foco na análise metodológica da proposta. Ainda assim, é indispensável assinalar que “essa modalidade de ensino constitui uma das mais claras expressões dos processos de correlações de forças” (RUMMERT, 2007, p. 35). Afinal, como confirmado por Rummert, a modalidade EJA, no Brasil, é, sem dúvida, uma educação de classe, mesmo que “(re)apresentadas como a via de superação das assimetrias de poder entre os países centrais e aqueles que aspiram ao ingresso no bloco hegemônico, bem como entre classes, frações de classe e indivíduos” (p. 37).

O documento *Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos– EJA* (2008), produzido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, destina uma parte para os docentes da EJA, onde explica o funcionamento das pesquisas e a necessidade de trabalhar com ‘hipóteses’ para a pergunta de pesquisa. Para responder a questão de ‘Por que trabalhar com ‘hipóteses’ para a pergunta de pesquisa?’, o documento indica “Porque a partir destas respostas se explicita quais os conhecimentos e pressupostos iniciais dos alunos / professores / coordenadores” e:

Porque ao se compará-las, ao final do processo, com as conclusões da pesquisa pode-se perceber o quanto os conhecimentos reconstruídos avançaram em relação aos conhecimentos prévios iniciais. (Do senso comum à consciência filosófica de Dermeval Saviani. O desenvolvimento proximal de Vygotski e Paulo Freire). (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 55).

Sabemos que o processo de aquisição dos conhecimentos, ultrapassando as barreiras do senso comum, é um processo que demanda tempo, dedicação, materiais de estudo e pesquisa, além de ser melhor desenvolvido com o auxílio dos professores. Infelizmente, o avanço dos conhecimentos “Do senso comum à consciência filosófica de Dermeval Saviani” na EJA, fica, muitas vezes, no discurso, devido à dificuldade de se colocar em prática todos os fundamentos metodológicos da modalidade. Na prática, são poucos professores acompanhando os estudantes, não há concurso para efetivos na modalidade desde 1994 e não há formação para os profissionais que atuam na EJA. Além de todos os elementos estruturais, há uma juvenilização da modalidade, o que dificulta a integração das diferentes gerações. Ademais, são sujeitos que chegam à EJA com uma grande defasagem de aprendizado e, além disso, necessitam conciliar trabalho e escola.

Para o coordenador geral da EJA de Florianópolis, Antônio Chedid Neto¹⁹, esta é uma educação com a marca da classe trabalhadora, onde está circunscrita a pedagogia próxima a Paulo Freire.

Eu sempre defendi essa questão popular, sempre defendi essa questão, nós temos como prioridade. E pra mim sempre foi claro isso, uma oposição muito clara em relação a burguesia e ao popular e acho que isso facilitou muito o meu trabalho. Porque quando eu cheguei na EJA e comecei a estudar a história da EJA ela é muito próxima com a educação popular, através de Paulo Freire. Que não tinha escola, ele alfabetizada em qualquer ambiente. E ele falava mesmo isso, que não precisava da escola, precisava de instrumentos e não é a escola que resolve isso. E aí, e o público que nós atingimos, é um público que já foi excluído, sobretudo pela questão social, porque ele foi excluído da escola porque ele teve que trabalhar. Ele foi excluído da escola porque a menina ficou grávida e não tinha quem cuidasse, o pai foi embora, ou era agressivo. Justamente o que acontece com a classe trabalhadora e a EJA tem esse sentido.²⁰

Segundo relato do coordenador, por seguirem essa metodologia, os professores tornam-se ferramentas no processo de aprendizagem e de libertação de cada aluno. Deste modo, o professor desta modalidade atua como orientador, buscando horizontalizar a relação professor-aluno. Ressaltamos que o papel do professor ainda é central e necessário, pois é ele quem orientará o estudante em todas as fases da pesquisa, porém, de acordo com a proposta metodológica, não cabe ao professor a socialização dos conhecimentos acumulados historicamente.

A metodologia de pesquisa na EJA funciona de forma que o aluno escolhe sua problemática, de acordo com o gosto e vivência pessoal, pois os docentes afirmam que não existe nada que não possa ser pesquisado. Com as perguntas feitas, o estudante procura respostas nas mais variadas fontes, como internet, livros, documentários, vídeos *online*. Os professores auxiliam na coleta desses dados, a encontrar bibliografias e fontes, na sistematização e, por fim, na preparação da apresentação. É comum que em cada sala fiquem dois professores, sendo que esses se revezam diariamente. Para a instituição é a possibilidade de que todos os professores passem por todas as salas, todas as semanas, visando uma melhor relação professor-aluno.

¹⁹ Entrevista realizada pela autora para a disciplina de Estágio Supervisionado em História, do curso de graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2015. No ano de 2015 o coordenador da EJA Ingleses era Antônio Chedid Neto, hoje atua como coordenador geral. A entrevista será utilizada para auxiliar na compreensão da EJA na ótica de seus trabalhadores.

²⁰ Idem.

Há uma mudança na fase final da pesquisa²¹ quando os estudantes estão preparando a apresentação. Nesse momento, são distribuídos entre os docentes os grupos das pesquisas por área de afinidade, encaminhando os últimos detalhes da pesquisa, a produção do cartaz e o que mais for necessário. Há uma mudança na configuração de professores e alunos nesse momento. Cada professor, responsável por uma quantidade de pesquisas, fica com os estudantes em sala, fazendo as devidas orientações. É o único momento que encontramos apenas um docente na sala, ao invés de dois, como de costume na EJA de Florianópolis. Vale lembrar que em caso de incompatibilidade do grupo com o professor, ou maior afinidade com outro, este pode pedir a troca, o que é analisado nas reuniões da equipe.

A relação entre docentes é mediada pelo planejamento semanal, que ocorre duas vezes na semana, no período da tarde, conforme estipulado pelo documento da Prefeitura. Nesses planejamentos coletivos são pontuadas as principais questões apresentadas pelos estudantes e pelo dia a dia escolar, bem como conferem o desenvolvimento da pesquisa de cada um dos grupos.

2.2.3 Diários, horas não presenciais e oficinas

A EJA Florianópolis prevê, além das horas em sala realizando a pesquisa, as horas de produção externa, chamadas de horas não presenciais (HNP), e o diário do estudante.

Cada aluno recebe um caderno com o qual manterá diálogo todos os dias com os professores e que deverá permanecer sempre no espaço educativo. Servirá para registro de suas dúvidas, suas opiniões sobre as atividades etc. Os professores deverão também fazer uso dele, principalmente para a construção de vínculo a partir de um diálogo escrito, assim como colaborar com a aprendizagem, registrando transformações percebidas. O núcleo deve incentivar a socialização dos diários entre os alunos. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 15).

O diário é um meio de comunicação direta entre o estudante e o professor. É no diário que o discente pode escrever sobre o que achar necessário, algum filme que tenha visto, algo importante que aconteceu, ou mesmo suas opiniões a respeito da EJA, se está conseguindo acompanhar ou não. Cada professor é responsável por uma determinada quantidade de diários e responderá ao estudante por meio do mesmo. Caso o estudante não se identifique com o professor poderá ser alterado, buscando uma relação que deixe o discente confortável para usar a ferramenta.

²¹ O tempo destinado à preparação da apresentação varia, pelo relato dos estudantes e professores ocupa em torno de duas semanas.

É também por meio do diário e da observação dos professores que são planejadas as oficinas ministradas. De acordo com o planejamento coletivo dos docentes, as oficinas são momentos de aulas “em função da necessidade dos alunos e das pesquisas” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 15), ou seja, é uma forma de suprir as defasagens curriculares da metodologia proposta. Pelas escritas no diário, conversas, observações e averiguação dos professores são decididos os temas e há um revezamento nas disciplinas a ofertarem as oficinas²².

As horas não presenciais – HPN – funcionam de forma semelhante ao diário, com a diferença de que podem compor 200 horas letivas, agregando-se ao tempo estimulado para formação na EJA (800 horas). As HPE podem ser compostas de filmes assistidos, peças, acontecimentos marcantes, pesquisa e leitura fora do horário de aula, que são registradas no diário. Sendo assim, percebemos que as HNP têm como objetivo agir estimulando a autonomia de cada aluno para buscar novas informações, desvinculando-se da mediação do professor. Já o diário aparece como forma de aproximação entre professor-aluno, em que o pretendido é estabelecer uma relação mais amigável e horizontal, fugindo de correções ortográficas, por exemplo. Ainda assim, é por conta do diário que são organizadas parte das oficinas. As oficinas são fruto da percepção da defasagem gerada pelos temas de pesquisa, em comparação aos currículos propostos para o ensino fundamental e visam suprir essa defasagem.

Silva et al (2015) defende que as especificidades do processo de escolarização do adulto não dependem exclusivamente de sua vontade, interesse ou mérito, mas depende, sobretudo, das condições objetivas e de seu lugar na sociedade. As autoras afirmam que toda história das ações educacionais destinadas a este público estiveram “atreladas às bases materiais da sociedade capitalista” (SILVA, et al. 2015, p. 7). Mesmo que essas bases alavancaram as condições do direito ao ingresso na escola nas últimas décadas, geraram, concomitantemente, a impossibilidade da universalização real da educação e geraram “jovens e adultos **expropriados** de suas riquezas intelectuais” (idem, grifo nosso). Ou seja, sujeitos que foram precariamente escolarizados porque as condições materiais só permitiram sobreviver dessa forma.

Silva (2015), amparada em Klein (2007), afirma que o processo educativo na EJA ocorre de duas formas: 1) Aprendizagem no cotidiano, vivências e relações sociais que educam

²² Ressalvamos que apenas o ensino fundamental para jovens e adultos tem a prática pedagógica com base na pesquisa. O ensino médio voltado para jovens e adultos, o chamado CEJA, funciona como um supletivo, com aulas ministradas, provas e demais similaridades com o ensino regular e é oferecido pela secretaria estadual de educação.

de determinada forma, criam hábitos, costumes e cultura e não são explícitas; 2) Aprendizagem de determinados objetos do conhecimento, que mesmo presentes no cotidiano, necessitam de mecanismos específicos para sua apreensão.

Dessa forma, a vivência cotidiana não é suficiente para a aquisição de objetos mais complexos do conhecimento. A importância do desenvolvimento de conceitos científicos está em sua função de reorganizar e requalificar “as funções psíquicas, as quais não se formam por meras associações espontâneas, mas encerram um complexo processo, envolvendo uma operação intelectual em que participam todas as funções psicológicas” (SILVA et al, 2015, p. 10).

Pautar o conhecimento científico como essencial para a educação de jovens e adultos não significa menosprezar o conhecimento cotidiano, afinal,

*desconsiderar o aluno como ponto de partida para o desenvolvimento de novos conhecimentos significa, em última instância, absolutizar a ignorância, negar a sua prática social e o seu desenvolvimento cultural ocorrido até então. O aluno adulto não é uma massa amorfa à qual compete dar forma viva - o saber científico -; não é absolutamente ignorante. **Ignora um determinado conteúdo de conhecimento, em função das relações estabelecidas nessa sociedade.** (SILVA, 2011, apud. SILVA, et al. 2015, p. 295. Grifos do autor).*

Neste sentido, muitas vezes, as instituições provedoras da educação para jovens e adultos, conscientes das limitações dos seus estudantes, buscam enquadrar-se na realidade desse público. Preocupações com linguagem utilizada pelo docente, reorganização dos temas e conteúdos, reestruturação da metodologia de ensino, horários alternativos, entre outros, são, sem dúvida, importantes. Contudo, alguns elementos carecem de análise crítica mais aprofundada.

Na prática, a flexibilização da metodologia acaba por esvaziar a EJA de conteúdos científicos que prejudicam o estudante caso busque continuar seu processo escolar, visto que a EJA abarca somente o ensino fundamental. Vemos uma pedagogia adaptada às necessidades do estudante-trabalhador de forma pragmática e com o fim no trabalho assalariado. Além do mais, observamos um duplo movimento, de um lado as discussões ficam pautadas pelo senso comum, de outro,

o empenho dos educadores tem produzido uma forma sutil de exclusão, à medida que o processo pedagógico não tem garantido aquilo que é o objetivo dessa educação: promover a inserção dos alunos no universo do conhecimento científico, levando-os a se apropriarem enquanto instrumento de ação consciente e crítica, em uma perspectiva transformadora. (SILVA et al, 2015, p. 10)

Ainda assim, no caso de Florianópolis, é necessário observar o esforço realizado pela EJA em abarcar diferentes estudantes através de um horizonte que pauta uma educação popular.

A contradição encontrada na EJA é impossível de ser resolvida somente dentro da escola, pois faz parte de uma contradição maior, intrínseca a uma sociedade pautada na exploração de uma classe sobre a outra. É inegável o esforço empreendido pelos educadores da EJA Florianópolis na busca de outra forma de relação com os trabalhadores – estudantes, ainda que atrelada a condições físicas, sociais e políticas para o desenvolvimento do projeto. Dessa forma, percebemos um movimento de avanço e recuo na EJA. Avanço em relação ao projeto proposto, mas recuo em função das razões objetivas de realização do projeto em sua totalidade.

Ademais, é importante a ressalva de que o documento das diretrizes da EJA não tem como horizonte o empreendedorismo e visa a adequação às condições de vida da classe trabalhadora. Ainda assim, muitas vezes, a premissa de que o retorno à escola tem como impulso o trabalho faz com que a atividade de estudo seja “puramente formal, posto que o aluno intenta obter bons resultados de empregabilidade, sendo essa a suposta condição para conseguir mudar seu modo de vida” (SILVA et al, 2015, p. 12). Para o enfrentamento dessas questões é necessário uma reflexão crítica sobre o papel da educação na sociedade de classes, o objetivo do ensino para jovens e adultos e o papel socializador do conhecimento científico.

A interdisciplinaridade, na forma de educação por pesquisas como metodologia da EJA de Florianópolis, carrega as carências teóricas desta concepção pedagógica. Fiod (2012) refletiu sobre o tema e afirmou que:

a indefinição teórica que permeia a proposta interdisciplinar, cujo fundamento é uma fugidia relação entre disciplinas escolares, impõe a seus defensores a admissão de que ela não é uma nova ciência, mas atitude, um ponto de vista, quiçá, um lema a ser adotado face ao conhecimento. (p. 177).

Dessa forma, a concepção da realidade multifacetada e de muitas sub realidades adentrando a escola abre portas para o relativismo educacional e “à exaltação de especificidades educacionais neste mundo em que a vida humana só pode existir como criação coletiva que supõe a cooperação de muitos” (FIOD, 2012, p. 178).

A falta de reflexão aprofundada sobre a questão da interdisciplinaridade traz consequências contrárias à luta em prol da emancipação humana, na qual o papel da escola é o objetivo de pesquisa de inúmeros autores marxistas e críticos ao sistema capitalista, assim como o papel estratégico da educação como internalização de valores e ideologia. Ao mesmo tempo, nossa hipótese indica que o emprego desses elementos na EJA de Florianópolis como diretriz pedagógica é um dos possibilitadores da permanência de trabalhadores com longas jornadas de

trabalho concluírem o ensino fundamental, dada a flexibilização dos conteúdos e forma pedagógica.

2.3 A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NA “ILHA DA CORRERIA”

A migração com destino à região sul do Brasil tem aumentado muito neste início do século XXI. Segundo os dados obtidos pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2005-2010, a região sul foi a que mais aumentou sua mobilidade social. Santa Catarina tem um importante papel neste índice, pois aumentou em 59% a recepção de migrantes em relação aos anos anteriores (IBGE, 2011). Este fenômeno se expressa na demanda por serviços públicos, entre eles, a escola.

A representação midiática criada em torno do estado de Santa Catarina como próspero, com boa qualidade de vida e baixa violência é bastante atrativa. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018) realizou um estudo em que indica Santa Catarina como um dos três estados com menor homicídios de jovens. Segundo o relatório, o estado também apresenta baixa taxa de homicídios em comparação com outros estados, tanto para homens, quanto para mulheres e a respeito das mortes causadas pela força policial.

Partindo da premissa que a polícia tem um largo histórico de atividades genocidas e de extermínio da população pobre, o menor índice de violência pode ser um dos elementos responsáveis pela escolha do novo local de moradia, ou pelo menos, um dos elementos que influenciam na decisão de ficar por mais tempo na cidade. Os jovens, em especial, encontram em Florianópolis um local de moradia mais seguro, com maior oferta de empregos e melhor qualidade de vida quando comparado ao seu local de origem. Esse fato é revelado pelos estudantes participantes da pesquisa. “Lá em Porto Alegre tem muito prédio, tu não vê muito verde e muito nego roubando e matando”²³; “Entrevistadora: Na tua cidade que é Ituberá, o que está acontecendo para os jovens virem pra cá? Ramon (19 anos): Violência, desemprego”²⁴.

Para além disso, Florianópolis adquiriu fama, tanto por sua beleza geográfica, quanto, e sobretudo, pela intensa construção midiática e apelo ao seu codinome ‘Ilha da Magia’. Silva (2019) em seu trabalho intitulado *Jovens da EJA na “Ilha da Magia”: Condições de Trabalho, Educação e Migração* demonstra que:

“Ilha da Magia” é o apelido midiático imputado à Florianópolis. Procura-se aproveitar certa tradição folclórica de mitos e lendas vinculados às bruxas e seus

²³ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses

²⁴ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses

enfeitiçamentos, cuja origem remonta às tradições lusitanas da idade média, para enaltecer as qualidades naturais que, de tão belas, tornar-se-iam contagiantes e mágicas. Isso atrairia os que por aqui passam, já que a cidade oferece paisagens exuberantes e suposta qualidade de vida. Sem dúvida um epíteto com finalidade publicitária para investimentos de toda ordem, especialmente àqueles afeitos ao setor do turismo e especulação imobiliária. (SILVA, 2019, p. 163).

Apesar da propagação do baixo índice de violência, em comparação com outras capitais (NSC TOTAL, 2015; EXAME, 2015); Silva (2019) atenta que o índice de violência também cresce em Florianópolis. Amparada nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, expõe um aumento de 166% de assassinatos em Florianópolis no ano de 2016, em comparação com o ano anterior. Uma contradição que desmistifica o que é apresentado pela mídia. Mesmo que Florianópolis contabilize menos mortes por força policial, em comparação com outras capitais, a precarização crescente da reprodução da existência tem agravado esse quadro.

O crescente aumento do genocídio nas comunidades empobrecidas, o racismo estrutural, diferentes formas de violência pelo Estado e pelo tráfico, entre outros fatores, intensificam essa realidade e deram origem a diversos movimentos de resistência contra a barbáries ocorridas nas comunidades de Florianópolis. Ainda assim, o esforço midiático para a construção de Florianópolis como o sonho de moradia tranquila em uma cidade em constante progresso atrai uma população que migra em busca da famosa “Ilha da Magia”.

O desafio para os migrantes trabalhadores que chegam à capital é estabelecer-se no novo lugar e procurar trabalho. Devido à crescente concorrência por trabalho, a necessidade da certificação do ensino fundamental se faz necessária, mesmo para postos de trabalho simples. Para conciliar trabalho e estudo, a EJA oferece a possibilidade do período noturno e sua modalidade adaptada às intempéries do volátil trabalho exercido, sobretudo pelos migrantes, possibilitando a conciliação do estudo com o trabalho.

Não demora até que os novos residentes percebam que a chamada “Ilha da Magia” não é tão mágica como o esperado. Nos grupos focais realizados, ao serem questionados sobre Florianópolis ser realmente a “Ilha da Magia”, respondem:

Ramon (19 anos): Rapaz, acho que não é não, é a ilha da correria.

Maurício (22 anos): Correria, semana inteira não pára, complicado. Quem tem que se virar tem que correr, não tem outra alternativa²⁵.

²⁵ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

Os dados obtidos por meio das fichas de matrícula confirmam o alto índice de migrantes na EJA. A equipe de pesquisa coordenada pela professora Célia Regina Vendramini reuniu todas as fichas de matrícula dos estudantes da EJA nos anos de 2018 e 2019. Dos dezenove núcleos que se espalham pela ilha e pela região continental encontramos o registro de matrícula de 904 migrantes em 2018 e 974 em 2019²⁶.

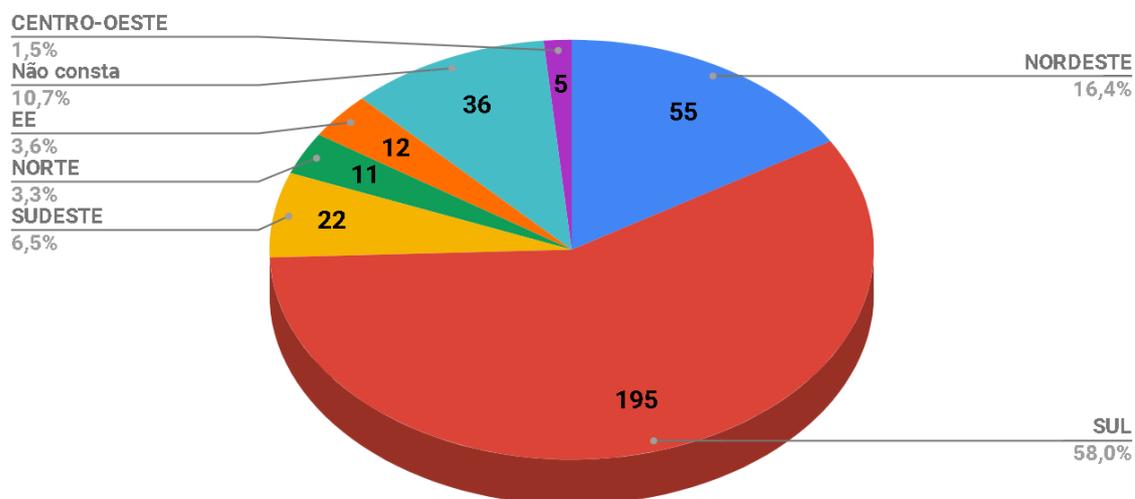
Do total de estudantes matriculados em 2018, 47% são migrantes, 6% são da região metropolitana da Grande Florianópolis, 2% são de Estado Estrangeiro e 29% são nativos. Não consta a informação de origem de 15% dos estudantes. Agrupando migrantes da Grande Florianópolis com os de outras regiões e de estado estrangeiro obtemos o total de 55%, ou seja, mais da metade dos estudantes matriculados na modalidade EJA em 2018 eram migrantes.

Com base nas fichas de 2019, identificamos que mais de 50% são migrantes, 7% são da região metropolitana da Grande Florianópolis, 1% são de Estado Estrangeiro e apenas 29% são nativos. 12% dos matriculados não informaram o local de nascimento. Considerando todos os migrantes, incluindo os da Grande Florianópolis e os estrangeiros, chegamos a um resultado de 59% de migrantes, significando um aumento de 3,3% em relação ao ano de 2018. A região de origem dos estudantes migrantes é expressa nos gráficos abaixo:

²⁶ O número total de estudantes em 2018 foi de 1636 estudantes e no ano de 2019 foi de 1658.

Gráfico 01: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2018.

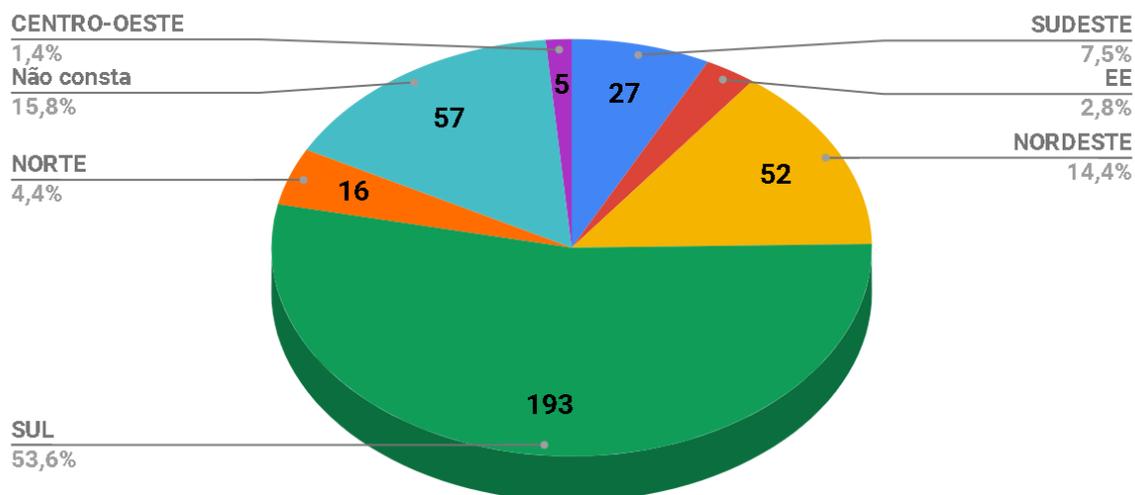
Região de origem - EJA Norte 2018 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Gráfico 02: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2019

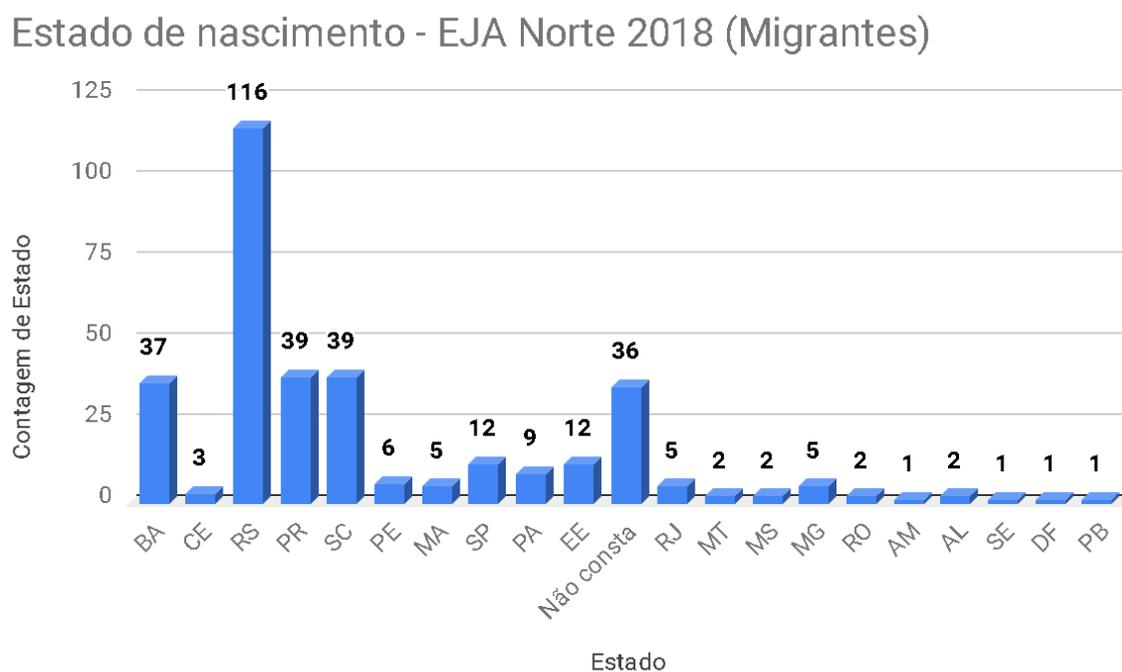
Região de origem - EJA Norte 2019 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

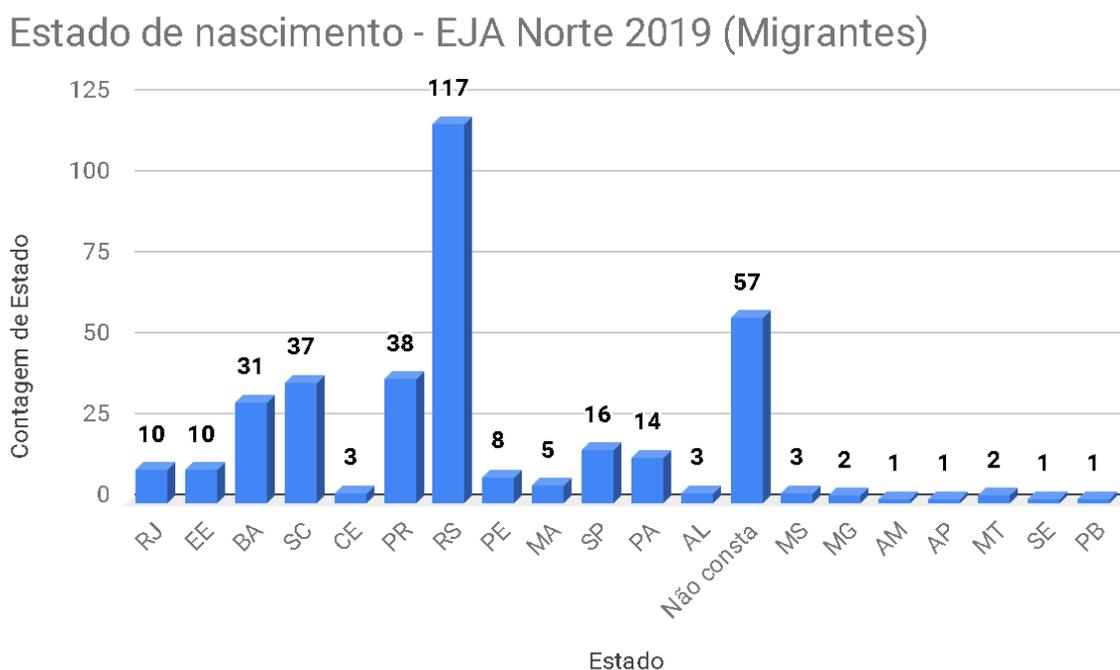
A região de origem dos migrantes se repete nos anos de 2018 e 2019. A maior parte é oriunda da região sul, seguido pela região nordeste e norte. Infelizmente muitas fichas de matrícula não continham a informação de naturalidade o que gerou uma porcentagem substancial da categoria 'não consta'. Essa variante acompanhará o trabalho durante as análises, devidamente assinalada.

Gráfico 03: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2018.



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2018.

Gráfico 04: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte no ano de 2019.



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2018.

Os gráficos acima indicam o estado de origem dos migrantes. Além dos destaques dos estados da região sul, há um número expressivo da Bahia com 37 estudantes em 2018 e 31 estudantes em 2019. A migração encontrada na EJA é interna. Mesmo com a incidência (baixa) da opção estado estrangeiro (EE) nas fichas de matrículas, a equipe percebeu pelo nome dos estudantes que, na maior parte dos casos, tratam-se de brasileiros. No que diz respeito ao debate teórico sobre a migração interna, o mesmo ganhou força a partir da segunda metade do século XX, dada a crescente migração interna no contexto de industrialização nacional. Singer (1998) afirma que:

A migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividades no espaço crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. (Idem, p.52)

No escopo dessa discussão, o autor atribui às desigualdades regionais o motor principal das migrações internas, acompanhando a industrialização nos moldes capitalistas. Assim como explica Alves (2006, p.22): “Na corrente marxista a origem dos fluxos é interpretada como o

resultado de processos estruturais que se desenrolam nas áreas de origem e resultam em fatores de expulsão populacional, colocando um determinado grupo social em movimento.”

Para Singer, as migrações internas na sociedade brasileira estão marcadas pelas desigualdades regionais, assim como pelo papel ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. A partir disso, o autor estabelece condições consideradas de expulsão e fatores de atração das regiões de origem e de destino. “Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”. (SINGER, 1998, p.40).

Diante dessa afirmação, o autor subdivide os fatores de expulsão entre mudança e estagnação. Os fatores de mudança “decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”. Já os fatores de estagnação “manifestam-se sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (SINGER, 1998, p. 37).

Singer refere-se à migração associada à industrialização do país no decorrer do século XX. Na atualidade, teríamos mais dificuldades em falar de origem e destino, visto que as migrações têm sido cada vez mais temporárias. As pessoas são expulsas não apenas de seus locais de origem, mas seguem sendo expulsas nos locais para onde se dirigem e buscam se instalar. Pelos grupos focais realizados em nossa pesquisa, observamos que os jovens já moraram em diferentes cidades e estados do país.

Observamos que o aumento do fluxo migratório para Santa Catarina, em especial Florianópolis, abriga em seu âmago muitos sujeitos que são oriundos das frações mais vulneráveis da classe trabalhadora. Dada a concorrência cada vez mais acirrada por vagas de emprego na capital, a procura pela EJA é motivada pela busca por melhores ofertas de trabalho. Como demonstrado anteriormente, a proposta metodológica da EJA leva em conta o público a qual é destinada. Mesmo que possamos avaliar de forma crítica toda a estrutura que permeia a educação para jovens e adultos, é a única possibilidade de retorno aos estudos para muitos trabalhadores. Entretanto, a EJA, tal qual toda educação destinada à classe trabalhadora nesta sociedade, parte de um projeto que ensina conformidade e naturaliza o sistema hegemônico.

Dessa forma, a proposta apresentada pela Prefeitura de Florianópolis reconhece as opressões vividas pela classe trabalhadora que impediram a continuação dos estudos, por isso afirma ser uma educação *para a* classe trabalhadora. Cai, entretanto, em contradição. De um lado, sua metodologia, seu currículo – ou a ausência deste - seus horários e seu tempo pedagógico são ajustados para possibilitar a permanência do estudante na escola. De outro, limita a possibilidade emancipatória e social do conhecimento científico e cerceia os conhecimentos com base nas experiências vividas. Em um documento síntese anexado ao site da Prefeitura e destinado aos recém matriculados na modalidade, se afirma que:

As pessoas que estudam na EJA procuram um curso diferente. A maioria trabalha, tem família, muita responsabilidade, não pôde estudar na escola na época da infância e da adolescência. Algumas pessoas tiveram um passado difícil e não puderam concluir o ensino fundamental na idade apropriada. Portanto, a proposta da EJA tem que ser diferente e adequada ao seu grupo. (FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 1. Grifos nossos).

Compreendemos que fatores externos e particulares influenciam e marcam a trajetória de aprendizado e de construção da educação destes indivíduos que em sua maioria fazem parte de grupos sociais marginalizados pela sociedade. Percebemos como toda a estrutura econômica, social e cultural dos estudantes torna mais complexa a existência do projeto desenvolvido pela Educação de Jovens e Adultos, e ainda mais delicada no caso dos migrantes.

O afastamento da vida escolar é sentido na procura por trabalho, mesmo que este tenha sido um dos motivos desse afastamento. A primeira vista, pode parecer contraditório que o trabalho tenha a possibilidade de ampliar os horizontes da humanidade e na mesma medida alienar e subjugar o ser humano. Frigotto (2005), ao escrever sobre a dupla face do trabalho, o coloca como aquele que cria e destrói a vida, isso porque são as relações sociais que determinam a forma como o trabalho se apresenta numa determinada sociedade. Dessa forma, o trabalho sob o modo de produção capitalista sempre aliena e explora os trabalhadores, tendo sua face emancipatória negada.

Os motivos que afastam os jovens do percurso escolar estão ligados à sua condição de classe. Klein e Cavazotti (2012) redigiram um artigo com base em uma pesquisa sobre condições de escolaridade de trabalhadores, buscando compreender as relações entre o tempo dedicado à escola e ao trabalho. Para as autoras, existe imensa dificuldade na compatibilidade entre escola e trabalho. As questões que demandam tempo da vida dos estudantes limitam sua dedicação aos estudos e quebram o chamado ‘tempo pedagógico’. Sobre esse termo, as autoras explicam que se configura como a junção de ‘dois tempos’:

O tempo de interlocução educador-educando, ou seja, o tempo necessário para as atividades de ensino, de “socialização” do saber sistematizado e o tempo de sua “assimilação”, que implica o esforço subjetivo do educando e, assim sendo, obedece a ritmos individuais (KLEIN, CAVAZOTTI, 2012, p. 3).

Em função das longas jornadas de trabalho e da dupla jornada no caso das mulheres, das mudanças de trabalho, da criação dos filhos, do cuidado com a família, com a casa, do cansaço diante do trabalho exaustivo e repetitivo, o tempo pedagógico é interrompido.

O tempo pedagógico é, muitas vezes, dividido em dois tempos, o tempo escolar e o extra escolar. Dessa forma, a lição escolar, por exemplo, torna-se uma extensão arbitrária na jornada escolar e intensifica a desigualdade entre os discentes. Na EJA de Florianópolis não há lição de casa. Como bem colocado por Klein e Cavazotti, na EJA impera a ideia de que o tempo-escola deve adequar-se às possibilidades do trabalhador, ou seja, ao pouco tempo disponível. O que é, por um lado, prática para buscar a permanência do estudante na escola é, por outro, adequação às necessidades do capital, de “consumo máximo do tempo dos trabalhadores, o que se explica pelo caráter de mercadoria que esse tempo adquire sob relações capitalistas de produção” (KLEIN, CAVAZOTTI, 2012, p. 6).

Os sujeitos que retornam à EJA visando melhorar suas condições de vida enfrentam uma situação onde a escola é ‘encaixada’ no mundo do trabalho. Os dados abordados no artigo de Klein e Cavazotti demonstraram que os brasileiros com menor escolarização são os que tem as mais longas jornadas de trabalho. Dos sujeitos que trabalhavam 45 horas semanais ou mais, 29% não tinham instrução, 34% possuíam fundamental incompleto e 37% possuíam ensino fundamental completo. Dos trabalhadores com ensino superior completo, menos de 20% tinham essa jornada de trabalho. Isso significa que os sujeitos que tiveram seu percurso escolar interrompido estão ainda mais sujeitos a exploração e precarização na venda da força de trabalho, pois seu poder de barganha individual é diminuído devido à falta ou ausência de escolaridade. Os grupos focais realizados confirmam essa realidade. Dos participantes, apenas dois trabalhavam menos de 8 horas diárias, em função do programa Jovem Aprendiz. Há ainda forte incidência de dois vínculos empregatícios, ou os famosos ‘bicos’ para complementar o salário.

A respeito do gênero nas instituições, as fichas de matrículas de 2018 e 2019 apresentam uma predominância masculina, tanto nos dados gerais, contabilizando os nativos e migrantes, quanto no recorte dos estudantes migrantes. Entretanto, nos dois casos, a diferença é consideravelmente pequena. Em 2018, dos migrantes matriculados, 53% eram homens e 47% mulheres. Em 2019 o dado é de 54% e 46%, respectivamente.

Conforme dados do IBGE (2019b), as mulheres tendem a ter uma média educacional mais alta que os homens. Entretanto, o mesmo não se coloca para as mulheres das frações mais empobrecidas da classe. No Brasil, estima-se que 1% das mulheres de 25 anos ou mais não completou 1 ano do curso escolar, 9% tem de 1 ano completo a 3 anos de escolarização, 21% tem de 4 até 7 anos.

As mulheres trabalhadoras que participaram da pesquisa desta dissertação estão inseridas na dupla jornada de trabalho. Entretanto, os grupos focais realizados apontam que, em caso de ausência de trabalho para os homens, parte do trabalho de reprodução social fica a cargo deles, que o conciliam com os estudos, como verificamos nos depoimentos dos adolescentes abaixo:

Gustavo (18 anos): Eu fico em casa, praticamente eu que cuido da casa todo dia, porque minha irmã estuda, minha sobrinha, aí meu irmão estuda de manhã, quem fica em casa cedo é eu, eu fico até meio dia né, eu que cuido do almoço, cuido da casa, faço tudo.

Igor (15 anos): Quando eu não estou estudando, eu me acordo às 6, limpo a casa de manhã, espero meu pai chegar pra fazer comida, porque eu não sei cozinhar, aí depois eu vou pra praia, volto pra casa, começo a ler, depois eu limpo a casa de novo, faço café, leio de novo, faço chimarrão pro meu pai, aí ele fica tomando até a hora de eu ir pra escola, eu tomo banho, vou pra escola. Mas quando eu não tenho aula, aí eu só como e vou dormir, às dez horas da noite eu to dormindo já.²⁷

Tanto homens como mulheres, expropriados de seu local de origem, vivem permeados pela incerteza de uma vida digna, ou mesmo da garantia de direitos básicos, como moradia adequada. A forma de estruturação do sistema econômico vigente determina onde e como milhões de pessoas vão viver. Portanto, quando interrogamos a relação dos migrantes com baixa escolarização, consideramos:

Dimensões como o trabalho, a cultura, o território, o lazer, o uso de drogas, a violência, a política, a participação social, os processos de exclusão, as desigualdades sociais e escolares, o conteúdo e a forma escolar, bem como a relação com os estudos também precisam ser cotejadas (MARCASSA, 2019).

²⁷ Grupo focal realizado em 13/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

2.3.1 EJA Norte

Os bairros do norte da Ilha de Florianópolis são divididos pela renda e padrão de vida dos moradores. Enquanto Jurerê Internacional é o bairro em que reside a burguesia da cidade, ou os ricos que vem para a temporada, o bairro Ingleses, localizado no Distrito dos Ingleses do Rio Vermelho, é conhecido por ser um local com aluguéis mais baratos e por isso, e também pela sua extensão, é uma das regiões mais densamente povoadas da ilha. Por suas praias, recebe pessoas dos mais variados locais e a especulação imobiliária é altíssima. Nos últimos anos a região norte teve grande crescimento para conseguir suportar sua população. Ruas foram asfaltadas, aumentadas, grandes lojas e supermercados disputam espaço com prédios, em meio às pequenas servidões dos bairros populares. A maioria destes bairros começou a se constituir a partir de vilas de pescadores, como é caso do bairro Ingleses. Tendo como característica extrema beleza, o balneário possui uma extensa faixa de areia que se expande por cerca de cinco quilômetros.

A urbanização acelerada, impulsionada pelos processos migratórios na Ilha, onde a culpabilização recai sobre os migrantes, nunca sobre o capital, acarretou ao local bruscas consequências, como a desenfreada especulação imobiliária, a falta de saneamento básico e inúmeros abusos ambientais. O bairro é habitado tanto por moradores nativos, quanto por pessoas que vieram de outros locais, sendo um dos principais destinos para migrantes, pois alinha aluguéis mais baratos e uma considerável demanda de força de trabalho, em função do turismo, da construção civil e dos serviços.

Desde a década de 1980, grande parte da Ilha fora destinada à construção e ocupação da elite. Estes empreendimentos passaram a chamar operários e comerciantes para a região. Os antigos moradores, com a esperança de uma melhoria de vida, passaram a vender seus terrenos e a migrar para as regiões com maior declínio, como as dunas. Desse modo, regiões como a Vila do Arvoredo, localizada no bairro Ingleses e popularmente conhecida como Favela do Siri, foi ocupada por trabalhadores compostos dos antigos moradores e dos migrantes que chegavam para trabalhar. (MAY, 2001).

Ouriques (2007) escreveu um artigo cujo foco foi discutir a expansão do turismo em Florianópolis por uma perspectiva crítica. Para isso, analisou os aspectos relacionados ao mercado de trabalho e o meio ambiente. O autor expõe que o crescimento e investimento no

turismo, a partir da década de 1980, implementou profundas mudanças na paisagem da orla marítima da cidade, assim como a mercantilização da terra, onde “a predominância do valor de troca sobre o valor de uso implicou um acentuado boom imobiliário” (p. 74).

Além das mudanças nas paisagens e na expansão da terra como mercadoria, os sentidos e formas de trabalho se alteram, conseqüentemente. Para o autor,

A incidência da elevação do preço da terra ocorre quase que simultaneamente à decadência das atividades econômicas tradicionais, implicando, via de regra, a transferência da posse da terra e a expulsão das áreas de marinha de muitas famílias de agricultores e pescadores, em benefício das classes mais abastadas de Florianópolis e de outros lugares (OURIQUES, 2007, p. 75).

A situação do bairro Ingleses é expressão do que Ouriques (2007) expõe em seu texto. As construções comprometeram a flora e fauna local, pois não houve preocupação com a sustentabilidade do local, acarretando conseqüências como remoção das dunas, aterro de mangues e rios e cortes em encostas de morros. A forma predatória de urbanização da região do norte da ilha se deve, em grande medida, a hotéis e residenciais. Dessa forma, a expansão do turismo passa a ter um papel determinante na

"Destruição criativa" da paisagem natural. Isto torna-se ainda mais evidente se lembrarmos que datam deste período o início do processo de cercamento da orla marítima na parte Norte da Ilha pelas construções, notadamente as de maior porte (como hotéis e condomínios residenciais), num processo de verticalização ainda em curso. Hoje, os Balneários de Ingleses e Canasvieiras estão repletos de muralhas cercando o mar... Muitas destas construções, com a anuência ou omissão do poder público, constituíram-se em verdadeiros atentados ao meio ambiente (OURIQUES, 2007, p. 79).

Apesar do crescimento do turismo na região, o mesmo não ocorreu com os empregos formais. De acordo com os dados apresentados pelo autor, no ano de 2004, os trabalhadores do ramo hoteleiro e similares somavam menos de 2% da força de trabalho formal da cidade. Os trabalhadores formais ocupados nos restaurantes e similares somaram, no mesmo ano, 4% do emprego formal local. Dessa forma, “a expansão dos postos de trabalho no turismo tem que ser explicado pela informalidade, determinante da maior parte das ocupações nesta atividade”. (OURIQUES, 2007, p. 76). Essa realidade, segundo Ouriques (2007), é uma característica estrutural na atividade turística. Para além disso, constatamos que os trabalhos de reprodução social, mesmo quando formais, são os com menor remuneração. De acordo com os dados apresentados por Ouriques (2007), no ano de 2004,

O salário médio dos ocupados nos estabelecimentos hoteleiros e similares correspondeu a R\$ 596,93, o que significou pouco mais de um terço (35,12%) da média da economia florianopolitana (R\$ 1.699,53). Em situação pior estavam os trabalhadores dos restaurantes e similares, que receberam, em média, R\$ 490,54. Os dois setores só remuneraram melhor do que o setor de imunização, higienização e limpeza, o que demonstra a realidade salarial no setor diretamente turístico, cujos trabalhadores tendem a permanecer na base da pirâmide salarial (OURIQUES, 2007, p. 77).

Mattos (2018), em seu artigo *Crise capitalista e acirramento da luta de classes: uma leitura nos 200 anos de Marx* visa debater, com base em Marx e em dados da atualidade sobre as condições da classe trabalhadora, a relação entre as crises do capital e o potencial revolucionário da classe trabalhadora. Assim que inicia o texto, Mattos afirma que o aumento da precarização e a agudização das crises do capital não são, necessariamente, o gatilho para ação de cunho revolucionário. Marx percebeu isso na prática ao observar e vivenciar as mobilizações no continente europeu. Deixando registrada essa premissa, o autor apresenta dados sobretudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas também da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, aponta que:

Em 2017, a população global foi estimada em cerca de 7,6 bilhões de pessoas. Há cinquenta anos éramos menos da metade disso. Em 1950, apenas 30% da população mundial habitava as cidades. Em 2014, 54% do total de habitantes do mundo vivia nos centros urbanos. Essa mudança indica uma intensificação absurda do processo de proletarianização nos últimos anos. (MATTOS, 2018. p. 16).

É a partir desta afirmação que o autor se debruça a apresentar um quadro geral da situação mundial da classe trabalhadora. Comparando dados obtidos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre a distribuição dos trabalhadores nos setores da economia, entre 2000 e 2016 houve uma diminuição de quase 10% da força de trabalho empregada na agricultura, um aumento da mesma porcentagem no setor de serviços e leve aumento na indústria. Nas palavras do autor, “segundo a OIT, em 2000: 39,6% dessa força de trabalho era empregada na agricultura, enquanto 19,5% na indústria e 40,9% nos serviços. Já em 2016, eram 29,1% na agricultura, 21,5% na indústria e 49,4% nos serviços.” (Idem).

Mattos (2018) aponta que, independente do crescimento em alguns setores, a quantidade de postos de trabalho é insuficiente para absorver todos os trabalhadores que chegam ao mercado. O autor sustenta essa afirmação apresentando dados sobre o desemprego global e a tendência à drástica diminuição dos trabalhos com assalariamento regular. Consultamos a mesma fonte da OIT para verificar o grau atual do desemprego global. No ano de 2019, segundo

dados tabulados pela OIT²⁸, havia mais de 5% de pessoas em idade produtiva desempregadas. No Brasil, o número foi superior a 12%. Ressaltamos que esse dado não contabiliza trabalhadores sazonais, informais, entre outras formas, ou seja, na realidade, o número é ainda superior, mesmo que esse dado ainda seja relevante sob o ponto de vista de uma população completamente à margem do mercado de trabalho.

Com base nos dados do documento da OIT, Mattos (2018) assevera que há uma redução no emprego padrão e uma divergência entre salários e produtividade, onde a produtividade tem crescido, mas os salários não acompanham seu crescimento. A partir desses dados inicia uma discussão, com base em Marx, onde identifica tendências anunciadas pelo autor, ainda no século XIX, e que são partes integrantes da forma contraditória do modo de produção capitalista.

É também com base em Marx que o autor define o que é o proletariado, um conceito caro para o marxismo e para entender a classe trabalhadora na atualidade.

Não é apenas no operariado fabril que devemos procurar a classe trabalhadora e, portanto, o sujeito potencial da transformação revolucionária da sociedade. O proletariado é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau), assalariados regulares ou não (MATTOS, 201, p. 18).

Essa conceituação nos ajuda a compreender as atividades de trabalho desenvolvidas pelos migrantes da pesquisa. Além disso, o autor destaca os imigrantes entre os trabalhadores mais precarizados. Na Europa, por exemplo, corresponderam a 70% do crescimento da força de trabalho, entre os anos de 2002 e 2012.

Por consequência dessas relações temos,

De um lado, uma massa de trabalhadores expropriada das condições de produção da vida e, portanto, completamente disponível para ser explorada, em qualquer lugar e a qualquer preço. De outro lado, empresas capitalistas que encontram uma força de trabalho de baixo custo, longe da família e amigos, portanto com todo o tempo disponível para o trabalho, além de desorganizada em termos sindicais e dócil. E temos ainda a presença do Estado que regula contratos temporários, flexíveis e informais, e não age na fiscalização do descumprimento dos direitos trabalhistas. Constituem-se assim as condições propícias para a acumulação do capital e a exploração do trabalhador (QUEIROZ; VENDRAMINI, 2019, p. 184).

Com base nos elementos apresentados e devido ao alto índice de migrantes no norte da ilha, em especial no bairro Ingleses, decidimos por aprofundar a pesquisa na EJA da localidade.

²⁸ Dados disponíveis em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2019&start=2019&view=bar>>. Acesso maio 2020.

Dos estudantes do núcleo dos Ingleses em 2018, 73% eram migrantes. Em 2019 este número foi de 66%.

Salientamos que a EJA Norte é composta pelos núcleos dos bairros de Ingleses, Rio Vermelho, Lagoa da Conceição e Canasvieiras, denominados Norte I - Ingleses, Rio Vermelho, Lagoa da Conceição - e Norte II - Canasvieiras. A análise dos dados das instituições localizadas nas diferentes regiões da capital catarinense revelou que todas as que compõem a EJA Norte tem como destaque a presença dos migrantes, sendo, em 2018, 68% dos matriculados migrantes e em 2019, 67%. Entretanto, como afirmado no parágrafo anterior, dado o recorte perseguido por esta pesquisa, os dados que apresentamos a seguir referem-se apenas ao Núcleo dos Ingleses.

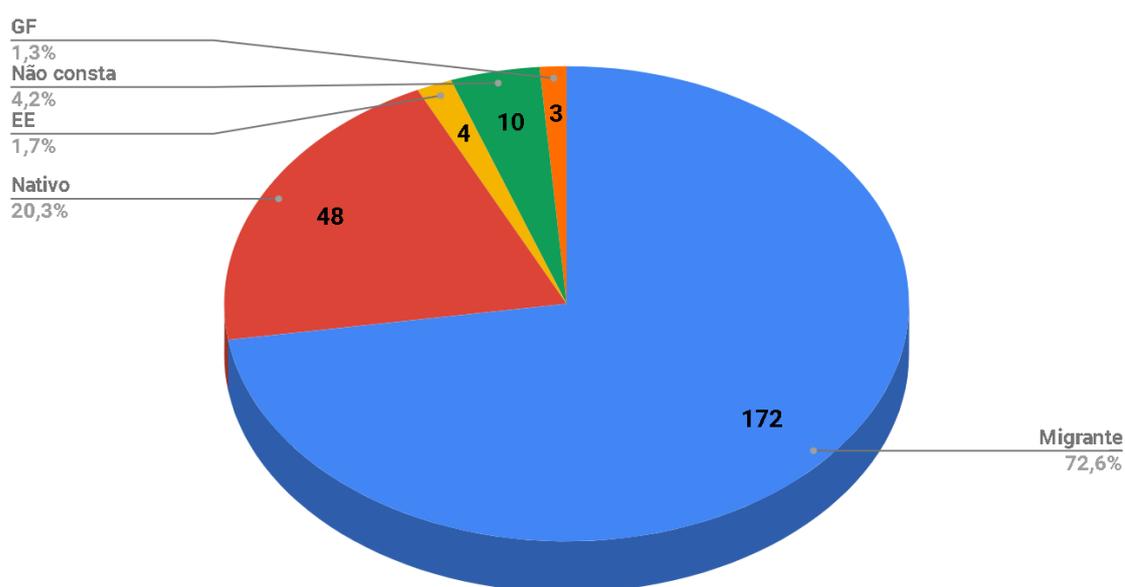
2.3.1.1 EJA Ingleses

A escola que abriga o núcleo da EJA Norte I, a EJA Ingleses, pertencente ao polo EJA Norte, se chama Professora Herondina Medeiros Zeferino. Construída em 2012, a Escola existia antes, em outro local do bairro, com o nome de Gentil Matias. Atende estudantes de duas modalidades de ensino: o ensino fundamental regular diurno e a Educação de Jovens e Adultos no período noturno, com estudantes da alfabetização ao término do ensino fundamental. A escola possui um amplo espaço e conta com salas, banheiros, cantina, quadra, laboratórios de disciplinas e acesso à internet. Por abrigar o Núcleo I da Educação de Jovens e Adultos da região Norte da Ilha, a Escola disponibiliza uma sala própria onde se encontra a secretaria e uma sala para as reuniões dos professores que funciona a partir das 18 horas para atendimento ao público. Os estudantes da noite utilizam as mesmas salas de aula que no período diurno, além do laboratório de computação. A escola possui laboratórios específicos para cada disciplina, porém, dada a metodologia empregada na EJA de Florianópolis, estes são usados apenas como sala de aula e para projeção dos slides nas aulas semanais preparadas pelos docentes. O coordenador José Trindade afirma que garantir a alimentação para os estudantes da EJA foi uma árdua luta. A luta resultou no direito da escola ter merendeiras específicas para o turno da noite. É oferecido jantar para todos os estudantes de forma gratuita, utilizando o mesmo espaço do período diurno. O acesso se estende às quadras e as bolas, que no intervalo são usadas para jogos informais entre os alunos.

Conforme anunciado nos dados gerais, os estudantes naturais da região metropolitana da Grande Florianópolis (GF), contabilizados como migrantes, foram classificados diferentemente dos demais, conforme mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 06: Estudantes nativos e migrantes na EJA Norte I - 2018.

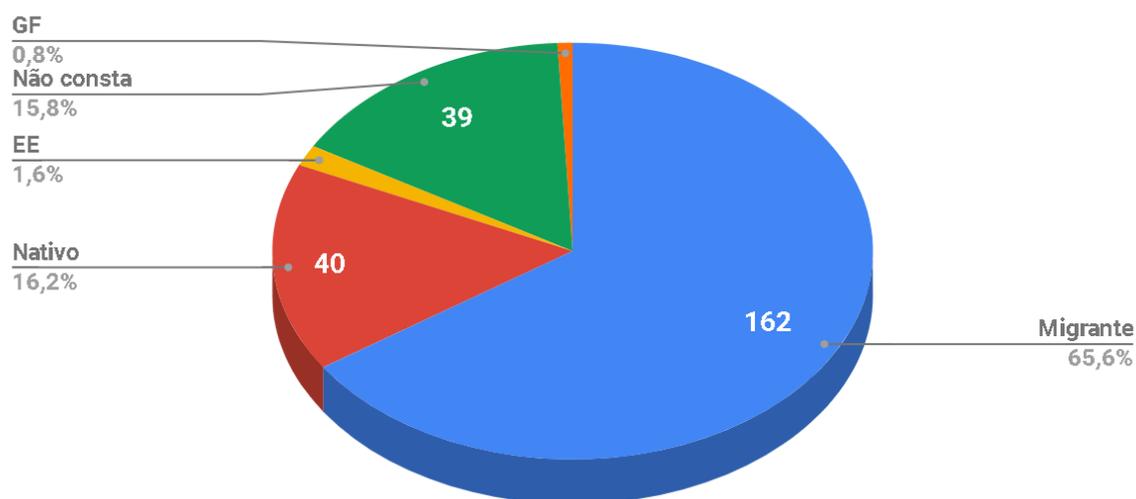
Nativos e migrantes - EJA Norte I 2018 (Geral)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Gráfico 07: Estudantes nativos e migrantes na EJA Norte I - 2019.

Nativos e migrantes - EJA Norte I 2019 (Geral)



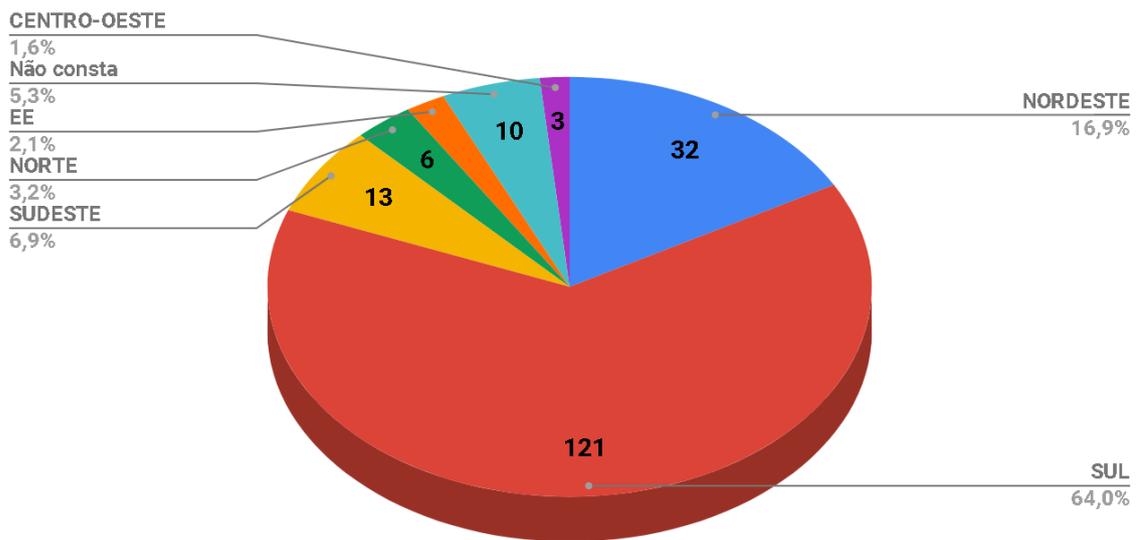
Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Dentre os estudantes matriculados no núcleo Norte I, há predominância da presença masculina. Nos dados gerais²⁹ de 2018, 61% dos matriculados eram homens e 37% mulheres. Em 2019 são 58% matriculados homens e 41% de matriculadas mulheres. A proporção se repete nos dados dos migrantes, com 61% de homens e 37% de mulheres, em 2018. Em 2019, essa diferença é levemente reduzida, ficando em 57% de homens e 43% de mulheres.

Gráfico 08: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2018.

²⁹ Os dados gerais, neste momento do texto, referem-se à contagem dos migrantes e nativos.

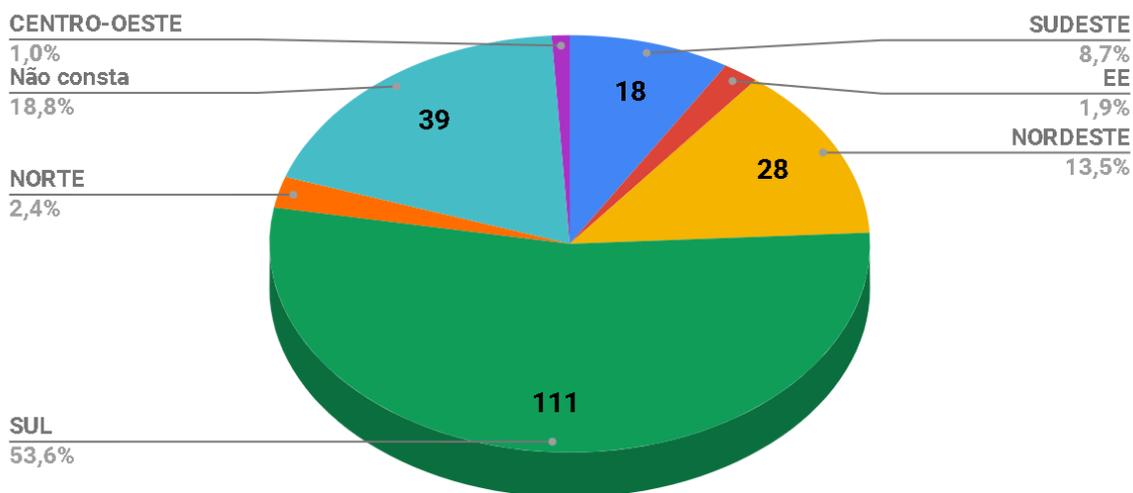
Região de origem - EJA Norte I 2018 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Gráfico 09: Região de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2019.

Região de origem - EJA Norte I 2019 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Seguindo a tendência dos dados de toda Florianópolis, a região de origem com maior índice de migrantes é a região Sul, totalizando 64% dos migrantes em 2018 e 54% em 2019, uma redução de 10%. As regiões que seguem com maior representatividade são, nos dois anos, nordeste e sudeste. Contudo, há uma diminuição no percentual das matrículas de estudantes do nordeste, ao passo que a região sudeste tem um aumento de 5% de matrículas, na comparação do ano de 2018-19, conforme demonstrado nos gráficos acima.

O aumento substancial de estudantes com origem na região sudeste, assim como o aumento das matrículas dos migrantes nos dados gerais de Florianópolis, anunciam que regiões com um histórico de menor grau de migrações para a região sul do país estão mudando sua realidade. Conforme afirmado por estudiosos da migração e confirmado nos grupos focais realizados por nossa equipe de pesquisa, o motivo primordial da migração é a busca por melhores condições de vida. Dito de outra forma, a migração é motivada pelo trabalho, pela luta pela sobrevivência e reprodução social.

A necessidade de vender a força de trabalho, como única alternativa para a reprodução da existência da classe trabalhadora, gera o deslocamento de enormes contingentes populacionais, sobretudo do campo para cidade. Na atualidade, observamos um fluxo de migração diferente entre cidades do interior e para cidades de médio porte, como é o caso de Florianópolis. A precariedade crescente na produção e reprodução da vida faz com que regiões

que historicamente foram receptoras de migrantes passem a expulsar grandes contingentes que migram para outros locais, especialmente médias e pequenas cidades. Em decorrência do processo de expropriação dos meios sociais de subsistência e produção, um grande contingente populacional é impulsionado a buscar sua reprodução existencial em outros lugares, mesmo que isso implique em uma completa mudança nos hábitos e costumes (THOMPSON, 1998).

Para a classe trabalhadora, o cerne da migração está em deslocar-se para onde houver trabalho. Os dados de nossa pesquisa demonstram que as atividades de trabalho exercidas pelos migrantes são simples, com longas jornadas, mais de um vínculo empregatício e, na maior parte dos casos, sem carteira assinada. A realidade dos migrantes na chamada “Ilha da Magia” é descrita da seguinte forma:

Maurício (22 anos): Você chega e tem que procurar trabalho né, se virar, correr atrás. Trabalhar, trabalhar, trabalhar... aqui o povo trabalha de dia e de noite, a maioria. Acho que todo mundo aqui concorda (turma assente). Tem que ser pra poder se manter aqui, porque o custo de vida aqui é um pouco alto..³⁰

Os trabalhadores despossuídos migram de um lugar para outro em busca da possibilidade de melhores condições de vida, acesso a bens de consumo, nada mais do que reproduzir a própria existência, como demonstra o estudante Ramon (19 anos) “eu penso mais em ter um carro bacana, uma casa bacana, uma graninha e tocar a vida”.³¹ Mas, pela pesquisa, observamos que no máximo conseguem acesso aos elementos mais básicos da reprodução.

A questão da reprodução social engloba ainda outros elementos, como a moradia. Encontrar um local para morar é umas das primeiras coisas que o migrante se preocupa. Quando questionado sobre a vida em Florianópolis, Maurício (22 anos) ressalta com preocupação: “Aluguel é tudo complicado, muitos lugares não aceitam criança, animais, então é bem complicado. Muita gente aluga até a temporada e depois manda embora”³².

Como colocado por Maurício, a questão da moradia é um ponto central. Isso porque é fundamental tanto para a reprodução social como indispensável na maior parte dos postos de trabalho, visto que é comum o empregador requerer comprovante de residência. Bem como para matricular-se numa escola, usar os serviços de saúde, entre outras. Contudo, o que está colocado é a dificuldade em encontrar um imóvel, devido à alta especulação imobiliária, pela

³⁰ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses

³¹ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

³² Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

dificuldade em conseguir fiador para alugar, pelo valor do caução para a entrada, ou as restrições para alugar, devido a crianças e animais. A chegada na cidade de Florianópolis é comumente associada à dificuldade em conseguir moradia.

José (62 anos): Quando cheguei em Florianópolis, eu arrumei um emprego em seguida, mas encontrei dificuldade para conseguir uma moradia. Tive que morar de favor com um cidadão. As dificuldades são grandes, porque tudo é caro aqui e naquela época havia uma dificuldade muito grande para se conseguir uma casa, um imóvel, eu permaneci aqui pagando aluguel por catorze anos e foi bastante difícil em alguns momentos, mas era bem melhor do que onde eu estava³³.

A questão da habitação não é recente nas análises marxistas. Mesmo Marx e Engels debruçaram-se sobre a questão, visto que é condição *sine qua non* para a conservação da força de trabalho. Engels (2009), no texto sobre a questão da moradia, afirma que a habitação não é exclusivamente uma questão atrelada ao proletariado, nem mesmo ao capitalismo.

A chamada falta de habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no facto de a classe operária em geral viver em casas mais, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante (Idem, s/p).

Ainda assim, “na sociedade burguesa o crescimento urbano desempenha função no desenvolvimento do capital e no encaminhamento de sua crise social” (MELO, 2016, p. 5). Neste sentido, o autor aponta que:

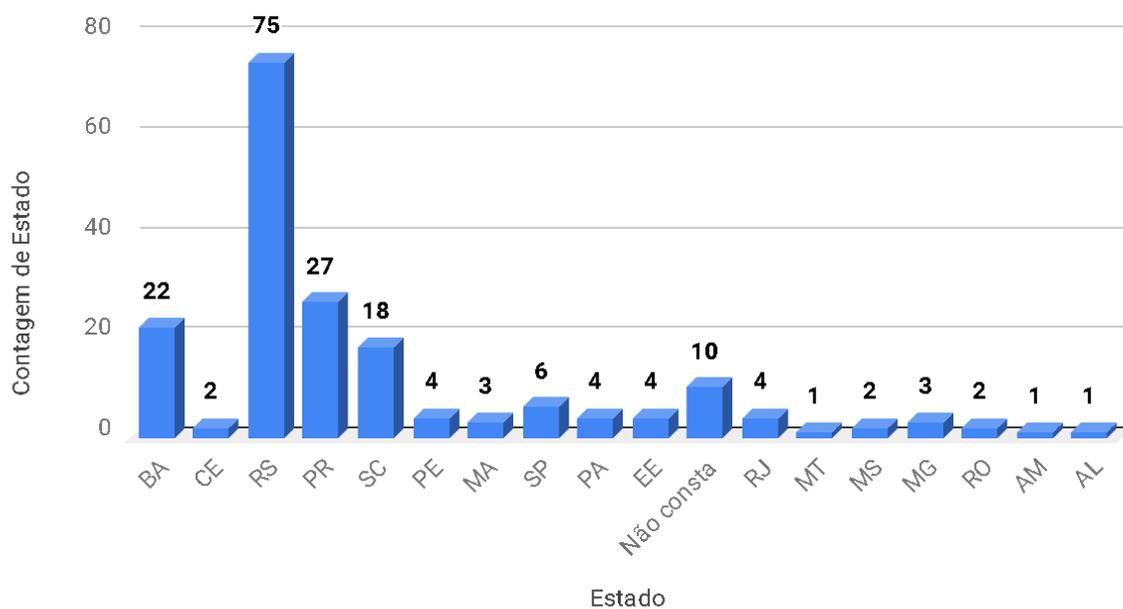
É possível notar que a incorporação de regiões à área moderna da cidade pela lógica capitalista não significa a inclusão do ser humano na civilização do capital. Ao contrário, a inserção de novos espaços urbanos na reprodução capitalista leva inevitavelmente ao encarecimento do padrão de vida na região, visto que impõe o aumento nos preços dos terrenos, das residências e dos aluguéis, o que resulta na exclusão de pessoas, daí a transferência dos descapitalizados enquanto a solução na cidade burguesa (MELO, 2016, p. 7).

No que concerne ao estado de origem dos migrantes da EJA, observamos os gráficos a seguir, dos anos de 2018 e 2019, respectivamente.

Gráfico 10: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2018.

³³ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

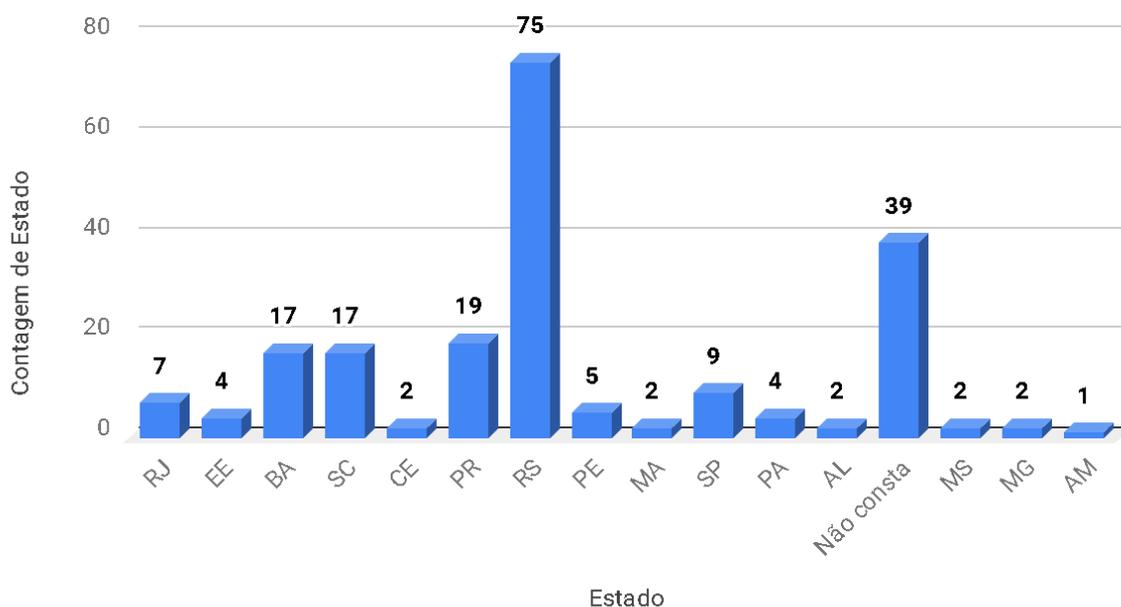
Estado de nascimento - EJA Norte I 2018 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Gráfico 11: Estado de nascimento dos estudantes migrantes da EJA Norte I - 2019.

Estado de nascimento - EJA Norte | 2019 (Migrantes)



Fonte: Elaboração realizada pelo grupo de pesquisa migração e escolarização com base nas fichas de matrícula. 2019.

Os resultados seguem a tendência já anunciada nos dados gerais da cidade, em que a predominância é dos estados da região sul, o que segue um padrão histórico. O estado com mais migrantes fora da região sul é a Bahia, que ultrapassa os migrantes de Santa Catarina em 2018 e se iguala no ano de 2019.

Além dos dados obtidos nas fichas de matrícula, contamos com material proveniente de dois grupos focais realizados com estudantes migrantes da EJA dos Ingleses. A faixa etária dos entrevistados esteve entre 15 e 60 anos, sendo que a grande maioria tem até 20 anos, dois tem mais de 50 anos, dois em torno de 30 anos e somente cinco possuem mais de 20 anos.

Os dois grupos focais realizados contaram com a participação de um total de vinte e dois estudantes, que não necessariamente estiveram presentes nos dois momentos. Dos participantes, dez tem origem no Rio Grande do Sul, cinco na Bahia, dois no Paraná, dois no Maranhão, um em Rondônia, um em Mato Grosso e um no Rio de Janeiro. Dos que estavam trabalhando no momento da realização das entrevistas, apenas três indicaram que tinham carteira assinada e apenas dois trabalhavam menos de 8 horas, por participar do programa ‘Jovem Aprendiz’, com jornada máxima de 6 horas. Dos que não estavam trabalhando, há a necessidade do trabalho

para a manutenção da vida. Dessa forma, a EJA é vista como a única forma de conciliar trabalho e estudo: “eu vim estudar na EJA por causa de serviço”.³⁴

Apesar de assinalarem que em Florianópolis há muito mais vagas que em suas regiões de origem, a dificuldade em encontrar um posto de trabalho é desanimadora: “Esses dias quando eu fui no RH do Angeloni não consegui o emprego, eu chorei pra caramba lá no negócio”³⁵. Caso a busca por trabalho não possa ser sanada, uma nova migração aparece como única alternativa, “aqui é assim, ou fica, ou vai, não tem meio termo, é questão de um ano. Se em um ano tu conseguiu ficar, aí tu te dá bem, se não tu vai embora, é o que me diziam”.³⁶

Os sujeitos da EJA são, em sua esmagadora maioria, classe trabalhadora. Em especial a fração mais desfavorecida da classe (RUMMERT, 2007). Isso significa dizer que: 1) Esses estudantes tiveram inúmeros fatores que impediram o acesso à escola, entre eles a necessidade do trabalho; 2) São trabalhadores pouco escolarizados e ocupam postos de trabalhos simples; 3) Essa situação agrava-se na condição de migrante.

Para a realidade de grande parte da classe trabalhadora, estudar sem a necessidade de trabalhar é considerado um luxo. A necessidade da sobrevivência imediata se sobrepõe à necessidade do estudo, pois a relação estabelecida com o processo escolar é diretamente ligada à condição social do estudante. O trabalho precoce, gravidez, longas jornadas de trabalho, cansaço, falta de perspectiva a longo prazo no percurso escolar, são elementos que afastam o jovem da escola.

A situação precarizada da própria reprodução da vida nos faz perceber como é sensível e complexa a estrutura de vida desses indivíduos que frequentam a EJA. Corroboramos com Frochtengarten (2009), ao afirmar que “já não podemos afirmar que a carência material seja decorrente do afastamento da escola. Devemos, isto sim, inverter a ordem dos pares sutilmente arranjados pelo discurso dominante: a escolaridade incompleta é que foi causada pela carência material”. (p. 147)

Desse modo, podemos perceber que o público atendido pela EJA é composto principalmente por indivíduos de grupos marginalizados, seja pela sociedade, seja pelo mercado de trabalho, seja pelo método de ensino, uma vez que em algum momento estes não se enquadraram nos padrões pré-estabelecidos. Ou seja,

O estudante de EJA é um sujeito da periferia, é alguém que vive a marginalidade sob os diversos aspectos, no trabalho, na cidade, na cultura e inclusive na escola. Fruto

³⁴ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

³⁵ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

³⁶ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

deste contexto é a indisciplina na escola, a violência e as drogas, que acabam por fortalecer o caminho da exclusão. Entre as meninas, soma-se ainda o casamento e a gravidez precoce. Entre os casos mais preocupantes, não percebemos pontos de apoio que pudessem impulsionar o estudante a mudar o curso de sua vida nem nas referências familiares, nem no círculo de amigos ou do trabalho. Nesses e noutros casos, vimos os desejos com o futuro apresentarem-se como sonhos irrealis, pois os jovens não possuem condições de tomar suas vidas nas próprias mãos. (DALMAGRO et al, 2019, p. 29).

O sonho de um curso superior e uma carreira profissional aparece com frequência nas falas de diferentes estudantes:

Beatriz (17 anos): quero conquistar meu sonho, ser advogada de direitos humanos.³⁷

Maurício (22 anos): Quem sabe futuramente começar uma faculdade, tenho intenção.³⁸

Léo (16 anos): Vim pra cá com o objetivo de entrar na faculdade, porque eu quero me tornar um delegado federal, aí tipo preciso terminar os estudos e entrar numa faculdade de direito, meu objetivo era entrar aqui porque a faculdade daqui é melhor.³⁹

Alex⁴⁰: Eu vim estudar na EJA porque eu precisava, porque dá um tempo a mais pra tramar, querendo ou não eu preciso ter estudos para entrar na faculdade.⁴¹

Luíza (39 anos): Eu tenho muita vontade de fazer faculdade.⁴²

Os múltiplos determinantes resultam em um sujeito da classe trabalhadora com baixa escolarização e que ocupa postos de trabalhos simples e mal remunerados. Os participantes dos grupos focais assumem postos em trabalhos repetitivos, pesados e conciliam com os afazeres domésticos. Estes assinalaram trabalhar - ou já ter trabalhado - como mecânico, agricultor, pintura e chapeação de carros, atendente, babá, jardinagem, segurança do trabalho, além das atividades como vender bolo ou picolé para ampliar a renda familiar. Há, ainda, incidência de alta rotatividade em empregos. O que impera é o trabalho ocupando todo o tempo disponível, o que significa que para estudar é necessário abrir mão de muitas coisas.

Léo (16 anos): Nesse tempo que 'tô' aqui, já fiz tanta coisa, já trabalhei na academia civil, já trabalhei na Cassol, nesse um ano que 'tô' aqui que foi uma correria braba, não dava de fazer nada. Agora 'tô' trabalhando no Costão do Santinho como segurança do trabalho, eu venho do Costão do Santinho pra escola, escola, trabalho, essa é minha vida.⁴³

³⁷ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

³⁸ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

³⁹ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁴⁰ Não temos registro da idade desse estudante.

⁴¹ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁴² Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

⁴³ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

Essa fala representa os desenraizados que perambulam de um lado para outro em busca de trabalho. No decorrer da pesquisa consultamos também as fichas físicas de matrícula dos estudantes da EJA Norte I. Essas fichas continham mais informações sobre o conjunto dos estudantes, para além dos que participaram dos grupos focais. Encontramos indicação das ocupações dos migrantes, como: pedreiro e servente de pedreiro, jardineiro, costureiro, cozinheiro, auxiliar de cozinha, faxineiro, babá, caseiro, serviços gerais, açougueiro, repositor no supermercado, atendente, artesão e aposentado.

Constatamos também que a renda familiar varia de um a dois salários mínimos. A renda mais baixa foi de 700 reais e a mais alta de 4 mil. Entretanto, as rendas mais altas, entre 3 e 4 mil reais, advém de casa com, pelo menos, 3 habitantes. A renda de 4 mil, a mais alta registrada, adveio de uma residência com 7 moradores. Ainda a respeito do número de habitantes por residência, 21% moram em quatro pessoas, 17% em três, 17% em duas, 9% em cinco pessoas, 5% com seis e também 5% em sete pessoas. Apenas 3% moram sozinhos e 21% não respondeu a questão. Tal como nos grupos focais, a grande maioria não tem carteira assinada ou nunca teve. Das 85 fichas de matrícula disponíveis para consulta, 41 indicaram não ter carteira assinada, 10 tinham carteira assinada no momento da matrícula, 34 deixaram em branco essa informação e 31 estudantes nunca tiveram carteira assinada.

Ricardo Antunes em seu livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* visa demonstrar de que forma o trabalho tornou-se mais fragmentado e precário e como se configurou a perda de poder dos trabalhadores. O autor destaca que o impacto dessas mudanças recaem sobre o bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores e, conseqüentemente, modifica as “novas formações de classe” (ANTUNES, 2018, p. 5). O privilégio da servidão dá continuidade à pesquisa de Antunes sobre a nova morfologia do trabalho, procurando compreender quem é a classe trabalhadora hoje e como se configura.

As novas e cada vez mais complexas relações de trabalho no capitalismo global modificam profundamente o comumente conhecido trabalho produtivo e improdutivo, assim como a própria conceituação de classe trabalhadora. Estamos de acordo com Antunes (2018) quando afirma que:

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário,

sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas.
(p. 36).

Ainda no que toca à classe trabalhadora na atualidade, diferentes autores anunciam a tendência da diminuição do número de trabalhadores industriais. De fato, esse número diminuiu radicalmente em áreas centrais do capitalismo. Entretanto, há um contratendência. Com a expansão territorial e com a mundialização do capital, essas formas de trabalho deslocam-se para o sul do mundo, aliados ao crescimento do setor de serviços, como é o caso do Brasil.

Antunes (2018) apresenta o caso da China como exemplo da situação de superexploração da classe trabalhadora. Tamanha exploração dos trabalhadores chineses que no ano de 2010 houve diferentes registros de suicídio dos trabalhadores que produzem o celular Iphone. O caso da empresa Foxconn, que produz mercadorias para Apple, ficou conhecido internacionalmente. Os “operários da Foxconn trabalhavam, em 2010, doze horas por dia em média, recebendo salários aviltantes. (...) a tragédia da Foxconn foi de tal intensidade que, nos primeiros oito meses daquele ano, 17 jovens trabalhadores entre 17 e 25 anos tentaram suicídio, dos quais 13 morreram” (ANTUNES, 2018, p.33).

Casos igualmente espantosos ocorrem no Japão. Diversos trabalhadores migram para metrópoles, como Tóquio, para trabalhar e vivem em hotéis cápsulas ou cyber-cafês. São pessoas que não possuem casa, apenas transitam entre um local e outro para dormir. Uma pesquisa rápida na internet mostra inúmeros vídeos de migrantes no Japão que vivem nesses hotéis, que nada mais são do que um quarto de 2 ou 3 metros quadrados, com um colchonete e muitas vezes sem porta, sendo fechado apenas com uma cortina. Os que não estão nessa situação vivem em uma espécie de albergue, ou casa compartilhada, onde cada um possui seu quarto e as demais dependências, como cozinha, lavanderia e banheiro, são compartilhadas com os outros moradores, na maior parte das vezes, desconhecidos.

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo),recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 30)

Nesta passagem o autor sintetiza, de forma quase irônica, que no auge do desenvolvimento científico mundial, temos o agravamento das desigualdades, a ultra exploração do trabalho, as cada vez mais precárias condições, quando seria possível, em uma outra organização social, uma vida digna a todos. Dito de outra forma, alcançamos as condições tecnológicas para a diminuição do labor em escala global, mas a ganância do capital destrói tudo e todos que se constituam em obstáculo para o lucro.

No Brasil, a situação de precarização agrava-se na condição do migrante, associada aos casos de racismo e xenofobia, sobretudo com os migrantes do norte e nordeste. Os estudantes baianos da EJA sofrem discriminação em função do sotaque, afirmam que é comum ouvir: “só pode ser baiano”. Ou: “Ah, porque os baiano são tudo preguiçoso”⁴⁴. Também mencionam o racismo e o preconceito quanto ao local de origem.

Tem como ele falou dos baianos ali, uns amigos meus ficam falando bastante “Ah, os baianinho” ficam falando dos baianos. Eu acho errado isso, acho que você não deve destratar as pessoas só porque vieram de fora. É que nem eu também, eu sou de Rondônia, e as pessoas ficam falando que eu sou lá do Acre e que lá tem dinossauro, falam que eu tenho dinossauro na coleira, perguntavam se eu brincava com dinossauro, se meu cachorro era um dinossauro, falavam que eu criava onça em casa, jacaré. Só porque eu era de lá, eles ficavam jogando na cara que eu era do mato, e não é.”⁴⁵

Essa representação pejorativa do migrante vai ao encontro do assinalado por Silva (1998). O estigma do migrante coloca-o como o outro, visto como “a grande massa de mineiros, pernambucanos, baianos, alagoanos, cearenses, paraenses. Massa heterogênea, do ponto de vista cultural, mas considerada homogênea pelos habitantes destas cidades. Em suas percepções, trata-se de um bando de invasores, gente suja, portadora de maus costumes, gente violenta.” (p. 229).

Um dos focos da autora está na análise da divisão étnico-racial e de gênero. Defende que “as três organizações sociais (de classe, gênero e raça/etnia) definem a já mencionada multiplicidade do sujeito, e faz com que a identidade também seja múltipla e se manifeste segundo as condições reais das relações sociais vividas pelos sujeitos” (p. 236). A síntese desse pensamento é que:

A migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários. Não há a criação de um cidadão livre dotado de direitos iguais. Não somente as

⁴⁴ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁴⁵ Grupo focal realizado em 13/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

amarras de classe impedem a verdadeira cidadania. Aquelas relativas ao gênero e raça/etnia igualmente forjam a ausência de direitos. (SILVA, 1998, p. 237)

Dessa forma, o capital produz exploração e controle em diferentes níveis, entre eles o da reprodução social. Apesar dos preconceitos vividos, a migração é a esperança de muitas famílias, permeada de angústias e promessas. Os parentes e amigos que migraram anteriormente ajudam com a chegada no novo lugar, com local para morar, indicação de emprego, apresentando a cidade. Apesar disso, o migrante se encontra em uma situação de não-lugar. Não se reconhece como membro do novo território, ao mesmo tempo, em diferentes casos, não se vê voltando para o lugar de origem. Essa questão foi explorada durante os grupos focais, onde os estudantes relataram que o lugar ocupado pelo migrante é de eterno retirante. “Olha é que eu não me sinto de lugar nenhum pra falar a verdade, nem daqui”⁴⁶.

Quando discorremos sobre o processo de desenraizamento pelo qual passam os migrantes, estamos de acordo com Silva (1998):

O passado dos lugares, das casas, dos objetos é condição básica do enraizamento. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória. Portanto, a ação das máquinas, ao provocar demolição, arrasando os terrenos, não tem somente o efeito de expulsar os moradores das casas, mas expulsar de suas lembranças, de suas memórias, os espaços da sociabilidade, do modo de vida, da cultura, enfim, da própria experiência vivida, enquanto significados (SILVA, 1998, p. 224)

Silva (1998) salienta que inclusive a forma como o tempo é percebido muda. Tal como apontado por Thompson (1998) na Inglaterra, a autora afirma que a nova forma de compreender e lidar com o tempo altera totalmente as formas de vida que os sujeitos estavam habituados. A análise de Thompson (1998), acerca da difusão dos relógios na estruturação no capitalismo, compreende que o advento do trabalho assalariado altera profundamente a relação entre o tempo, atividades de trabalho e de reprodução social. Isso porque o trabalho assalariado pressupõe uma jornada, na qual a mercadoria força de trabalho é consumida/usufruída.

A partir disso, o trabalhador despossuído de outra forma de reproduzir-se socialmente precisa adequar-se aos costumes mecanicamente introduzidos, pois “assim que se contrata mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado” (Idem). A concepção do tempo social para o capital pressupõe que “o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina

⁴⁶ Grupo focal realizado em 13/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (Idem, p. 272).

A análise historiográfica de Thompson demonstra que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura” (Idem, p. 304). Neste sentido, o próximo capítulo adentra na discussão sobre jornada de trabalho ressaltando que sua regulamentação é uma das principais pautas trabalhistas de todos os tempos, ainda que as relações atuais de flexibilização da produção e do trabalho têm significado o prolongamento e intensificação da jornada.

Retomamos a questão da reprodução social para compreender as (im)possibilidades de reprodução da força de trabalho diante dos baixos salários, das longas jornadas, da combinação de mais de um vínculo de trabalho, da dupla jornada de trabalho no caso das mulheres, da ausência de serviços públicos - o que sobrecarrega o trabalho doméstico. Essa realidade resulta na ausência de tempo para o estudo. A busca pela conclusão dos estudos na EJA torna-se uma forma de resistência, mesmo que possa ter um sentido reparatório, de concluir o que foi forçosamente interrompido.

3 MIGRANTES, TRABALHADORES E ESTUDANTES: AS (IM)POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO DO TEMPO A PARTIR DA JORNADA DE TRABALHO

Neste capítulo nos propomos a discutir a relação entre migração, trabalho, jornada de trabalho e escolarização. Para esse fim, analisamos como os estudantes migrantes conciliam (ou não) a jornada de trabalho com o tempo necessário aos estudos na EJA de Florianópolis. Tomamos como base as pesquisas que discutem temáticas afins e a produção de dados com base empírica. Como demonstrado na introdução, foram realizados dois grupos focais e duas entrevistas online, através do aplicativo *Whatsapp*. Reafirmamos que essa não era a ideia inicial, nem mesmo a mais adequada. Contudo, devido ao crítico contexto do Covid-19 e a necessidade do isolamento social, a metodologia para obtenção de dados se viu prejudicada, mas não inviabilizada.

Para iniciar a discussão proposta, apresentamos uma breve síntese acerca das trajetórias de vida dos migrantes entrevistados, são dois casos exemplares que expressam as conexões entre as condições de vida e de trabalho e o processo de escolarização. A partir da experiência singular dos dois sujeitos entrevistados, ampliaremos a análise em diálogo com os elementos e falas oriundas dos grupos focais, e em diálogo com a base teórica que vimos construindo.

3.1 AS DIFERENÇAS E SIMILITUDES DO MIGRAR

3.1.1 Mulher, nordestina e mãe: a trajetória da Luíza.

Luíza nasceu em 1981, na cidade de Bacabal, Maranhão. A mais velha de quatro irmãs. Moravam todos juntos, mãe, pai e irmãs. Era uma casa simples, em um terreno cedido pelo avô materno de Luíza, com dois quartos, feita de taipa (construção rústica com uso de barro e madeira). Dormiam em redes, pois não tinham cama. Luíza conta que o chão era de terra, mas mesmo assim ela era cuidada com carinho. Varria, decorava com recortes de jornais e revistas.

Até os 12 anos ficou em casa, fazendo o trabalho doméstico e cuidado das irmãs mais novas. Aos 12 anos pôde finalmente frequentar a escola, a qual descreve como uma imensa felicidade. Por não saber ler, a vizinha ajudava em algumas coisas. No ano em que entrou para a escola, também começou a trabalhar fora de casa, como babá. Desde então, não parou mais. Uma das lembranças que marcou Luíza foi a luta para conseguir comprar uma geladeira para a casa onde morava com os pais e irmãs. Foi um presente para a mãe, conquistado com muitas horas de trabalho. Aos 17 anos engravidou e viu seu mundo virar de cabeça para baixo. Na sua fala, conta que a mãe era rígida e virou as costas para ela, foram momentos turbulentos. Teve

uma outra filha e então se casou. Parou de estudar. A vida de mãe, esposa e trabalhadora cobrou responsabilidades que ela não tinha com tão pouca idade.

Sobre a gravidez e a escola conta que:

Luíza (23 anos): Eu até ainda tentei voltar para a escola grávida, mas aí não rolou, como dizem os adolescentes. Mas, depois que eu tive ele, que eu tive ela, que passou todo o percurso na minha vida, todas aquelas coisas que passaram, eles já estavam bem grandinhos e tentei voltar mais de uma vez pra escola. E foi aí que eu estudei mais um ano e parei na sétima série, lá no Maranhão. Só que aí veio a preocupação. Eu era sozinha. Já não tinha mais o pai (dos seus filhos). Não tinha ninguém, só minha mãe e meu pai e eu achava que eu não poderia tá dando preocupação, né. Então resolvi tomar uma decisão e ir pro Rio trabalhar. Eu encontrei alguém que me levou para trabalhar.⁴⁷

Ficou viúva e aos 23 anos partiu para o Rio de Janeiro, acompanhada de seus filhos. Trabalhou como babá, doméstica, em restaurantes. Ir sozinha com duas crianças parecia assustador, mas Luíza conta que estava sem trabalho e era a única opção. Após passar dez anos no Rio de Janeiro foi convidada por uma das irmãs a migrar para Florianópolis. A proposta pareceu boa, já que sua irmã estava estabelecida aqui. Novamente, Luíza migrou.

A vinda para Florianópolis foi projetada pela irmã como boa, afinal, tinha emprego fácil. Luíza conta que logo que chegou começou a trabalhar em um hotel, onde permaneceu até recentemente, quando ela mesma pediu demissão para conseguir se dedicar ao curso técnico de enfermagem. A vida de Luíza foi sempre permeada pelo impasse entre estudar ou cuidar da casa e das irmãs, estudar ou trabalhar, estudar ou criar os filhos. Apesar da vontade e das projeções de estudo e de um diploma, o “ou” sempre venceu o impasse. A necessidade de reprodução social sempre colocou Luíza como uma trabalhadora, antes de qualquer outra coisa.

Essa breve síntese da história de Luíza nos mostra que para o trabalhador migrante, em especial para as mulheres mães, cuidar de si e perseguir suas aspirações é sempre delegado para a posteridade. Mesmo depois de ter todas as funções de trabalhadora produtiva, mãe e esposa provedora, devidamente encaminhadas, para conseguir estudar teve que abrir mão de um trabalho em que estava estável há quatro anos. O que se coloca para os migrantes trabalhadores é a escolha do que pode ser sacrificado.

⁴⁷ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

3.1.2 De grevista a “profissional liberal”: a trajetória de José.

José nasceu no interior do Rio Grande do Sul, no terceiro distrito de uma cidade chamada Canguçu, em uma fazenda onde sua família vivia e morava como arrendatária. José conta que a vida era muito difícil e a moradia era precária:

José (62 anos): Lá era uma casa de madeira com barro, a gente cortava uns mourões no mato, as varas ou cipós, arrancava os capins que tinham na mata para fazer a cobertura como se fosse o telhado. A gente fazia um barro e rebocava com barro, terra e água, não tinha cimento, não tinha nada. Era uma casa daquela do sertão mesmo, bem na mata. Sertão que eu digo, no Rio Grande do Sul, era na serra mesmo. E a gente tinha uma vida bastante dificultosa, não tínhamos conhecimento das coisas, tinha dificuldades para tudo. Não tinha banheiro, era uma privada. A gente fazia um buraco no mato e ficava entendido que aquele era o vaso sanitário. Então, era uma vida assim bastante sacrificada, mas a gente trabalhava ali. Trabalhávamos em uma lavoura que a gente ganhava daqueles ricos que davam pra gente plantar e dividir a metade com eles, na realidade ficávamos com um terço. Depois que acabava o trabalho na terra onde morávamos, a gente trabalhava de peão deles nas outras lavouras. Eu trabalhava lavrando, carpindo, milho, feijão, arroz e plantando. A gente tinha essas atividades extras e ganhava um trocadinho ou um prato de comida.⁴⁸

Além das lavouras, José também trabalhava nas granjas. Por anos viveu como um migrante sazonal, passando alguns meses em outras cidades no estado do Rio Grande do Sul, como Santa Vitória do Palmar, Mostarda e Arroio Grande. Trabalhava o período necessário para pagar as contas deixadas na cidade natal e depois retornava. José ressalta diversas vezes que a vida era muito sofrida. Aos 17 anos decidiu sair de lá com sua família. Conta que não tinha nada para levar, “saí com um saco nas costas e arrumei emprestado com uma pessoa cinco reais, que era o dinheiro para pagar a passagem até Pelotas.”⁴⁹ Toda a família migrou, mas não todos juntos.

Para conseguir o dinheiro necessário para que todos migrassem, conta que primeiro o irmão mais velho migrou. José fez o empréstimo do dinheiro para ir e em Pelotas os dois conseguiram emprego na empresa de construção civil Camargo Corrêa, com a finalidade de abrir caminho, na água, para construção de um dique. Juntaram o dinheiro que ganharam e no mercadinho da própria empresa compraram comida para levar para os pais e irmãos que ainda permaneciam na cidade natal. O dinheiro possibilitou que, aos poucos, toda a família de João também migrasse para Pelotas.

Em Pelotas, precisou morar de favor com um tio até conseguir alugar algo. Nesta cidade trabalhou em diferentes funções, em madeireira, como pedreiro, motorista de táxi, vendedor e motorista de ônibus. Ficou por anos trabalhando como motorista de ônibus. Estando em uma

⁴⁸ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

⁴⁹ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

categoria historicamente combativa, participou de muitas greves. Em um período de corte nos funcionários, foi despedido. Conta que, ao tentar emprego em outras empresas de transporte coletivo, recebia comentários de que, por ser grevista, não era o funcionário que procuravam.

Ficou por dois anos desempregado e trabalhou de vendedor ambulante, além de vender suas próprias coisas para sobreviver. Sem entrar em detalhes, conta que conheceu um político que lhe prometeu um cargo, caso mudasse para Florianópolis e assim o fez. O processo entre participar de greves e ser impedido de exercer sua profissão por ser grevista fez com que as memórias sobre o período sejam vistas como infelizes.

Em Florianópolis fez contatos com políticos de direita, sobre o qual fez questão de não entrar em detalhes, assim como o acordo que resultou em sua vinda para a cidade. Ainda assim, a vinda para Florianópolis não foi fácil. Precisou morar novamente de favor, em uma nova cidade. Quando chegou, começou a trabalhar na empresa de ônibus Limoense. Também trabalhou na empresa Biguaçu e, após sair da empresa, começou a trabalhar por conta própria com sonorização. Conta que fez campanha política para um vereador que ganhou a eleição e começou a trabalhar na câmara de vereadores. José aconselha: “Eu recomendo a todos que queiram uma mudança de vida, que venham para Florianópolis, com os pés no chão pra trabalhar”⁵⁰.

No que diz respeito à escolarização, quando criança aprendeu apenas a escrever seu nome. Ainda que tenha conseguido alguns trabalhos que necessitavam uma base de leitura, ou que tenha obtido a carteira de motorista - vale lembrar que na lavoura tinha acesso a automóveis específicos para lidar com a plantação - somente conseguiu voltar a concluir o ensino fundamental na EJA após estar aposentado. Mesmo aposentado, continua trabalhando. Ainda assim, afirma que a aposentadoria lhe deu o tempo necessário para retornar à escola.

3.1.3 “Pátria é acaso de migrações e do pão nosso onde Deus der.”

Como escreveu o poeta Mario de Andrade (1924), “pátria é o acaso de migrações”, “porque é meu jeito de ganhar dinheiro, de comer e de dormir” (Idem). Como expressado na história dos dois entrevistados, uma sai do Nordeste para o Sudeste e depois para o Sul, outro sai do meio rural para o urbano, na própria região sul. Uma mulher e um homem. Mas, o que guardam de similitudes? A condição de trabalhador e migrante e a ausência de possibilidade de

⁵⁰ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

seguir os estudos. No caso do José, precisou se aposentar para voltar à escola. Já Luiza, precisou criar os filhos e ter certa estabilidade para retornar à escola. E a única possibilidade dos dois foi ingressar na EJA. Duas trajetórias marcadas pela necessidade de trabalhar ainda criança para poder sobreviver. Duas trajetórias de trabalhadores que tiveram que abandonar um modo de vida nas suas regiões para adequar-se às necessidades do capital. Duas trajetórias que representam milhares de outras.

Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2007), partem das reflexões de Feuerbach para demonstrar a diferença entre a aparência e a essência do meio social. Dessa forma, os autores afirmam que para perceber a essência do mundo natural/real é preciso ir além do palpável, isto é, das aparências. Sendo assim, não podemos encarar o mundo sensível como “uma coisa dada imediatamente por toda eternidade e sempre igual em si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações” (Idem, p. 30).

Compreendendo os sujeitos como “atividade sensível” e não apenas como “objeto sensível”, chegamos à duas conclusões. A primeira é que toda condição de vida existente resultou no que os sujeitos são – inclui seus hábitos, costumes, crenças, comportamentos, ideologia. O segundo ponto, decorrente do primeiro, é de que os indivíduos “têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Desta reflexão decorre uma famosa citação dos autores que: “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, **uma condição fundamental de toda história**” (Idem).

Compreendendo que a condição fundamental de toda história está em garantir a reprodução social e que esta é indissociável da forma de organização produtiva, nos leva a indagar, dentro deste modelo produtivo, sobre qual a possibilidade de usufruir do tempo livre, da leitura, do estudo, da arte, de cuidar do espírito?

Ainda que o retorno à EJA indique alguma dedicação ao processo de aprendizagem, quando questionamos sobre atividades dessa natureza fora do trabalho e da EJA, nos deparamos com a seguinte realidade:

José (62 anos): Eu sempre tive uma grande dificuldade em estudar, ou ler sozinho. Não conseguia pegar o caderno, pegar o livro durante o dia em casa. Eu só conseguia na escola, mas quando chegava em casa as coisas mudavam muito. Também tem o fato de amanhecer e eu já sair para a rua, para trabalhar. Quando chego em casa

*tem aquela dificuldade de se lembrar de livro, escrever coisa, de ler um pouco, é uma falha muito grande, mas infelizmente é a realidade.*⁵¹

Em uma realidade em que o tempo disponível é escasso, José afirma que a EJA foi a única alternativa para que ele conseguisse conciliar trabalho e estudo, sobretudo por ser no período noturno.

*José (62 anos): Eu conseguia conciliar todas as coisas da melhor maneira possível, para a noite estar sempre livre para frequentar a escola. Foi um tempo assim que eu não encontrei assim tanta dificuldade pra isso, até porque as minhas obrigações que tinha eram coisas assim muito pessoal e bem mais particular, então conciliava de uma forma que não me prejudicava e não prejudicava quem eu prestava o serviço, porque mesmo assim eu sempre continuei trabalhando.*⁵²

Luíza relata que para conseguir organizar sua rotina e “dar conta de tudo” precisa ser disciplinada. Nas suas palavras: “Fui ensinada que tudo tem que ter ordem, eu sempre consegui ter a ordem certa, acordar de manhã, tomar o café, manter a casa em ordem, cada um tem a sua tarefa”⁵³. Ressalta também a necessidade da divisão das tarefas domésticas para que seja possível seu retorno aos estudos. Para que os trabalhadores migrantes consigam estudar, tudo precisa ser calculado e muito bem organizado. Para as mulheres, responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas, isso é ainda mais importante. Luíza necessita usar o tempo do final da noite e início da madrugada para conseguir estudar.

*Luíza (39 anos): Quando chegava às dez horas da noite em casa, já sabia o que eu ia fazer, comia alguma coisa, já mantinha organizada a cozinha e já pulava para meu estudo. E essa ordem eu vou mantendo sempre, sempre que eu saía, sempre que chegava, sempre que eu for trabalhar a minha casa vai estar organizada para eu não estar fazendo nada com pressa, eu acho bem importante essa parte. Eu tenho um dia para tudo, lavar roupa, cozinhar feijão, hoje fiz bastante comida, amanhã já não faço, só faço uma coisinha e a casa está ok. Tenho um cachorro, também é a mesma coisa, faço tudo na ordem certa*⁵⁴.

Observamos que é comum entre os entrevistados a necessidade da rigorosa disciplina e organização do seu trabalho e rotina, associada com os horários alternativos da EJA, para possibilitar o retorno à escola. Por conseguinte, a análise da organização da vida a partir das

⁵¹ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

⁵² Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

⁵³ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

⁵⁴ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

categorias de reprodução social e jornada de trabalho depõe elementos essenciais para a compreensão desse fenômeno. Neste sentido, “a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quando da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade” (MARX, 2014, p. 34). Sabendo que cada trajetória singular exprime as relações de determinado período histórico, buscamos neste capítulo compreender a relação entre escola e jornada de trabalho na vida dos migrantes trabalhadores da EJA, e como suas trajetórias expressam as contradições do capital.

3.2 TEMPO E JORNADA DE TRABALHO

Neste momento do texto, buscamos compreender a relação entre tempo, jornada de trabalho e escolarização. Esses elementos são base para que possamos analisar empiricamente a rotina e a jornada de trabalho dos migrantes da Educação de Jovens e Adultos de Florianópolis/SC, considerando que ser parte da classe trabalhadora implica a necessidade da venda da força de trabalho como único meio de reprodução da vida nesta sociedade.

A transformação pela qual passa o trabalho e o tempo com a consolidação do sistema capitalista faz com que a “percepção de tempo em seu condicionamento tecnológico” e a “medição do tempo como meio de exploração da mão de obra” (THOMPSON, 1999, p. 289) transformem o tempo determinado pelas tarefas para o tempo determinado pelo dinheiro. Desta forma, entender a relação do tempo e da jornada de trabalho na vida dos migrantes é necessário para que se compreenda o espaço ocupado (ou não) pela escolarização no cotidiano desta fração da classe trabalhadora.

Neste sentido, Cardoso (2013), no texto *Organização e intensificação do tempo de trabalho*, afirma que:

A temática do tempo é tão antiga como fundamental para a compreensão do funcionamento das sociedades, visto ser um dos elementos estruturantes da sua constituição. O tempo é uma dimensão essencial da relação do homem com o mundo, o que torna sua discussão relevante, sobretudo em um momento de mudanças fundamentais na cultura temporal contemporânea. Não me refiro ao tempo como uma grandeza física, associada ao sequenciamento de eventos a partir de uma referência, mas do tempo social, isto é, do tempo como algo produzido, vivenciado e representado pelos sujeitos. (p. 353)

É a partir dessa conceituação de tempo, aliada à categoria jornada de trabalho, nos termos de Marx (2014), que iremos analisar a realidade dos sujeitos migrantes. Dessa forma, quando falamos de trabalho, a duração é seu elemento mais perceptível. Por isso,

O tempo de trabalho é uma dimensão-chave para o entendimento das interações construídas entre os atores sociais, que, para além das relações vinculadas à organização das condições de trabalho e de emprego, exprime um sistema de valores, crenças, normas, leis, vivências, representações e poderes. Elementos esses que, por sua vez, influenciam e são influenciados pelo que podemos chamar de "não trabalho" (CARDOSO, 2013, p. 355).

As diferentes percepções do tempo, como o tempo da natureza e o tempo do relógio, são abordadas por Thompson em sua obra *Costumes em Comum* (1998). Analisando a mudança nas percepções do tempo na Europa Ocidental, o autor afirma que a ascensão do capitalismo e a disseminação do uso do relógio estão intimamente ligadas à forma como nos relacionamos com o tempo na atualidade. Com o advento do capitalismo, o uso do tempo passa a ser drasticamente modificado, alterando, assim, todas as relações sociais até então existentes. Vivemos em uma sociedade em que tudo é transformado em mercadoria, em que ‘tempo é dinheiro’. A organização temporal é formada pela organização social, conseqüentemente, pela organização política e econômica.

Thompson (1998) observa que a orientação das tarefas, isto é, do trabalho, deixam de ser guiadas pela lógica da necessidade e passam a ser guiadas pela lógica da produção. No capítulo intitulado *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, demonstra como a instalação e expansão dos relógios em igrejas e locais públicos revelam a busca de controle do tempo social. O autor demonstra que, no século XVII, havia a ocorrência de doações de terra para a igreja (paróquias) com a finalidade de soarem os sinos no horário da manhã e no horário de recolher, sem perder também a utilização dos sinos como legitimação da ideologia cristã.

Analisando a produção antes e depois da introdução da indústria em grande escala e movida a máquinas, percebe-se que a atenção ao tempo de trabalho está relacionada à necessidade de sincronização da tarefa, enquanto na manufatura o grau de sincronização necessário era pequeno, sendo predominante a orientação pelas tarefas. Essa transição permeia diferentes momentos sociais e recebe como resposta resistência, ao passo que a aceitação dessa transição transforma hábitos, costumes e cultura. Cultura essa que expressa relações de propriedade, sistemas de poder, instituições religiosas como imutáveis e que visa o controle do tempo social, como artifício para aumentar e controlar a produção capitalista. Este é um

exemplo de como as transformações nos processos produtivos saem do espaço de produção e necessitam da educação (em sentido amplo) para serem difundidos e internalizados por todos.

A mudança na percepção e forma de viver o tempo ‘natural’ é um marco fundamental no capitalismo. É através dessa mudança que o capital impôs para os trabalhadores o alargamento e a intensificação da jornada de trabalho, juntamente com a redução dos trabalhadores empregados e a constante busca pela diminuição salarial. A junção do controle do tempo e da moral dos trabalhadores, com o auxílio inestimável da Igreja, expropriou os trabalhadores de seus hábitos de vida e mudou totalmente os parâmetros das relações de produção e reprodução. Se, na acumulação primitiva os trabalhadores foram expropriados de suas terras, no capitalismo industrial foram expropriados também de suas tradições, crenças e hábitos.

Neste sentido, Harvey (2014) afirma que na ‘era das máquinas’ as exigências do capital a respeito da força de trabalho – letrada, dócil, disciplinada – implicou interferência na vida privada dos trabalhadores, em outras palavras, na reprodução social. Esse interesse, assinala o autor, se desdobrou, sobretudo, no interesse pelas formas de organização da classe trabalhadora e pela instrução da força de trabalho, pois “o investimento na educação e no treinamento é condição *sine qua non* para a competitividade do capital” (HARVEY, 2014, p. 171). Neste sentido, a questão educacional, é vista como uma contradição não eliminada, que choca os interesses das duas classes opostas. Ou seja, choca os interesses entre o que a burguesia quer que os trabalhadores aprendam, ou quais os conhecimentos científicos podem ser socializadas e para quem *versus* e o que os trabalhadores desejam aprender, ou de que forma a educação pode estar voltada para a emancipação do ser humano.

Portanto, afirmamos que a educação é um aspecto fundamental da reprodução social⁵⁵ e reafirma a necessidade de pautarmos sua discussão por um viés marxista, afinal a reprodução social não pode ser dissociada da produção material. Ainda assim, Harvey (2014) afirma que, por muito tempo, a reprodução social não foi uma preocupação do capital. Contudo, sem a reprodução social o capital também não se reproduz.

Dessa forma, afirma Harvey (2014), foi necessário impor limites à jornada de trabalho, que se caracteriza por ser exorbitantemente longa e com um nível criminoso de exploração, afinal, o trabalhador precisa estar vivo e em condições de exercer sua função de forma eficaz e

⁵⁵ Conforme explicitado na discussão do capítulo dois.

produtiva para a contínua extração de mais valor. Aliado a isso, a luta pelo emprego e pelo salário caminhou lado a lado com a luta pela jornada. A bandeira da jornada de trabalho sempre esteve acompanhada desses pilares – salário e emprego – e deve, ainda hoje, estar calcada nesses pilares, pois são interpermeados na realidade objetiva. Neste seguimento, com base nos elementos apresentados até o momento, as análises visam compreender a jornada de trabalho em Marx e como se configura na atualidade.

3.3 JORNADA DE TRABALHO EM MARX

A discussão sobre a jornada de trabalho, desde o início do capitalismo, foi relativa ao controle da vida dos trabalhadores, física e moralmente. O capital, em sua busca constante por mais valor, empurrou homens, mulheres e crianças a jornadas exaustivas, longas e perigosas, pois, na lógica do capital, seres humanos são força de trabalho em potencial, mercadoria única, capaz de valorizar o valor.

No primeiro capítulo demonstramos como a jornada de trabalho no capitalismo configura-se no consumo predatório da mercadoria força de trabalho (OLIVEIRA, 1972). Neste sentido, estamos de acordo com Antunes (2018), quando afirma que:

Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade, que, ao mesmo tempo que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade (Idem, p. 168).

Por isso, a análise crítica da jornada de trabalho é essencial para que possamos compreender as possibilidades de reprodução social do trabalhador, em específico, seu processo escolar. Para a classe trabalhadora, agravando-se nas frações mais vulneráveis da classe, o trabalho é a atividade que permite sua existência enquanto estudante, ao mesmo tempo que o afasta da escola. Em outras palavras, o trabalho permite a reprodução da vida, mas restringe a possibilidade da dedicação aos estudos. Para retornar à escola é necessário que as condições básicas de existência estejam satisfeitas, por isso, é o trabalho que aproxima e afasta o trabalhador da escola.

No caso dos migrantes, esta situação é ainda mais complexa e conta com maiores chances de interrupções, como a breve síntese da trajetória de Luíza revelou, que mesmo tentando voltar a estudar, foi obrigada a se afastar devido às obrigações impostas pela sobrevivência. Em outro momento, Luíza afirma que somente com os filhos já criados e com trabalho estável conseguiu voltar a estudar: “No passado eu parei na sétima série e não tinha como estudar, por causa da gravidez. Mas, hoje, depois que eu cheguei aqui, tomei uma decisão. Pensei: Já vai fazer cinco anos que eu tô morando aqui. Assim, tomei a decisão de estudar”.⁵⁶ A fala da entrevistada demonstra que a relativa estabilidade adquirida com o tempo de permanência na cidade foi um dos impulsionadores para o retorno à escola.

É durante a jornada de trabalho que o trabalhador produz um excedente de mais valor apropriado pelo capitalista. Conforme discutido no primeiro capítulo, a constituição da riqueza social se consubstancia por meio da jornada de trabalho em que o trabalhador produz para si e para outrem. Ou seja, a jornada de trabalho é constituída por uma determinada grandeza quantificada em horas. De acordo com a lei do valor, dentro dessa grandeza ocorre uma subdivisão da jornada de trabalho. Há uma quantidade X de horas de trabalho para a qual o trabalhador recebe na forma de salário e uma quantidade Y abocanhada pelo empregador na forma de mais trabalho. É a junção dessas horas que determina a jornada de trabalho. Essa característica do trabalho assalariado no capitalismo guarda em si o fundamento da extração de mais valor e do enriquecimento dos capitalistas pela exploração do trabalho.

Marx, no texto *Salário, preço e lucro* (1953), discorre sobre suas concepções teóricas acerca do tema. No item referente ao valor específico da força de trabalho, o autor (Idem) busca responder a questão “Como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho?” (p. 18). À vista disso, aponta que a força de trabalho consiste “pura e simplesmente na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído” (Ibidem).

Por conseguinte, afirmamos que “o valor diário da força de trabalho é calculado sobre a base de certa duração da vida do trabalhador, a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho” (MARX, 2014, p. 609). Na sociedade burguesa o salário assume uma aparência de preço do trabalho. Porém, o que o trabalhador vende “não é diretamente o seu trabalho, mas a

⁵⁶ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (MARX, 1953, p. 18).

Neste sentido:

Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é o que determina os limites do período de repouso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. (MARX, 2014, p. 338).

Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas no capital não visa a redução da jornada de trabalho e sim a redução da parte da jornada em que o trabalhador trabalha para si, pelo preço de seu salário, como expressão monetária do consumo de sua força de trabalho. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas visa aumentar a parte da jornada de trabalho expropriada do trabalhador, aumentando seu mais-valor e sua taxa de lucro.

A legislação fabril inglesa, de 1833-1864, é um dos exemplos tomados por Marx em *O Capital* (2014) para demonstrar a luta de classes durante a consolidação de uma jornada de trabalho normal - variável em cada contexto. O autor assevera que “a consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador.” (MARX, 2014, p. 343), hoje, mais antiga ainda. A legislação fabril foi efeito desta luta. Nesse contexto, acirram-se forças em disputa sobre o limite da jornada, as pausas para refeições, o descanso e a idade considerada apta a trabalhar. O modo fabril inglês é uma expressão bem acabada da busca pelo controle do tempo e vida do trabalhador.

O Estado-nação aparece como instituição conciliadora, de um lado, em prol do capital, de outro, sendo mediador das classes antagônicas. Mesmo quando aparece como mediador, sua atuação é efeito das pressões de ambas as partes, em uma inesgotável disputa. Os trabalhadores das fábricas, após 1838, lutam pelo cumprimento da Lei das 10 Horas, abertamente violada. Em 1844 é aplicado um adicional à lei fabril que, pela primeira vez, contemplava adultos – na realidade, somente mulheres maiores de 18 anos. É a partir desse momento que o tempo dedicado à jornada de trabalho passa a ser regulado publicamente. Ainda assim, não foi um processo pacífico. As constantes forças antagônicas movimentam-se até hoje, tanto na direção de explorar ainda mais o trabalhador, como para resistir e lutar contra essa exploração. Neste sentido, Marx afirma que:

O capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo e, vive tanto quanto mais trabalho vivo suga. (MARX, 2014, p. 307).

Marx (2014) discorre e aponta que há consequências do sobretrabalho, assim como do subemprego, pois “quanto menor seja o preço do trabalho tanto maior terá de ser a quantidade de trabalho ou tanto mais longa a jornada de trabalho para que o trabalhador assegure ao menos um salário médio” (Idem, p. 618). Lembremos que a força de trabalho carrega peculiaridades que distinguem seu valor em relação a outras mercadorias.

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico e o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis a vida e a sua multiplicação.

Em outras palavras, o limite mínimo da jornada é determinado pelo elemento físico, ou seja, pelos elementos da reprodução social, tanto individualmente, quanto biologicamente. Assim como o limite mínimo, o limite máximo também é bastante elástico e está associado à força física do trabalhador. Isso porque, caso sua força de trabalho seja esgotada em um dia, ou em pouco tempo, não poderá continuar a fornecê-la todos os dias. Ressaltamos a elasticidade do limite, pois “uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa” (MARX, 1953, p. 28).

A jornada de trabalho configura-se no consumo predatório da mercadoria força de trabalho (OLIVEIRA, 1976). A forma em que a jornada se manifesta na sociedade burguesa, nos aponta que, mesmo sendo o tempo o “campo do desenvolvimento humano”, o trabalhador que:

Não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afóra as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc, está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia (MARX, 1953, p. 26).

Em *O Capital*, no capítulo VIII, *A jornada de trabalho*, Marx (2014) volta a tratar dos limites da jornada. Afirmar que o “tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador”. (Idem, p. 307). Sabemos que o impulso vital do capital é a auto valorização, dessa forma “o capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho” (Ibidem, p. 338).

Por conseguinte:

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada em suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 2014, p. 339).

Por isso, a tendência do capital é prolongar a jornada de forma direta e indireta – a exemplo do uso de aplicativos que permitem o trabalho fora do horário estabelecido - e intensificá-lo. O salário, aponta Marx (Idem), é constantemente empurrado para baixo, inclusive abaixo de seu valor mínimo. No que diz respeito à regulamentação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra, como estudado por Marx (1953; 2014), como em outros países, sempre foi por medidas legislativas. Essas medidas só foram tomadas devido à pressão trabalhista, a exemplo do primeiro de maio, abordado mais a frente neste capítulo.

Marx (1953) afirma que os resultados da regulamentação da jornada de trabalho não seriam alcançados por meio da intervenção de entidades privadas, mediando a relação trabalhadores e patrões. Considera essencial uma ação política geral, pois “na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte” (Idem, p.29). Neste sentido, os tópicos que seguem visam tratar da jornada de trabalho, demonstrando suas especificidades na instauração do maquinário e da revolução industrial e, atualmente, sob o cenário altamente flexibilizado e precarizado.

3.4 JORNADA DE TRABALHO ONTEM E HOJE

Toda a movimentação em torno da regulamentação da jornada de trabalho tem como pano de fundo uma mudança na própria concepção do tempo. O uso do tempo, conforme

descrito por Thompson (1998), é fruto da forma com que uma determinada sociedade se organiza.

Para compreender como o modelo produtivo está associado à organização do tempo social - e conseqüentemente do tempo individual - é necessário pontuar as transformações e a intensificação do trabalho, a partir da década de 1980. O traço mais característico do período está na flexibilização do tempo de trabalho. Cardoso, no texto *Organização e intensificação do tempo de trabalho* (2013), afirma que a criação de tempos atípicos de trabalho levou a uma discrepância com outros tempos sociais, como o lazer, o descanso e a educação.

No que diz respeito à jornada de trabalho atualmente, a flexibilização da produção impactou diretamente na flexibilização das relações e da atividade de trabalho. Exemplo dessas reorganizações podem ser observadas na contrarreforma trabalhista no Brasil, resultando na “lei n. 13.467/2017, que altera 201 pontos da CLT; e a lei n. 13.429/2017, que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário” (KREIN, 2018, p. 77-78). Segundo Krein, a contrarreforma legaliza e amplia práticas de exploração da força de trabalho que já existiam na informalidade, além de possibilitar que os empregadores tenham uma área de manobra maior em relação a adequação dos trabalhadores às necessidades do mercado. Nas palavras do autor, a contrarreforma

Busca ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho (KREIN, 2018, p. 78).

A contrarreforma trabalhista vem sendo arquitetada desde a década de 1990, quando o neoliberalismo adentrava a América Latina faminto como um lobo farejando carne fresca. As políticas adotadas pouco a pouco introduziram diferentes medidas que afetaram a estrutura central das relações trabalhistas, como “o avanço de formas de contratação atípica (contrato por prazo determinado, contrato parcial, ampliação do período para utilização do contrato temporário), a flexibilização da jornada (banco de horas, liberalização do trabalho aos domingos)” (KREIN, 2018, p. 82). Com os embates políticos e a entrada do Partido dos Trabalhadores no governo federal, algumas pautas relacionadas ao tema ficaram congeladas.

Entretanto, a questão da flexibilização voltou a partir de 2013, quando os sinais de esgotamento dos governos do PT ganharam força. Dessa forma, “as perspectivas econômicas

se tornaram mais nebulosas e as forças aglutinadas em torno das teses mais liberalizantes começaram a ganhar maior expressão na sociedade” (KREIN, 2018, p. 85). É a partir de 2015 que as forças políticas agudizam-se e as movimentações em torno da retirada de direitos trabalhistas ganham mais atenção. É nesse contexto também que é regulamentada a terceirização, uma expressão da supressão dos direitos da classe trabalhadora.

Assim sendo, a contrarreforma trabalhista que entrou em vigor no ano 2017, segundo Krein e Colombi (2019, p.3), é sustentada por um tripé que promove o desmanche da proteção social: “o aprofundamento do processo de flexibilização dos aspectos que regem a relação de emprego; a fragilização das instituições públicas e da organização sindical; e a individualização do risco, condenando os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras à vulnerabilidade social”.

Se, por um lado, a nova legislação trabalhista legaliza formas de trabalho já encontradas no território brasileiro, como a terceirização, a remuneração variável e a despadronização da jornada de trabalho, por outro, cria novas formas de contratação, como o trabalho intermitente⁵⁷.

O trabalho intermitente caracteriza-se por ter um prazo indeterminado, onde não existe jornada fixa, o trabalhador é contratado como intermitente e fica disponível para a empresa. Havendo a necessidade de alguma atividade específica o trabalhador é chamado e recebe de acordo com as horas trabalhadas. Assim que realizada a atividade acordada, o trabalhador continua com um vínculo com a empresa, mas não recebe um salário mensal. Ou seja, o trabalhador recebe somente o período efetivamente consumido pelo patrão. Dessa forma, a prestação de serviços, ou o consumo da mercadoria força de trabalho, é dividida, alternando-se os períodos de trabalho e não-trabalho, sendo acordado com base em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade exercida. Esse tipo de contrato aumenta a porção de trabalho não pago pelo capitalista, visto que o trabalhador fica à mercê das necessidades do patrão.

Considerando a importância da reprodução social para a reprodução do próprio capital, o Estado assume, durante determinado período, grande parte da oferta dos elementos da reprodução social. Com o advento da acumulação flexível (HARVEY, 2014) e como o capital está em constante expansão, elementos que outrora eram delegados aos cuidados do Estado passam a adentrar o setor produtivo e serem encarados como nichos de extração de mais valor, incorporados na racionalidade mercadológica capitalista. Dessa forma, serviços atrelados à

⁵⁷ Assemelha-se ao contrato chamado “zero hour” (Antunes, 2018).

reprodução social, como saúde, educação, assistência social, previdência passam a fazer parte do espaço produtivo de mais valor e de capital

Não é novidade afirmar que as inovações tecnológicas estão diretamente ligadas à organização da jornada de trabalho. Celular, e-mail e aplicativos como *WhatsApp* prolongam a parte não paga da jornada de trabalho e disponibilizam sua realização fora do ambiente de trabalho, como em casa, no ônibus e nas horas de folga. É de se questionar qual o papel das lutas pela regulamentação da jornada de trabalho em um modelo produtivo cada vez mais flexibilizado. E ainda, como atuará a luta dos trabalhadores em torno dessa questão histórica, em um contexto que caminhamos para a uberização (FONTES, 2017) da classe trabalhadora em escala global, onde a exploração do mais valor se apresenta como não trabalho e/ou autonomia do trabalhador.

Como demonstrado, a forma flexibilizada de trabalho é a realidade para a maior parcela dos migrantes. Tanto as atividades de reprodução social, como o trabalho assalariado, são flexibilizados e modificados em uma constante luta de classes. O termo uberização (FONTES, 2018) ou uberismo (BRAGA; SANTANA, 2020) é utilizado para classificar a nova forma de exploração travestida de empreendedorismo.

A respeito do empreendedorismo, Antunes (2020) afirma que é uma categoria que manipula, pois transfere para o sujeito a obrigação de reproduzir-se e vender sua força de trabalho fora da proteção legal ao trabalhador. “O sentido mais nefasto do empreendedorismo é individualizar a classe trabalhadora e criar a ilusão de que ela sobrevive sozinha” (Idem, s/p). Dessa forma, os trabalhadores de aplicativos são convertidos em “prestadores de serviço” para mascarar a condição de assalariado e fazer com que “não tenham os direitos que, normalmente, o conjunto da classe trabalhadora tem, como férias, 13º salário, descanso semanal, seguro saúde e etc” (ANTUNES, 2020, s/p).

Manifestada hoje no trabalho dos entregadores por aplicativos, a flexibilização:

Constitui hoje uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural (ANTUNES, 2018, p. 159).

Braga e Santana (2020) destacam que entre os entregadores, a maioria é “formada por homens, jovens e negros, dos quais cerca de cinco por cento é de mulheres, representando algo em torno de um quarto dos trabalhadores por conta própria no país” (Idem). Esses trabalhadores

estão descobertos dos direitos sociais e trabalhistas, trabalham por longas jornadas, com extrema pressão por ritmos, baixa remuneração e alto índice de acidentes. Apesar das empresas de aplicativos distanciarem o máximo possível de qualquer vínculo empregatício com esses entregadores, a realidade é que são os aplicativos que monitoram a produtividade do entregador. No mesmo sentido, afirma Braga (2020) que todo tempo livre foi “colonizado pelo tempo de trabalho”. Por isso, “sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 160)

Ao contrário da ideia difundida de que os entregadores são empreendedores, o que se verifica são:

Formas explícitas de subordinação trabalhista pela via do controle eletrônico, que monitora e define seus acessos, ritmos e movimentos, condicionando seus possíveis ganhos. E que pode aplicar variadas sanções, justificadas ou não, sempre que quiser, bastando, por exemplo, deixar o entregador bloqueado sem enviar-lhe pedidos (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

Os entregadores, como afirmam os autores, não trabalham para si próprios, trabalham para empresas, ou seja, é um equívoco – porém, conscientemente articulado – chamá-los de empreendedores. “Na realidade eles são trabalhadores precários, ou seja, sem um contrato de trabalho, sem acesso a direitos trabalhistas, sem acesso a direitos previdenciários” (BRAGA, 2020).

Braga e Santana (2020) ressaltam que a precarização “da vida e do trabalho não se restringe ou restringirá à categoria dos entregadores” e dos motoristas de aplicativos. Mas, “trata-se (...) do projeto do capital para a classe trabalhadora como um todo.” Neste sentido, tanto as políticas de desmonte dos direitos trabalhistas, no governo de Michel Temer, coroadas “pelo neoliberalismo autoritário do governo Bolsonaro”, são expressão da crise global iniciada em 2008.

Nos dois casos as mudanças serviram para aprofundar a mercantilização do trabalho, deixando a classe trabalhadora descoberta no presente (quando trabalhadores/as estão em atividade, mas desprotegidos de direitos sociais) e no futuro (quando da época do que seria a sua aposentadoria) (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

A contrarreforma trabalhista, como demonstrado anteriormente, abriu ainda mais espaço para a precarização e a informalidade. Os autores apontam que a chegada da pandemia escancarou uma realidade que já era dramática:

Aqueles setores que ainda se mantiveram nos arranjos minimamente protegidos da formalidade, quando não simplesmente demitidos, foram obrigados a suspensões de contrato, redução de jornadas e de salários. Os desprotegidos, isto é, a parcela mais vulnerável da classe trabalhadora, foram colocados frente a trágica escolha entre o vírus e a fome. Diante da ajuda emergencial do governo, que em muitos casos tiveram

dificuldade de receber, ou sequer receberem, precisaram sair às ruas e enfrentar o risco da contaminação e da morte (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

O advento da pandemia de COVID-19 revela os serviços essenciais. Como afirmado ao longo desta dissertação, esses serviços estão diretamente ligados à reprodução social. A alimentação é um pilar desses serviços. Neste sentido, os entregadores se expõem ao risco e garantem, por exemplo, que:

Amplios setores da classe média possam se manter em isolamento social. Essa não é uma categoria nova no mundo do trabalho brasileiro. No entanto, cabe notar que se trata de uma categoria que tem atravessado transformações quantitativas e qualitativas. Junto com outros grupos de precários, os/as entregadores/as de aplicativos são, nos dias atuais, a face mais visível do uberismo (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

É importante ressaltar que assim como em outras áreas, os aplicativos utilizaram da pandemia para alargar seus lucros, aumentando o controle sobre os trabalhadores.

Dado o alto nível de desemprego e informalidade, e com vários setores com atividade paralisada, a categoria, como já vinha ocorrendo nos últimos anos, recebeu um afluxo grande de novos membros o que aumentou o ganho dos aplicativos, aumentando a competição entre os entregadores/as e, conseqüentemente, reduzindo seus rendimentos. Reativamente, os/as trabalhadores/as passaram a trabalhar por mais horas a fim de mitigar a queda da remuneração. Trata-se de um jogo viciado no qual apenas as empresas ganham (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

Todo o cenário que já era dramático fica ainda mais sob o contexto da pandemia. Os serviços, apesar de afirmados como essenciais – porém, não reconhecidos -, foram os mais desvalorizados e explorados. A pesquisa feita pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho), feita de forma online, contou com a participação de 252 pessoas de 26 cidades⁵⁸. A pesquisa da Remir diagnosticou que, antes da Covid-19, a maioria dos entregadores (60%) recebia entre 261 e 1.041 reais. Com a pandemia mais de 60% relatou queda na remuneração em um salário que já era em maior parte abaixo do salário mínimo.

Antunes (2018, p. 192) afirma que “hoje estamos diante de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no país, cujo significado tem requintes comparáveis aos da escravidão”. Em entrevista, o pesquisador afirma que a pandemia não criou, mas denudou a nefasta exploração dos trabalhadores pelo capital. O autor reafirma que as pesquisas realizadas no Brasil demonstram que são os pobres os que mais morreram de Covid-19.

Em entrevista, Antunes afirma que:

A pandemia eclode em um momento em que temos 40% de informalidade no Brasil. Naquele momento (...) cerca de 40 milhões de homens e mulheres na informalidade, 12,9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, quase 13 milhões. Quase 5 milhões em desalento. Mais uma massa de subutilizados e subocupados. A pandemia vem e devasta. (...)Então, não foi a pandemia que trouxe a tragédia. Ela é

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>>. Acesso setembro/2020.

o resultado de uma tragédia de um sistema de metabolismo social destrutivo. Por isso falo em capitalismo pandêmico e virótico. Estamos vivendo um capitalismo letal, destrutivo, pandêmico e virótico. É evidente que na medida que o capitalismo oferece uma pandemia, ela nos afunda ainda mais social, econômica e politicamente. (ANTUNES, 2020, s/p).

No livro *O Privilégio da Servidão* (2018), Antunes atribui o contexto que se escancara na pandemia

Aos obstáculos impostos ao processo de acumulação, nos anos 1980, um conjunto de medidas, articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho, passou a redesenhar a divisão internacional do trabalho, alterando também de forma significativa a composição da classe trabalhadora em escala global. Movendo-se com facilidade pelo globo, fortemente enraizado no capital financeiro, um número cada vez mais reduzido de corporações transnacionais passou a impor à classe-que-vive-do-trabalho, nos diferentes países do mundo, patamares salariais e condições de existência cada vez mais rebaixados. (Idem, p. 155

Neste sentido, Antunes (2018, p. 42) afirma que “na empresa “moderna”, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical”. A crescente inserção das tecnologias no mercado de trabalho denota:

O suporte fundamental dessa nova fase de subsunção real do trabalho ao capital. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem a se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobranete, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro. (ANTUNES, 2018, p. 43).

Neste sentido, cria-se um fosso nas expectativas de futuro dos entrevistados e a realidade apresentada por Antunes. Dos estudantes entrevistados, destacamos a ênfase na ideia da educação como meio de ascensão social. Beatriz⁵⁹ (17 anos) afirma que a migração para Florianópolis foi em primeiro lugar para trabalhar, pois sua cidade natal – Teresópolis/Bahia – “não tinha emprego lá, é muito pouco, muito pouco mesmo”. Em segundo lugar, afirma “quero conquistar meu sonho, ser advogada de direitos humanos”. Luíza⁶⁰ (39 anos) também vê na escola o futuro sonhado: “desde criança eu tenho um sonho muito grande de ser uma professora, dá até vontade de chorar”.

Entretanto, as expectativas estão no campo da idealização e, na maior parte das vezes, descoladas das condições concretas para a sua concretização. Gustavo⁶¹ (18 anos) desdobra-se

⁵⁹ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁶⁰ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁶¹ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

para se precaver diante do futuro incerto. Deixou de morar com os pais, no estado do Mato Grosso e mudou para Florianópolis, onde a irmã já morava há três anos. Além de jogar futebol e estar sempre em busca de testes para times profissionais, também está “fazendo uma outra coisa se não der certo. Eu estudo também no pré-militar, do exército, marinha e aeronáutica. Estava estudando e fazendo os preparatórios, porque se não der certo para um lado tem para o outro né”.

Mesmo desdobrando-se, muitos dos entrevistados sentem-se frustrados. Igor⁶² (18 anos) tentou desde cedo encontrar uma carreira. Aos sete anos foi modelo infantil, aos treze fazia *rap* e chegou a ir a uma competição nacional. Após isso começou a se dedicar ao futebol, mas também se envolveu com a criação de uma *startup* antes de mudar para Florianópolis. No momento da entrevista, afirma que nenhum de seus projetos ao longo da vida deu certo e os atuais também não estavam dando certo. Por isso, acabou tentando uma vaga em um supermercado. Por não ter conseguido disse: “eu fui lá e não consegui o emprego, eu chorei pra caramba lá mesmo no RH”. Continuou procurando trabalho e afirma que pretende trabalhar, estudar na EJA, manter os treinos de futebol na escola preparatória, cursando como Igor o pré-militar e ainda fazer um curso de informática. Por isso, afirma que a escolha pela EJA foi para ter mais tempo para trabalhar, mesmo não gostando de estudar à noite.

Percebemos que desde crianças os migrantes aprendem a esperar qualquer coisa, logo, devem ser flexíveis, ainda que isso signifique migrar várias vezes: “Se não der certo aqui eu vou para Salvador, ver uma pessoa que possa me dar uma oportunidade lá”⁶³. Nossas entrevistas demonstram que mesmo migrando para Florianópolis as expectativas não foram atendidas. Como colocado pelos estudantes, quase todos trabalham mais de oito horas, tem mais de um vínculo, poucas folgas e sentem-se cansados. O pouco tempo livre é dedicado à EJA e ao descanso para repor as energias para mais um dia de trabalho, como demonstra Luíza (39 anos):

Quando eu tô em casa, o único dia que eu fico em casa é segunda-feira que é minha folga, o resto tudo eu trabalho, então quando eu tô em casa eu tiro o dia pra descansar, relaxar, ler um livro e só. Eu sou uma pessoa que não é muito de sair, porque se eu for numa praia eu vou estar cansada para o outro dia ter que trabalhar, então eu gosto de ir na praia quando eu tenho dois dias de folga. Quando eu pego só um dia de folga então eu prefiro ficar em casa, assistir Ana Maria Braga, ver as coisas que estão passando, alguma coisa de novidade, sabe? Às vezes eu saio pra dar uma volta, passear com marido, ou com minha filha, porque ela também trabalha,

⁶² Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁶³ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

*então a gente não se vê muito. Eu me sinto muito cansada pra no outro dia ter que trabalhar cedo, então prefiro no meu dia de folga ficar descansando*⁶⁴.

Conforme aponta Antunes (2018), e de acordo com nossos entrevistados, já não há limite estabelecido para a jornada de trabalho de uma grande parcela da população, tanto os que estão na informalidade, quanto para os trabalhadores em que o trabalho se confunde com o não-trabalho. Por isso, o trabalhador deve ser flexível e estar preparado para adequar-se as mais diversas atividades e em diferentes locais. Neste sentido, sabendo que o trabalho para o capital aliena e que todo tempo livre é preenchido pelo trabalho, resulta em uma vida/existência alienada e subordinada às intempéries do capital, mesmo que inconscientemente. Desta forma, verificamos como o trabalho e o tempo de trabalho são reorganizados de acordo com as necessidades contemporâneas do capital.

No contexto da pandemia da Covid-19, o trabalho remoto, imposto como forma de não diminuir a produtividade, ocasiona uma ruptura entre tempo e espaço de trabalho e de não trabalho, em que já não é possível distinguir a diferença entre os dois, intensificando ainda mais o trabalho, alongando sua jornada e exigindo mais fisicamente e psicologicamente dos trabalhadores. Para além disso, cabe ao próprio trabalhador providenciar suas condições e instrumentos de trabalho, além do stress de trabalhar num ambiente inadequado.

No que diz respeito ao setor de serviços, destacamos que as ocupações normalmente não exigem muita qualificação e possuem alta rotatividade. No caso de Florianópolis, aumentam na temporada e época de festas e se mostram oportunidades para ingresso rápido. Com esses elementos, podemos compreender o motivo de tantos migrantes estarem inseridos no setor de serviços.

Sabendo que o trabalho é elemento central para a organização da vida da classe trabalhadora, os aspectos referentes à jornada de trabalho alterados na contrarreforma trabalhista indicam que o proprietário dos meios de produção terá ainda mais liberdade para definir a utilização do tempo de vida do trabalhador, tanto para estender a jornada, como para o não pagamento pelas horas à disposição da empresa (caso do contrato de trabalho intermitente). Além disso, o empregador pode se eximir de pagar as horas de trabalho em casa, o que configura uma ampliação da intensidade do trabalho.

⁶⁴ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

É evidente que a organização da jornada de trabalho está diretamente conectada com a vida social do trabalhador, desta forma, surte efeitos na organização do tempo de não-trabalho, assim como impacta na saúde física e psíquica dos trabalhadores. Neste sentido,

Além dos impactos físicos, a incerteza da jornada de trabalho desemboca no descontrole da própria rotina do trabalhador. Isso gera imediato impacto na organização de sua vida social, assim como na própria vida profissional, devido ao trabalho excessivo e à jornada imprevisível, dificultando a possibilidade de capacitação via cursos de aperfeiçoamento, treinamentos e acúmulo de novos conhecimentos. Tudo isso pode desencadear doenças psíquicas e perda de interesse em demais aspectos da vida. (GALVÃO et al., 2017, p 42 Apud KREIN, 2018, p.??).

Pesquisas que se dedicaram a analisar os efeitos de curto período da implementação da nova legislação trabalhista, como a de Krein e Colombi (2019), demonstram que o discurso do crescimento econômico e retomada do crescimento da população empregada, como promessa da contrarreforma trabalhista, não se concretizou. Ao contrário disso, estamos vivenciando uma situação de desemprego estrutural, aumento da informalidade e subcontratação. A diminuição da proteção social ao trabalhador e o desmonte dos sindicatos dificulta a negociação entre trabalhador e patrão, visto que o trabalhador fica vulnerável a assédios, contratos ainda mais precários e o medo do desemprego. Estando em vulnerabilidade na relação da venda da força de trabalho, é mais provável o aceite de formas altamente precárias de labor.

Por conseguinte, “a característica comum é deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança e vulnerabilidade em relação ao trabalho e à renda, para que ele se sujeite à lógica da concorrência permanente com outros para poder se inserir no mercado e auferir alguma renda” (KREIN, 2018, p. 84). O que se coloca é o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, de ampliação global, “configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades imateriais, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor” (ANTUNES, 2018, p. 53).

Neste sentido, é necessário um olhar criterioso e uma análise dialética para perceber como se configura o tempo dedicado ao trabalho para além da jornada remunerada. Cardoso (2013) aponta que a tendência de uma jornada regulada em 40 horas vem se alterando mundialmente para o aumento da intensidade e prolongamento do trabalho de formas atípicas, como vimos em relação aos motoristas e entregadores por meio de aplicativos.

No que tange à regulamentação das 40 horas, Cardoso (2013) assinala o desenvolvimento tecnológico e seu impacto produtivo na efetivação dessa pauta política, ainda

que a redução da jornada não possa “ser vista como resultado direto do crescimento econômico, pois estamos falando de um campo de extrema disputa entre trabalho e capital” (CARDOSO, 2013, p. 3), ou seja, é síntese da luta das classes antagônicas.

Nessa disputa, entre trabalho e capital, se anuncia a tendência do tempo de trabalho adentrando ao tempo de ‘não’ trabalho:

Uma invasão que ocorre não apenas pela demanda para a realização de trabalho nos momentos de "não trabalho", de forma explícita ou implícita, mas também pela crescente flexibilização do tempo laboral, determinada pelas necessidades do capital, desorganizando o planejamento da vida dos trabalhadores e seus familiares (CARDOSO, 2013, p. 354).

O caso do entrevistado José é emblemático, pois demonstra que o tempo de “não trabalho” é, na realidade, o tempo de aguardar o momento do trabalho. Quando indagado sobre o que fazia quando não estava trabalhando, responde:

*José (62 anos): Então, é que a vida de um profissional liberal é um pouco diferente. Porque a gente trabalha quando tem, né? Quando alguém me solicitava, para um trabalho de sonorização, como eu fazia: Primeiro passo, a gente vai buscar o texto, o conteúdo do que vamos anunciar e o segundo passo é na gravadora. Gravar o texto e depois trazer para a pessoa conferir se ficou correto, para depois fazer a divulgação. Isso é um trabalho que se faz por hora. A gente é cobrado por hora e a gente fecha um pacote. Dez horas, quinze horas, vinte horas. **É o proprietário que decide qual é o horário que ele quer que a pessoa contratada trabalhe. Ele decide o que quer que faça das dez ao meio dia, do meio-dia às duas, das duas às quatro, das quatro às seis.** Então, é um trabalho assim bastante remoto, porque a gente primeiro trabalha quando tem. O dia que não tem, a gente fica em casa, esperando um telefonema. Divulgando através de um cartão, saindo para divulgar nas ruas, dentro das empresas, nos comércios. Quem chamar a gente oferece o serviço, né?⁶⁵*

A fala de José acerca da rotina do seu último trabalho é bastante dramática. Por ser um “profissional liberal”, como ele mesmo se intitulou diversas vezes, vive a contradição entre ser, na aparência, seu próprio chefe e, em essência, subordinado a diferentes padrões. Nomear o comprador de sua força de trabalho como proprietário é bastante emblemático e denota que esse sujeito tem consciência de sua condição real enquanto trabalhador. A fala expressa, de forma direta, que ao vender sua força de trabalho, é vendido também o direito à decisão de sua própria rotina, do seu próprio tempo. Assim como os trabalhadores uberizados (FONTES, 2018), José, um “profissional liberal”, vive:

(...) A profunda contradição entre o que é apresentado socialmente como “liberdade” do ser social, (...) em contraste com sua sujeição cotidiana aos empregadores. (...) A existência real estaria fora do emprego, mas este ocupa quase todo o tempo,

⁶⁵ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

introduzindo uma profunda e dolorosa fissura entre o tempo de trabalho e a vida (FONTES, 2018, p. 49).

Podemos associar a jornada de trabalho de José ao que Antunes (2018) anunciou e demonstrou como:

Zero hour contract, modalidade perversa de trabalho que viceja no Reino Unido e se esparrama pelo mundo, em que os contratos não têm determinação de horas – daí sua denominação. Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dádiva”. (Idem, p. 39)

Modalidades de trabalho como o *zero hour contract* já imperam em muitos dos trabalhos informais, como no caso de José. Essa forma de trabalho, mesmo apresentada sob uma forma de liberdade para o trabalhador é, na realidade, dotada de instabilidade e insegurança, traços constitutivos das novas formas de trabalho. O depoimento de José expressa o que pesquisas como a de Antunes (2018), Mattos (2013; 2018) e Fontes (2018) buscam compreender. As novas formas de trabalho se pautam em “uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada” (ANTUNES, 2018, p. 28).

A respeito da forma de atividade de trabalho expressa no caso de José, remete ao que Marx (2014) caracteriza como trabalho por peça e, portanto, salário por peça. Ainda que o autor afirme que o salário por peça seja uma forma alterada do salário por tempo, reconhece que esta forma de trabalho é frequentemente mais intensa. Isso porque, “o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade” (Idem, p. 624).

Neste sentido, o salário por peça, como caracterizado por José, o leva a trabalhar mais horas, em busca de um salário que o reproduza socialmente com dignidade. Afinal:

A qualidade do trabalho é controlada, aqui, pelo próprio produto, que tende a possuir uma quantidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça, sobre esse aspecto, o salário por peça se torna a fonte mais forte de descontos salariais e de fraudes capitalistas. (MARX, 2014, p. 625)

Para além disso, ocorre uma ampliação velada do tempo de trabalho. Essa ampliação está presente nas tarefas levadas para casa, no compartilhamento dela com familiares e no uso de tecnologias como forma de prolongar a jornada de trabalho. O uso dos celulares, por exemplo, permite levar o trabalho a qualquer lugar e em qualquer momento. Nesse sentido, Antunes (2018) aponta que “o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de

vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações” (p. 40-41).

Podemos nos questionar ainda sobre o tempo gasto com o deslocamento da casa para o trabalho, o tempo dedicado à qualificação, o tempo em busca de trabalho. Todos esses tempos podem ser denominados como "tempos dedicados ao trabalho" (CARDOSO, 2013), mesmo que não sejam remunerados. Se o tempo de trabalho fica cada vez mais flexível, o mesmo acontece com os tempos de não trabalho, dado que a flexibilização tem impactos negativos tanto dentro como fora do local de trabalho: dentro, a consequência é o aumento da intensidade e fora, é a desorganização do tempo de não trabalho.

Dal Rosso (2006), dedicando-se a debater a duração e intensidade da jornada de trabalho, expõe que:

A jornada de trabalho se expressa primeiramente pelo componente de duração, que compreende a quantidade de tempo que o trabalho consome das vidas das pessoas. A questão tem diversas implicações, três das quais são aqui destacadas: afeta a qualidade de vida, pois interfere na possibilidade de usufruir ou não de mais tempo livre; define a quantidade de tempo durante o qual as pessoas se dedicam a atividades econômicas; estabelece relações diretas entre as condições de saúde, o tipo e o tempo de trabalho executado. Essas razões, muito além da curiosidade histórica, são suficientes para explicar porque os estudos de tempo de trabalho que se dedicam à análise da duração se tornaram socialmente tão relevantes.” (p. 31).

Como demonstra Oliveira (1976), quão mais rápido e intenso é o consumo da mercadoria força de trabalho, maior a mortalidade relativa da classe trabalhadora, devido a um “consumo predatório” (Idem) no processo de produção. Neste sentido,

A intensidade e o ritmo acelerado no trabalho e o número excessivo de horas na jornada são decisivos na precarização da saúde do trabalhador, podendo eliminá-lo, precocemente, do mercado. Nas condições de trabalho estão incluídas as atividades corporais e mentais dos trabalhadores, bem como os elementos materiais, físicos, químicos, ambientais, temporais e também as relações de trabalho (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p. 7).

Dessa maneira, a relevância da análise da jornada de trabalho está em permitir conhecer a forma pela qual o capital opera a extração de mais valor na atualidade e o grau de exploração a que estão submetidos os trabalhadores. De acordo com os dados de nossa pesquisa, os migrantes estão, em grande maioria, inseridos em trabalhos de reprodução social e/ou no setor de serviços. Dal Rosso (2014) discute a questão da teoria do valor em relação ao trabalho no setor de serviços e afirma que

(...) Nos países periféricos e submetidos, países de capitalismo tardio, alguns dos quais alcançaram sua independência somente no século XX, observou-se que seguíam

outro modelo de transformação, que passou a ser entendido como próprio de sua condição subdesenvolvida e ex-colonial. De composição inicial eminentemente agro ou mineral-exportadora, esses países saltaram para a condição de emprego de sua mão de obra majoritariamente nos ramos de serviços. (...) Sabe-se que muitos desses serviços constituem postos de empregos deteriorados qualitativamente, e que essas multidões, que, a partir dos anos 1950, passaram a buscar habitação e trabalho nas cidades, transferiu sua miséria para os centros urbanos (Idem, p. 77).

Em consonância com o contínuo processo de expropriação dos pequenos proprietários de terra, a modernização deslocou uma massiva população para os centros urbanos. Acostumados com a vida na roça, com pouca instrução educacional e com uma família deixada no local de origem, esses migrantes procuram qualquer trabalho que justifique a saída da terra natal. Ao questionar o motivo da mudança da região natal, José responde que:

José (62 anos): Quando eu saí de lá tinha dezessete anos, saí de lá por causa da pobreza, o lugar era muito pobre, muito difícil e a gente trabalhava assim como se fosse um escravo dos outros. A terra que a gente plantava era de uma outra pessoa, de um fazendeiro, a gente ganhava um terço daquilo que a gente plantava e o resto tinha que devolver, era sempre apertado, né. E então por conta dessas dificuldades que a gente deixou esse lugar, da serra, do mato, da lavoura e veio para cidade.⁶⁶

Na atualidade da contradição histórica entre capital-trabalho, Antunes (2018), afirma que os migrantes são a “ponta mais visível do iceberg no que concerne à precarização das condições de trabalho” (p. 84). Por isso, compreender a situação de vida e trabalho desses sujeitos é importante para entender as formas de extração de mais valor no capitalismo contemporâneo. A condição de migrante, conforme defendido nesta pesquisa, impõe aos trabalhadores uma relação diferenciada em relação aos trabalhadores locais, pois carregam o estigma social de ser migrante, o de fora, o estranho.

O migrar para a classe trabalhadora já indica a precariedade da vida e/ou a necessidade de melhorar as condições da reprodução social. Muitas vezes não há a possibilidade de escolha com o que trabalhar ou onde gostariam de morar, sequer a possibilidade de migrar em busca de trabalho. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, isso se expressa em uma diversidade e rotatividade nos trabalhos, ainda que todos possam ser classificados como trabalho simples. A entrada no mercado de trabalho é bastante precoce, mesmo para os entrevistados mais novos.

Robson (15 anos - trabalha desde os 14): Eu trabalho ultimamente em uma mecânica, só que antes eu trabalhava com uma coisa de imóveis e tive dois empregos, eu saí de um pra entrar no outro.⁶⁷

Pesquisadora: Com quantos anos você começou a trabalhar?

Maurício (22 anos): Comecei com 12 anos⁶⁸.

⁶⁶ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

⁶⁷ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁶⁸ Grupo focal realizado em 07/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

Desde cedo, cumprem longas jornadas, como conta Luíza sobre o primeiro emprego, aos 12 anos:

Luíza (39 anos): Eu trabalhava o dia inteiro. Não tinha carteira assinada. Trabalhava até às cinco e meia, seis horas e aos domingos. Quando fiz quinze, dezesseis anos, fui trabalhar em um restaurante. Trabalhava das sete da manhã às sete da noite.⁶⁹

Os que não trabalham precisam trabalhar e afirmam que está difícil conseguir ocupação. Dos que trabalham, a maioria não tem carteira assinada e as jornadas longas são uma constante para os trabalhadores migrantes, independente da função exercida. Questionados sobre a duração da jornada, respondem:

Luíza (39 anos): Quando eu não venho para escola faço 12.⁷⁰

Renan (17 anos): Trabalho 7 da manhã às 17:20, sem carteira assinada.⁷¹

Maurício (22 anos): Aqui o povo trabalha de dia e de noite, a maioria. Acho que todo mundo aqui concorda (turma assente). Tem que ser pra poder se manter aqui, porque o custo de vida aqui é um pouco alto.

José (62 anos): Eu saio de casa todos os dias nove horas da manhã, e só volto nove da noite.⁷²

Na entrevista individual com Luíza, percebemos que a jornada se estende para além das 12 horas. Calculando o tempo dedicado ao trabalho, Luíza acordava às 6 horas da manhã para conseguir dar conta de tudo. Quando não estava na escola, afirma que “ficava das sete da manhã até nove da noite trabalhando”. Para a entrevistada, o motivo de tantas horas no trabalho também estava relacionado ao fato não ter nada melhor para fazer, caso estivesse em casa, o que revela que a pobreza não é apenas material, mas também relativa aos aspectos culturais, educacionais, artísticos e à cultura corporal.

Às atividades que estão envolvidas no processo de conservar a vida chamamos de trabalho de reprodução social. Porém, a reprodução social também é uma lente, uma das múltiplas variantes que moldam a trajetória do trabalhador migrante. Por essa lente, entendemos que a fonte de riqueza em nossa sociedade é “tanto a vida humana quanto o trabalho humano” (Idem). No contexto de pandemia, em que parte substancial dessa pesquisa foi realizada, é possível perceber com mais facilidade quais são os trabalhos essenciais e perceber que eles estão associados a trabalhos de reprodução social, como cuidados com saúde, ensino, limpeza e alimentação.

⁶⁹ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 28 e 30 de abril de 2020.

⁷⁰ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁷¹ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

⁷² Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

As pesquisas no campo de estudos da migração, assim como a presente pesquisa, têm demonstrado que a população migrante está associada frequentemente a essas formas de trabalho. Uma grande parcela das atividades são desenvolvidas por mulheres. Neste sentido,

Como o capitalismo é um sistema de produzir coisas, não um sistema de produzir vida, essas atividades e esses trabalhadores são severamente subvalorizados. As trabalhadoras de reprodução social são as mais mal remuneradas, são as primeiras a ser dispensadas, enfrentam constante assédio sexual e, muitas vezes, violência direta. (BHATTACHARYA, 2020, p. s/p).

Além do trabalho remunerado neste tipo de função, ressaltamos também as atividades de reprodução sem vínculo empregatício. Tanto atividades de reprodução individual, como higiene e atividades de subsistência familiar, como lavar e cozinhar, cuidar dos filhos, são partes da jornada de trabalho não remunerada e são, novamente, desenvolvidas por mulheres. A entrevistada Luíza alega que mesmo indo dormir tarde (cerca de uma hora da manhã) e acordando às 6 horas, tem que “deixar tudo pronto, alertar minha filha para ela ir para escola, ela faz um curso, vai depois para o trabalho, mais tudo eu que tenho que correr atrás. E ainda tenho que entregar as pesquisas (da EJA)”.⁷³

Essas atividades nos interessam, pois

Ao observar as práticas sociais materiais por meio das quais as pessoas se reproduzem diariamente e de geração em geração, renovando as relações sociais e as bases do capitalismo, assim como ao observar o estrago que lhes causa um capitalismo reconhecidamente desenraizando, podemos expor melhor os custos da globalização e as conexões entre locais de produção muito diferentes. O foco na reprodução social nos permite questionar a produção, a manutenção e a exploração de uma força de trabalho (KATZ, 2019, p. 437).

A divisão do trabalho entre gêneros dentro da família impõe para as mulheres a responsabilidade pela maior parte dos trabalhos da reprodução, desde a educação dos filhos até a preparação de alimentos (KATZ, 2019). Quando tratamos da especificidade da mulher migrante, além do cuidado com a reprodução sua e de sua família, é comum o labor cuidando de famílias que não são as suas, mas que realocam algumas atividades da reprodução social para terceiras. Tomemos como exemplo o primeiro trabalho de Luíza, onde, além de morar no trabalho e ter todo o seu dia interposto com atividades de trabalho, realizava as tarefas de reprodução realocadas pela “família muito rica” que a contratou. Isso faz com que “a mulher migrante não só trabalhe mais horas, mas também receba menor compensação neste processo” (KATZ, 2019, p. 440). Essa realidade é evidentemente menos latente para os homens, ainda

⁷³ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

que estudantes mais novos realizem atividades de reprodução social por necessidade. Nosso entrevistado José não reportou em nenhum dos momentos da entrevista - realizada ao longo de uma semana - sobre atividades domésticas. Durante o isolamento social, afirma que:

José (62 anos): O dia a dia da gente, ele se torna pequeno, porque eu, por exemplo, agora que esses momentos que tão assim um pouco resguardado, mais por casa. Eu durmo até dez horas. Não que realmente esteja sempre dormindo, mas eu acordo e me dá uma preguiça, fico me esparramando em cima da cama e então a gente levanta tarde e fica um pouco por ali, vendo uma notícia, uma televisão, aí já almoça, dá uma saída, sempre dou uma saída. E é assim dia a dia da gente agora, pra mim os dias tão pequeno porque eu deito muito tarde, me deito pra dormir é uma hora da manhã, uma e meia, fico lendo um livro, um jornal e assistindo também o jornal, eu deito tarde e pelo fato de deitar tarde, levanto tarde da cama, dá uma preguiça.⁷⁴

Por conseguinte, a condição de migrante também influencia na forma de relacionar-se com o local de habitação. A rotatividade destes pode ser vista como um impeditivo para a instalação num local e para a criação de laços e afetos.

*Luana (16 anos): Tenho 16 anos e já me mudei 13 vezes na minha vida. O lugar que eu morei mais tempo foi 2 anos. Mudei pra muitas escolas e nunca tive um lugar fixo para morar. O que eu lembro da onde nasci é que era um condomínio de sobrado de casas e na frente tinha uma escola, tinha uma praça e eu tinha amigos no prédio de trás. E o que eu lembro de lá era isso. **Eu nunca fiquei muito tempo em um lugar para eu ter lembranças.** Aqui eu tô morando tem 3 anos, mas eu já me mudei várias vezes de casa.⁷⁵*

No livro *Errantes do fim do século*, Silva (1991) aborda a questão da memória para os migrantes. Afirma que “o passado dos lugares, das casas, dos objetos é condição básica do enraizamento. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória” (p. 224). Portanto, a migração “não tem somente o efeito de expulsar os moradores das casas, mas expulsar de suas lembranças, de suas memórias, dos espaços da sociabilidade, do modo de vida, da cultura, enfim, da própria experiência vivida, enquanto significados” (Idem).

Frochtengarten (2009), na sua pesquisa com os migrantes estudantes de EJA em São Paulo, trata a respeito da memória e do não-lugar. Com base em Marc Augé (1994), usa o conceito de não-lugar e afirma que a multiplicação de espaços de não-lugares, ou seja, sem conexão com os sujeitos “contribuem para a circulação acelerada de pessoas e bens” (Idem, p. 144). Para o migrante, toda cidade é um não-lugar. “Sua paisagem é como um somatório de espaços desprovidos de sentido, refratários à presença, vistos apenas de passagem e reduzidos

⁷⁴ Entrevista realizada virtualmente entre os dias 19 e 25 de maio de 2020.

⁷⁵ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

a um nome, quando este pode ser lido. Não devem e não dizem respeito à sua existência” (Idem).

Há ainda a relação entre moradia e local de trabalho. É comum que as trabalhadoras domésticas morem no emprego, principalmente se forem migrantes. O que é entendido pelo patrão como um favor, uma boa ação, tanto para economizar no aluguel, quanto em outras despesas. Na prática, significa o trabalho adentrando e abocanhando toda vida dessas trabalhadoras e tornando-as disponíveis todo o tempo para as necessidades “da casa”.

O estudo de Frochtengarten (2009) demonstra que na EJA de São Paulo 90% eram deslocados de seu lugar de origem, predominavam mulheres (64%), e destas 45% trabalhavam como domésticas. Assim como em nossa pesquisa, “a busca de emprego e renda, traduzida como desejo de “mudar de vida”, é apontada pela ampla maioria desses estudantes como o mote da migração” (p. 27). Essa realidade, em que “o emprego é condição para os estudos” (p. 29) está diretamente relacionada à centralidade do trabalho na vida dos estudantes.

O autor sinaliza que cerca de dois terços dos estudantes participantes da pesquisa “tinham mais de dez horas do dia ocupadas pelo período compreendido entre a saída de casa (nos casos em que não era a residência dos patrões) e o término do serviço. A jornada começava cedo e, na maioria dos casos, incluía os sábados” (Idem, p. 28). No caso dos estudantes que moram no local de emprego, a maior parte dos estudantes dormem no trabalho pelo menos de segunda a sexta-feira e boa parte só tinham a casa dos patrões para ficar. Estando no local de trabalho 24 horas por dia se perde privacidade e se prolonga a jornada de trabalho. Por isso, “além dessas imbricações entre o emprego e a moradia, o trabalho também costuma ditar os passos da vida escolar” (FROCHENGARTEN, 2009, p. 28).

O caso de Luíza conversa muito com a realidade apresentada na pesquisa de Frochtengarten (2009). Neste sentido, Luíza conta como foi seu primeiro movimento migratório:

Luíza (39 anos): Eu fui sozinha. Surgiu uma oportunidade e eu nunca sonhei de conhecer Rio de Janeiro, nunca tive essas coisas, de repente surgiu uma grande oportunidade, eu tinha dois filhos pequenos na época, eu não tinha outra opção. Ou eu ia, ou eu precisava pensar em outra coisa para eles sobreviver, né? Era só eu sozinha, porque o pai morreu cedo. Eu fui pra lá pro Rio e trabalhei. Conheci uma família lá e essa família me adotou. Com 20 anos fui morar nessa casa, uma casa de umas pessoas muito ricas. Fiquei morando 5 anos com essa família nessa casa, trabalhando né, eu era governanta da casa. Eu só saí de lá porque eu casei.⁷⁶

⁷⁶ Grupo focal realizado em 14/11/2019, no Núcleo EJA Norte I – Ingleses.

Assim como conclui Frochtengarten (2009, p. 29), o perfil dos estudantes adultos, salvo suas nuances específicas, “costuma ser o migrante que teve experiência de trabalho rural, deixou uma área empobrecida em direção à metrópole e, na cidade, ocupa postos de empregos não-qualificados”. As falas dos entrevistados atestam que os trabalhadores livres, despossuídos dos meios de assegurar sua própria existência social, conservam como “sua propriedade fundamental o próprio ato criativo, a capacidade de produzir” (FONTES, 2006, p. 443). Por isso, deslocam-se para lugares nunca imaginados na esperança de uma vida melhor.

A questão envolta entre atender plenamente as necessidades de reprodução social e reproduzir-se à beira do abismo repousa no fato de que, no capitalismo, a produtividade deslocou-se “das necessidades concretas, como a de alimentar a população, para atrelar-se às exigências abstratas de valorização do próprio capital” (FONTES, 2006, p. 436). Resta ao trabalhador sua única mercadoria, sua força de trabalho, sua capacidade criativa. Aos trabalhadores cabe uma dupla função produtiva e indissociável: a capacidade de produzir valor e de reproduzir sua existência social.

3.5 A EJA PARA OS MIGRANTES

Neste momento do texto, buscamos compreender como a EJA se apresenta na vida dos estudantes entrevistados. Klein e Cavazotti (2012) afirmam que, para os trabalhadores, a jornada escolar tem uma íntima relação de dependência com a jornada de trabalho. Sabendo que a jornada de trabalho não possui um limite mínimo definido e que sua duração máxima é determinado pelas condições físicas e morais, “as vinte e quatro horas do dia dividem-se, portanto, entre o tempo que o trabalhador dedica às suas necessidades físicas, espirituais e sociais e o tempo de trabalho” (KLEIN, CALVAZOTTI, 2012, p. 7).

Sabemos, conforme expresso no capítulo dois e três desta dissertação, que o tempo para o estudo, seja para ir à aula ou realizar atividades escolares, concorre com o tempo do trabalho. Como aponta Frochtengarten (2009, p.98), “quem migrou foi em busca de trabalho, não de estudo”, isso subordina a escola à esfera produtiva. Essa realidade limita o processo formativo do migrante.

Conforme os dados indicam, quase todos os participantes da pesquisa concluíram o ensino fundamental e receberam o diploma, mas ainda assim não têm possibilidade de acesso

ao conhecimento e à cultura universais. Seu tempo é o tempo de trabalho, a ser consumido pelo capital. A educação requerida para o trabalho simples - no qual todos os sujeitos da nossa pesquisa estão inseridos - é simples, elementar, mais centrada na disciplina, nos valores, na subordinação do que propriamente no acesso ao conhecimento.

Podemos considerar a exploração precoce da força de trabalho de crianças e adolescentes como um dos motivos que afastou da escola muitos dos atuais estudantes da educação de jovens e adultos. A exploração precoce do trabalho se efetiva na medida em que a criança, adolescente ou jovem é privada de outras atividades, como brincar, fazer as tarefas escolares, ir à escola, dormir as horas necessárias por dia, comer adequadamente, etc. É pela necessidade de reprodução social que o sujeito é privado de atividades consideradas adequadas para seu nível de desenvolvimento físico e psicológico, como estudar, brincar e se relacionar com outras pessoas na mesma fase de desenvolvimento. Neste sentido, a constituição da EJA enquanto modalidade está ligada – mesmo que indiretamente - ao trabalho infantil, uma vez que para a maior parte dos seus estudantes o motivo de abandono da escola outrora foi a necessidade precoce de trabalhar. Dessa forma, a EJA visou suprir a educação insuficiente – no que é considerado como básico, de acordo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou até mesmo ausente, para uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira.

Podemos afirmar que a exploração precoce do trabalho imbuíu crianças e jovens de responsabilidades próprias da vida adulta, como preocupação com dinheiro, pagamento de contas, cuidado de irmãos, serviços domésticos, entre outros. Tais preocupações interferem no processo de escolarização, dificultando a aprendizagem, ou até mesmo afastando o estudante desse processo, o qual deveria configurar-se como direito universal.

Seja a exploração precoce das crianças no trabalho que levou à expulsão da escola, seja a exploração atual no trabalho que impede ou limita o tempo de dedicação aos estudos na EJA, a síntese está no antagonismo entre capital e trabalho, que conduz à disponibilidade total dos trabalhadores ao capital.

As lutas pela redução da jornada de trabalho se constituíram - e se mantém - como uma das mais significativas bandeiras da classe trabalhadora. Entretanto, se a limitação legal da jornada de 8 horas diárias em 45 horas semanais - nem sempre respeitada - pode ser considerada uma extraordinária conquista, o fato é que mesmo tal jornada se apresenta significativamente impeditiva das práticas sociais de formação - que se encontram facilmente ao alcance das classes dominantes -, principalmente em razão do esgotamento físico e mental que aflige o trabalhador, em razão dos níveis cada vez mais intensos do ritmo de trabalho alcançados nos tempos atuais, graças ao desenvolvimento de tecnologia destinada ao aumento da

produtividade. Dito esgotamento coloca-se como um muro intransponível à fruição de importantes atividades sociais, destacadamente, as de caráter político, cultural, científico e de lazer. (KLEIN, CALVAZOTTI, 2012, p. 7)

Sabemos que o capital precisou, por meio de diferentes formas, dadas as especificidades de cada contexto, institucionalizar a educação, visto estar associada ao aumento da produtividade e, conseqüentemente, ligada ao mais valor relativo, o que torna a educação fator de produção para o capital. Por isso, as exigências educacionais se alteram de acordo com a matriz produtiva. Como afirmado por Harvey (2014), toda sociedade necessita da educação, pois suas finalidades formativas têm relação direta com a esfera da produção e circulação. Dessa forma, o grande dilema da educação burguesa é educar o trabalhador de determinada forma e, ao mesmo tempo, limitar a educação para a classe trabalhadora.

No contexto da acumulação flexível, ganha força a pedagogia/aprendizagem flexibilizada. Kuenzer (2016, p.1) afirma que a flexibilização da educação diz respeito – entre outras coisas – à flexibilização dos tempos de aprendizagem; “neste caso, a justificativa é a autonomia do aluno para definir seus horários de estudo, em contraposição à rigidez dos tempos dos cursos presenciais”.

Nesta forma de aprendizagem, a participação do estudante muda bastante:

De espectador, passa a ser sujeito de sua própria aprendizagem, o que exigirá dele iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento. Nas modalidades de aprendizagem flexível disponibilizadas, ele fará seu próprio horário de estudo, estabelecerá as condições e o ritmo em que irá estudar, segundo seu perfil e suas possibilidades. Em tese, ao gerenciar seus tempos e espaços, aprenderia a aprender, sozinho ou em colaboração, o que conduziria a um melhor aproveitamento; e, nas práticas colaborativas, deixaria de ser isolado em suas tarefas e leituras, de modo também a superar posturas individualistas (Idem, p. 2).

Esta ideia de participação do estudante é condizente com o proposto pela EJA Florianópolis, conforme demonstrado no segundo capítulo. Para além disso, destacamos que a motivação da EJA Florianópolis vai ao encontro da necessidade da educação flexível para o capital, pois “o objetivo da nova pedagogia é formar subjetividades flexíveis que se relacionem, produzam e consumam em uma sociedade cuja base técnica, a mover o mercado, é a microeletrônica” (KUENZER, 2016, p. 5).

Neste sentido, o que o discurso da pedagogia flexível não revela é que o uso das tecnologias para destruição do vínculo entre capacitação e trabalho banaliza as competências, orienta-as pela demanda do mercado e os trabalhos passam a ser regidos “pela lógica dos arranjos flexíveis de competências diferenciadas” (Idem, p. 4).

Ademais, essas combinações ora excluem, ora incluem determinadas parcelas de trabalhadores, por “meio de uma rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho temporário e que, ao combinar diferentes estratégias de extração de mais-valia, asseguram a

realização da lógica mercantil” (Idem, p. 4). Para a maior parte dos trabalhadores, incluindo os migrantes, significa “exercer trabalhos temporários simplificados, respetivos e fragmentados” (Ibidem, p. 6).

Kuenzer aponta que:

Esta forma de consumo da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas aprofunda a distribuição desigual do conhecimento, onde, para alguns, dependendo de onde e por quanto tempo estejam integrados nas cadeias produtivas, se reserva o direito de exercer o trabalho intelectual integrado às atividades práticas, a partir de extensa e qualificada trajetória de escolarização; o mesmo não ocorre com a maioria dos trabalhadores, que desenvolvem conhecimentos tácitos pouco sofisticados, em atividades laborais de natureza simples e desqualificada e são precariamente qualificados por processos rápidos de treinamento, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível (P. 62, 2020).

Tal como os motoristas de aplicativos que são controlados por algoritmos, ou o trabalho levado para casa por meio dos aparelhos eletrônicos, fazem parte do processo de flexibilização tanto do mercado, quanto da vida. Neste sentido, o que a aprendizagem flexibilizada revela é:

A necessidade de ter disponível para consumo, nas cadeias produtivas, força de trabalho com qualificações desiguais e diferenciadas que, combinadas em células, equipes, ou mesmo linhas, atendendo a diferentes formas de contratação, subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativa e absoluta (Idem, p. 6).

Kuenzer sintetiza a finalidade da aprendizagem flexível:

A formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, tanto do ponto de vista cognitivo quanto ético, por meio de educação geral complementada com capacitações profissionais disponibilizadas de forma diferenciada por origem de classe, que os levem a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir da educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior. Para a maioria dos trabalhadores, significará exercer trabalhos temporários simplificados, repetitivos e fragmentados. A aprendizagem flexível, como metodologia, é uma das formas de atender à finalidade de formação desses profissionais, cuja força de trabalho poderá ser consumida de forma mais ou menos predatória, ao longo das cadeias produtivas, segundo as necessidades da produção puxada pela demanda (Idem, p. 5/6).

O que ocorre é que “toda pedagogia burguesa se baseia na adaptação do homem ao seu ambiente” (SUCHODOLSKI, 1976, p. 175). Isso porque tal pedagogia se consolidou, segundo o autor, com bases materialistas metafísicas e, dessa forma, “é propriamente uma pedagogia da flexibilidade do homem frente às relações existentes” (Idem, v. 3, p. 162). Com base nisso, Suchodolski argumenta que se a educação do sujeito é resultado da ação do ambiente, então, em uma sociedade capitalista, a adaptação/adequação é o verdadeiro sentido da educação. Diante do exposto, esta ideia da pedagogia liberal/burguesa, centrada na adaptação e não na transformação, é a origem da aprendizagem flexível dos dias de hoje. Assim sendo,

As teorias enunciadas pelos pedagogos nunca foram um produto independente. Deve-se compreender não só que dependeram do desenvolvimento histórico das forças produtivas, mas também das concepções filosóficas gerais do homem, da sua natureza e do seu papel na vida social (SUCHODOLSKI, 1976, p. 147).

Suchodolski (1976), ao discutir as concepções pedagógicas de Marx e Engels, afirma que, ao contrário do que propunha a pedagogia burguesa, os autores prezaram por uma proposta pedagógica que objetivasse a formação ampla do ser humano, considerando os aspectos intelectuais, físicos, profissionais, artísticas, éticos, etc. O desenvolvimento das múltiplas possibilidades humanas demanda investimento (formativo) e tempo. Tempo para ler, para debater, para pensar e refletir, para conhecer, para militar, para ir ao teatro, ao cinema, para aprender a tocar um instrumento. A pedagogia burguesa não pode considerar uma formação ampla por seu próprio aspecto de subordinação da classe trabalhadora.

Neste sentido, a pedagogia burguesa, hoje de cunho flexível, tem naturalmente uma condição classista, visto que pretende adaptar os sujeitos da classe trabalhadora ao modo de funcionamento do capitalismo. Ou seja, naturalizar explorações como longa jornada de trabalho, dupla jornada, precarizações nos contratos, mais de um emprego, informalidade, terceirização, trabalho intermitente, flexibilizado, etc.

Dessa forma, a EJA, como uma proposta pedagógica flexível, e dentro do contexto da educação e sociedade capitalista, acaba por favorecer, mesmo sem tal pretensão por parte de sua equipe, uma formação reducionista em termos de acesso ao conhecimento universal.

Se por um lado a forma flexível da EJA beneficia o migrante trabalhador a continuar seus estudos, por outro limita sua formação, apresentando-se como uma forma pedagógica de adaptação. Quando questionados sobre a metodologia da EJA, os estudantes que participaram do grupo focal assim se manifestaram:

Pesquisadora: E você sente que aprendia na EJA? Como você relacionou com essa metodologia de pesquisas, você achou bom, conseguiu aprender?

José (62 anos): A EJA é um ensino que a gente tem a facilidade de aprender sim. Aprende com uma certa facilidade e normalidade, porque você sabe que as coisas são tudo muito importante. A leitura que eles apertavam mais, e era o que a gente precisava, como uma pessoa que no meu caso, eu cheguei na EJA tinha a terceira série, lá fora, onde eu estudei um pouquinho, então era mais a leitura, a leitura escrita, pontuação. Na EJA eu me adaptei bem, não encontrei assim nenhuma dificuldade, entende? Eu encontrei foi uma abertura, um espaço aberto para que as coisas de um certo modo, viessem realmente acontecer e é o que acontecia ali, né. Então eu fiquei muito grato por aquilo ali, e dessa maneira então a gente contornava a situação como eu sempre digo da melhor maneira.

Ramon (19 anos): Lá na Bahia eu já estudei na EJA, mas não era bem EJA, lá a gente fazia prova, essas coisas que aqui não tem. Foi uma surpresa, que eu conheci aqui.

Pesquisadora: Nessa EJA é mais fácil ou mais difícil?

Ramon (19 anos): Rapaz, eu acho melhor e acho mais fácil.

Pesquisadora: Você acha que ela te prepara mais ou não?

Ramon (19 anos): Assim, ela prepara pra você pensar mais. Só que por exemplo, você não escreve muito, não pratica a 'escritura'.

Mesmo com este quadro objetivo, a EJA constitui-se em espaço de socialização, de tempo de não trabalho, de trocas e vivências mais ampliadas. Para Frochtengarten (2009),

O cotidiano do trabalhador e a opção por um curso noturno erguem um obstáculo à proximidade com familiares e amigos que possam ter na cidade. Na escola, em contrapartida, abrem-se outras possibilidades ao reconhecimento. Além da escuta pelos profissionais dedicados aos estudantes, a participação escolar propicia encontros com gente que, a despeito de experiências singulares, tem histórias de vida semelhantes as suas. (...) E, para diversos estudantes, a escola consiste no único espaço de convívio social na cidade (Idem, p. 132. Grifos nossos).

É perceptível essa realidade estando em um intervalo da EJA Ingleses. As vozes, o riso, as mesas repletas de pratos e pessoas conversando, a quadra com gritos alegres dos que jogam bola no intervalo. As relações escolares ultrapassam os muros da escola, há casos de estudantes que trabalham juntos, que conhecem a família um do outro, que são da mesma igreja, que vieram do mesmo estado, cidade, etc. No caso dos estudantes migrantes, “sua comunhão está fundada sobre a origem e a migração, as condições de trabalhadores e de estudantes” (FROCHTENGARTEN, 2009, p.134).

Neste sentido, a EJA se configura como um espaço de partilha de histórias desses estudantes que foram expulsos do ensino regular, dos que migraram em busca de uma vida melhor, dos que precisam trabalhar e estudar. Na EJA, encontram-se amigos, mas também encontram-se namoros, como no caso de dois dos participantes do grupo focal que se conheceram na EJA e estavam à espera de um bebê. Esse exemplo é um dos muitos que demonstram como a escola está ligada à objetividade, mas também à subjetividade da vida dos estudantes.

Como apontou Frochtengarten (Idem), para muitos dos estudantes a escola é o único espaço de convivência. Percebemos essa realidade também entre os estudantes da EJA Ingleses, conforme demonstrado abaixo, sobre o que fazem quando não estão estudando ou trabalhando:

Léo: Durmo até as 16h ou 17h. Porque quando estou trabalhando acordo às seis horas, seis e meia e vou dormir uma e meia, quase duas.

Igor (18 anos): Quando eu não estudando, eu me acordo às seis horas da manhã, limpo a casa de manhã, espero meu pai chegar pra fazer comida, porque eu não sei cozinhar, aí depois eu vou pra praia, volto pra casa, começo a ler, depois eu limpo a casa de novo, faço café, leio de novo, faço chimarrão pro meu pai, aí ele fica tomando até a hora de eu ir pra escola, eu tomo banho, vou pra escola. Mas quando eu não tenho aula, aí eu só como e vou dormir, às dez horas da noite eu to dormindo já.

Ramon (19 anos): Eu só não to trabalhando e estudando no sábado e domingo, eu trabalho e estudo de segunda a sexta, eu durmo um pouco, aí vou pra praia. Ou

quando eu não tô nem trabalhando e nem estudando eu vou pra oficina mexer em carro.

Gustavo: Eu fico em casa, praticamente eu que cuido da casa todo dia, porque minha irmã estuda, minha sobrinha, aí meu irmão estuda de manhã, quem fica em casa cedo é eu, eu fico até meio dia né, eu que cuido do almoço, cuido da casa, faço tudo.

Beatriz (17 anos): O que eu faço? Deixa eu pensar, eu não fico dormindo até tarde, porque eu tenho compromisso né, tenho meu esposo, tenho um esposo pra cuidar da casa, acordo de manhã, o máximo é dez horas, arrumo a casa, se tiver alguma bagunça não sei, e tipo, as vezes eu vou no shopping com ele (refere-se ao esposo), quando ele está de folga, e quando ele tá de folga em casa também, não saio com ninguém, gosto de sair com ele, ele é minha única companhia. Não conheço ninguém, não gosto de fazer amizade porque não é bom. Eu estou aqui a um ano e não tenho amizade com ninguém, assim, amizade forte como eu tinha lá na Bahia não tem. Só colegas mesmo.

Luíza (39 anos): Quando eu tô em casa, o único dia que eu fico em casa é segunda-feira que é minha folga, o resto tudo eu trabalho, então quando eu tô em casa eu tiro o dia pra descansar, relaxar, ler um livro e só. Eu sou uma pessoa que não é muito de sair, porque se eu for numa praia eu vou estar cansada pro outro dia ter que trabalhar, então eu gosto de ir na praia quando eu to de dois dias de folga, quando eu pego, quando eu pego só um dia de folga então eu prefiro ficar em casa, assistir Ana Maria Braga, ver as coisas que estão passando, alguma coisa de novidade sabe? Às vezes eu saio pra dar uma volta, passear com marido, porque minha ela também trabalha, então a gente não se vê muito. Então como é só o marido, então eu e o cachorro, a gente sai com ele, essas coisas básicas, sabe? Então eu me sinto muito cansada pra no outro dia ter que trabalhar cedo, então prefiro no meu dia de folga ficar descansando.

Reconhecemos pelas falas dos entrevistados que, para muitos, o tempo fora do trabalho e da escola é o tempo de descanso para uma nova semana de trabalho. Por morarem perto da praia, fomos surpreendidos ao saber que é raro os que a frequentam. Alguns viram o mar poucas vezes, mesmo morando em um bairro litorâneo. Igor (18 anos) afirma que não tem companhia para ir à praia, o que o faz ficar em casa.

Os elementos acima demonstram como a escola se torna um importante espaço de socialização, sobretudo para os estudantes migrantes. Dessa forma, reconhecemos a importância da EJA enquanto espaço de acolhimento e de expressão dos estudantes.

3.6 A LUTA HOJE

A presente dissertação demonstrou como os migrantes da EJA estão inseridos no trabalho por meio de longas jornadas, mais de um vínculo empregatício, informalidade e, em grande parte, no setor de serviços. Conforme observamos pelas entrevistas, todo o tempo dos migrantes é consumido pelo capital. O pouco que resta é dividido com a escola e serve para descansar e realizar as atividades necessárias à reprodução social – isto quando essas não são realizadas por algum outro membro da família.

Demonstramos também que o tempo de trabalho precisa ser consumido pelo capital para tornar-se produtivo. É após um dia de trabalho, acordando cedo, ficando em pé, trabalhando em

mais de um lugar, ouvindo comentários sobre sua cor ou seu sotaque, que esses estudantes adentram as portas da EJA no período noturno.

Tais estudantes – trabalhadores e migrantes – são a expressão do intento do capital de expandir-se e acumular em qualquer espaço ou setor produtivo, com base na exploração da força de trabalho. O modelo de produção flexibilizada impõe um contrato e relações de trabalho flexíveis, desmantelamento da legislação trabalhista, precarização dos direitos sociais e trabalhistas e privatização dos serviços públicos, impondo sérios obstáculos para a reprodução da força de trabalho.

Um dos exemplos da atualidade da flexibilização está entre os trabalhadores mais precarizados, os entregadores de aplicativos. Tamanha concorrência e exploração vivida por estes entregadores deu origem ao movimento #BrequeDosApps⁷⁷. Esse movimento visou paralisar as entregas e os pedidos de comida nas datas propostas, como forma de diminuir o lucro diário dos aplicativos.

Como dizem muitos/as entregadores/as envolvidos/as na paralisação, “pede o básico do básico”. A pauta apresentada publicamente pelo movimento de entregadores e entregadoras traz pontos como o aumento do valor mínimo da corrida, o aumento do valor por quilômetro percorrido, o seguro de vida e contra roubo e acidente, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como álcool em gel e máscaras, licença remunerada em caso de afastamento por contaminação pela covid-19 e o fim dos bloqueios indevidos (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

Conforme aponta Antunes (2018), faz parte do projeto do capital o extermínio dos direitos trabalhistas, sendo os entregadores e os migrantes superexplorados uma faceta desse projeto. Neste sentido, os entregadores estão reivindicando proteção trabalhista. Antunes (2018, p. 336) afirma que “impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é outro desafio impreterível no mundo contemporâneo”. De acordo com o autor, isso pode configurar “um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho”. (Idem, p. 337).

A luta é por dignidade no trabalho. Diversos vídeos e depoimentos denunciam as condições enfrentadas por esses trabalhadores. Entre eles, alguns afirmam que entregam comida passando fome. Por mais que esses sujeitos estejam impedidos de organizarem-se em um sindicato, é importante observarmos que as formas de organização e mobilização passam pelo

⁷⁷ O primeiro Break ocorreu no dia primeiro de julho e o segundo no dia vinte e sete de julho.
Break 2 – 27 de julho

uso das redes sociais. Através de aplicativos como WhatsApp, Instagram e Facebook os trabalhadores mobilizaram-se nacionalmente. Neste sentido,

Quando comparamos a atual onda de mobilizações com experiências anteriores de auto-organização da classe trabalhadora no país salta aos olhos que trabalhadores/as submetidos/as a tal nível informalidade e precarização da vida e do trabalho pudessem conseguir sequer tempo de pensar em se organizar coletivamente. E a aceleração dos fluxos da vida pelo neoliberalismo já vinha mesmo afetando bastante as possibilidades de encontro, práticas coletivas, tendo impactos políticos claros. Contudo se deve pensar que em outros momentos históricos a classe trabalhadora também desprotegida e atuando em situação bastante adversa, conseguiu desenvolver formas de organização e luta. Além do que, a juventude trabalhadora precária tem estado presente atualmente em movimentos importantes pelo mundo todo, utilizando variadas formatos para a canalização da conflitualidade social (BRAGA; SANTANA, 2020, s/p).

As atuais formas de organização popular pela redução e regulamentação da jornada de trabalho nos lembram as lutas do primeiro de maio. A resistência dos trabalhadores pela regulamentação da jornada de trabalho é histórica e se caracteriza como uma das mais importantes pautas trabalhistas. O primeiro de maio, conhecido internacionalmente como o dia de luta do trabalhador, tem mais de 130 anos de história. As primeiras manifestações operárias em prol da jornada de trabalho de oito horas datam do século XIX. Perrot (2006), em seu livro *Os Excluídos da História – Operários, Mulheres, Prisioneiros*, dedica um capítulo à história do Primeiro de Maio, em especial ao intitulado “o primeiro de todos os Primeiros de Maio” (p. 127), ocorrido na França e na Europa em 1890.

O surgimento da data do Primeiro de Maio está ligado à segunda internacional⁷⁸ (1889) e com sucessivas greves ocorridas nos EUA. A escolha teve como foco o alcance internacional do movimento, de forma que, no mesmo dia, em diferentes cidades e países, os trabalhadores intimidassem o poder público pressionando pela redução legal da jornada de trabalho para oito horas. Dentre outras datas, o Primeiro de Maio foi escolhido por sua correspondência com movimentos operários ocorridos nos Estados Unidos da América. O primeiro deles, em 1886,

⁷⁸ A segunda internacional, conhecida como Internacional Operária e Socialista, foi fundada em 1889 como sucessora da Primeira Internacional. Se configurou como uma livre associação de partidos social democratas e trabalhistas, de forma que possuía tanto elementos revolucionários, quanto reformistas. Em 1914, partidos integrantes da segunda internacional apoiaram governos imperialistas na Primeira Guerra Mundial, indo contra as cláusulas mais importantes da organização. O fato levou à desintegração da segunda internacional durante a guerra, porém ressurgiu como organização totalmente reformista em 1923. A criação da terceira internacional visou afastar o desprestígio da segunda internacional.

com a bandeira “redução da jornada, sem redução do salário”, reuniu mais de 200 mil trabalhadores.

O primeiro dos primeiros de Maio visou escancarar o contraste entre a miséria e a riqueza, com atenção às representações estéticas, de forma que:

O rito operário se inscreve nas mais antigas tradições religiosas: a da comunhão dos Santos, a da comemoração sacrificial. Fazer a mesma coisa ao mesmo tempo: esse grande princípio da prática religiosa encontra-se aqui, por um rasgo de gênio, transferido para o movimento operário, novo Moisés de uma nova Terra Prometida. Exaltação de um Povo unido por uma celebração comum, o Primeiro de Maio é em suma uma Missa Cantada Operária. (PERROT, 2006, p. 138)

Todo o ato orquestrado para ocorrer simultaneamente visou dar unidade e identidade à classe trabalhadora. Todos os esforços centraram-se contra o Estado e suas diferentes instâncias. A redução da jornada de trabalho e a busca por um limite delimitado por lei foi um elemento unificador da reivindicação operária.

A conquista da jornada de oito horas está também relacionada à visão trinitária do número – oito de trabalho, oito de repouso, oito de lazer. Além disso, tem ligação com representações míticas e às regras dos números de ouros, além da ligação com o símbolo do infinito, segundo Perrot (2006). De acordo com a autora, essa forma de divisão do tempo trinitária tinha como projeto uma sociedade harmoniosa que estaria por vir.

Ressaltamos que, mesmo com o alcance da regulamentação das oito horas de trabalho – nem sempre respeitada, sobretudo nos tempos de flexibilização – a data se manteve ativa. Pois, “enquanto durar a luta entre os trabalhadores e a burguesia, e enquanto as reivindicações não forem aceitas, a data permanecerá” (SANTANA; FRAGA, 2019, p. 5).

A crise do capital traz de volta a urgência da luta pela regulamentação e redução da jornada de trabalho, atualmente ainda mais complexa devido à precarização e informalização do trabalho em todo globo, à desregulamentação do trabalho com as contrarreformas trabalhistas, à extensão e intensificação da jornada de trabalho com o uso das tecnologias, aos baixos salários que levam à procura por mais de um vínculo de trabalho e à dupla jornada, especialmente no caso das mulheres. Em uma sociedade que visa subsumir o tempo de vida a tempo de trabalho, a luta dos entregadores e as resistências dos migrantes em continuar seus estudos nadam contra a corrente. Não falamos aqui de uma consciência revolucionária, mas sim de iniciativas e movimentos de contestação e resistência, como mais um passo de uma luta que

nunca parou e que segue enquanto perdurar a expropriação e exploração de uma classe sobre outra..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou e desenvolveu um conjunto de aspectos analíticos, com base na realidade empírica, acerca das limitadas ou até mesmo ausentes possibilidades de conciliação das atividades de trabalho, de reprodução social da vida e de estudo dos migrantes

na atualidade. A análise buscou orientar-se pelo materialismo histórico-dialético visando apreender o fenômeno na sua essência, ou seja, considerando as múltiplas determinações da migração da classe trabalhadora e do seu percurso escolar, enquanto particularidade e universalidade.

A importância em estudar a migração na capital catarinense, sobretudo na EJA, demonstrou-se por meio dos dados obtidos nesta pesquisa, onde mais de 50% dos estudantes matriculados são migrantes. Migrantes trabalhadores e estudantes. Como manifestado ao longo desta pesquisa, antes de serem estudantes, são trabalhadores. Isso porque o trabalho é condição vital de existência humana, contudo, na sociedade atual, também é “o meio por excelência de inserção social no vigente modo de produção capitalista” (VENDRAMINI, 2016, p. 3).

O trabalho ao mesmo tempo que se configura como necessidade para o estudante, concorre constantemente com os estudos. Considerando a longa e dupla jornada de trabalho, os trabalhos informais e flexibilizados, o deslocamento para o trabalho, o pouco tempo restante é dividido com as demandas da reprodução social, incluindo a escola, a qual também é flexibilizada. Devido às condições objetivas, a escolha pelo estudo implica em abrir espaço no pouco tempo liberado do trabalho para o estudo. Isso significa sacrificar sono, amizades, companhia da família, auto cuidado, etc.

Para compreender essa realidade, nos debruçamos, no primeiro capítulo, a compreender teoricamente o processo de expropriação e exploração pelo qual passa o trabalhador desde o início da consolidação do capitalismo como sistema dominante. Desta compreensão, destacamos que além da expropriação originária, o trabalhador continua a ser expropriado ainda na atualidade, tal como evidenciado pelos participantes desta pesquisa. As atuais expropriações levam os sujeitos e migrarem em busca de trabalho e, no caso de Florianópolis, uma forte migração sazonal e instável movida pela necessidade de sobrevivência e melhora da condição de vida. Consideramos que o sujeito migrante é expropriado do seu local de moradia, do seu modo de vida, do convívio com amigos e familiares e do tempo do não trabalho. Além disso, ele é expropriado do acesso ao conhecimento historicamente acumulado, visto que a metodologia empregada na EJA de Florianópolis, se por um lado facilita a permanência do estudante, por outro lado, reduz suas possibilidades formativas por meio do sistema de “banco de horas” e o acesso aos conteúdos via pesquisa.

Ainda no primeiro capítulo, demonstramos que a categoria migração continua imprescindível para a análise, bem como evidenciamos sua atualidade por meio dos dados estatísticos sobre o movimento migratório em âmbito local, nacional e internacional. Conforme apontam dados do IBGE (2011), o perfil migratório altera-se no Brasil após a década de 1980, que passa a ter como destino cidades médias e com alta rotatividade de migrantes.

O segundo capítulo foi dedicado a analisar a vida do estudante trabalhador na “ilha da correria”. Neste capítulo tratamos dos dados que demonstram a forte presença dos migrantes na EJA de Florianópolis, em especial no bairro Ingleses. Nossas entrevistas demonstraram que os migrantes inseridos na Educação de Jovens e Adultos são, em sua maioria, trabalhadores. Os que não trabalham necessitam trabalhar e encontram na EJA um meio de conciliar as atividades. Os que trabalham, cumprem longas jornadas e apenas dois dos participantes tinham carteira assinada – fato que é alterado pela situação da entrevista Luíza (39 anos), que não mais possui carteira assinada e está trabalhando em atividades temporárias.

Também no segundo capítulo analisamos a estrutura e metodologia da EJA no município de Florianópolis, a qual condiz com uma aprendizagem flexibilizada, decorrente da acumulação flexível e da exigência de um novo perfil de trabalhador, adaptável e fragmentado, assim como o modelo de produção. A formação especializada é substituída por uma formação ao longo da vida, dinâmica e que deve se adequar às necessidades colocadas pelo mercado.

O ensino se centra nas necessidades básicas demandadas pelo capital. Por exemplo, o trabalhador necessita da leitura para pegar o transporte até o trabalho, ler as informações relacionadas à sua função. Mas, esse mesmo trabalhador não será educado para ler um texto longo, fazer interpretações, críticas e apontamentos, pois a atividade educacional é destituída do caráter teórico e científico, tornando-se pragmática e fragmentada. Em síntese, a aprendizagem flexibilizada incorpora os elementos da produção flexibilizada, instituindo a competitividade, individualismo e resiliência, trazendo consigo o enfraquecimento dos sindicatos e demais organizações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que naturaliza a perda dos direitos trabalhistas.

O que observamos é que a flexibilização das relações sociais implica na flexibilização do ensino na EJA para enquadrar-se na realidade dos estudantes e assim elevar a chance de o manter na escola. Isso porque o público atendido pela EJA necessita por o trabalho como prioridade. Como possuem longa jornada de trabalho, tem reduzido o tempo que poderia ser

dedicado a escolarização. Logo, o aumento da jornada de trabalho para os entrevistados é, necessariamente, o aumento da jornada de não trabalho, incluindo no tempo de não trabalho a escolarização. Dessa forma, o trabalho é determinante na relação entre trabalho e escola e a escolarização precisa enquadrar-se no cotidiano do trabalho. Nossa pesquisa demonstrou que apesar do esforço para estar na condição de estudante, o trabalho aparece em primeiro plano pois, é somente através dele que o migrante pode se manter estudando.

Ressaltamos que a EJA Florianópolis busca construir uma outra relação com os estudantes, considerando a sua condição de trabalhadores. Ainda assim, enfrenta a dificuldade de manter a exigência dos conhecimentos científicos em face às dificuldades objetivas dos estudantes. A EJA representa os fragmentos de conhecimentos essenciais para a produção, ainda que em seu projeto busque um horizonte distinto. A contradição colocada não se resolve no chão da EJA, pois faz parte de uma contradição do próprio modo de produção capitalista e da educação reservada à classe trabalhadora.

Ainda neste capítulo, as afirmações acerca da memória e do pertencimento são bastante significativas. Conforme apresentado, os migrantes são expropriados, inclusive, da memória. Como tornam-se desenraizados (SILVA, 1999), desprendidos de seu local de origem, afirmar não se sentir de nenhum lugar, ou não ter lembranças formadas, diz muito a respeito de como esses sujeitos vão se identificar com o meio em que vivem, como à escola ou com os espaços públicos, como as praias, as quais não frequentam. O desenraizamento e a carência da formação de memórias deslocam o sujeito para uma situação de não-lugar e resulta em uma percepção de que os meios de produção também não podem ser seus, afinal nem a memória lhe pertence como conhecimento adquirido. Ou seja, para os migrantes, a questão da memória e do pertencimento está conectada com a forma de se colocar enquanto sujeito político no mundo. Se entender como de 'lugar nenhum' é reflexo da expropriação da classe trabalhadora.

O terceiro capítulo adentrou nas trajetórias individuais dos entrevistados. Conta sua caminhada até a chegada em Florianópolis. Tivemos como objetivo analisar como se relacionam tempo, jornada de trabalho e escolarização, afim de compreender as (im)possibilidades da conciliação entre trabalho e escola para o migrante. Neste capítulo, demonstramos que para ser estudante, o migrante precisa ser, antes, trabalhador. A especificidade do migrante é justamente a necessidade de se manter na cidade. Para isso, tem que resolver muitas questões prioritárias, arrumar um trabalho, conseguir sobreviver numa cidade com alto custo de vida, conseguir um local para morar e, por fim, pensar na escola.

Dessa forma, quando visamos responder a pergunta - Quais as (im)possibilidades de

permanência dos estudantes trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho? - percebemos que para estar inserido na EJA, o sujeito precisa deixar de lado elementos como o descanso e o lazer. Sua triste “escolha” se dá entre o pouco tempo que sobra para o descanso e o tempo para frequentar a EJA. A vida é inteiramente consumida pelo trabalho, ou pela procura e preparação para este, o deslocamento e para a reprodução da vida (alimentar-se, cuidar da saúde e higiene, cuidar dos filhos ou dos pais mais velhos, etc.) visando manter-se como trabalhador.

A escola atua como instituição mediadora entre o estudante e o mercado de trabalho, já que o diploma é visto pelos estudantes entrevistados como forma de buscar um trabalho melhor – ou algum trabalho, no caso dos que não estavam trabalhando. Em síntese, a escola é vista como um meio de acesso ao mercado de trabalho e o diploma como um componente na crescente concorrência por uma vaga.

Neste sentido, todo tempo de vida do trabalhador acaba por ser destinado ao trabalho. O tempo de trabalho e de não trabalho se confundem e, conforme afirma Antunes (2018), os migrantes são a ponta desse iceberg. Os migrantes são a expressão do descaso com a classe trabalhadora. Migram à procura de trabalho, onde quer que esteja. Como expresso neste trabalho, ou descansam, ou estudam. Há uma exaustão assinalada pelos migrantes, que precisam sacrificar descanso, lazer, relações interpessoais, para almejar um diploma que supostamente promoverá um futuro melhor. Ainda assim, o resultado mais objetivo da migração é unicamente atender as necessidades básicas, caracterizando uma migração *in itinere*, o que é escancarado pelo cansaço apresentado pelos entrevistados.

O tempo dedicado à reprodução social também torna-se tempo dedicado ao trabalho, já que é essencial para a funcionalidade produtiva do trabalhador. Ou seja, o migrante é expressão de uma realidade de exploração e precariedade, em que cada vez mais todo tempo é tempo de trabalho, diminuindo ou até mesmo eliminando o tempo de não trabalho. Na atualidade, com as novas tecnologias, é possível levar o trabalho para casa, realidade essa ainda mais escancarada no contexto da pandemia de Covid-19, onde o muro entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho está totalmente desmoronado.

Além disso, pelos dados obtidos, observamos que os salários são, em sua maioria, baixos, o que impulsiona os migrantes a complementar sua renda com os chamados bicos, constatado pela fala de Maurício (22 anos) quando afirma que quase todos os estudantes que participavam do grupo focal possuíam mais de um vínculo empregatício e com o coro de concordância dos presentes. Uma das contradições indissolúveis do capital e percebida neste

trabalho é a diminuta ou inexistente divisão do que é trabalho e do que não é. O ciclo de produção e reprodução, seja a reprodução da classe trabalhadora, quanto do capital, é uma engrenagem que tem como único motor a produção de mais valor e, portanto, a desvalorização da vida.

A escola para os migrantes (e os trabalhadores em geral) está totalmente subordinada ao trabalho. Dessa forma, a luta central na educação neste início do século XXI não pode ser outra senão uma luta contra a mercantilização capitalista. A aprendizagem deve assumir um papel contínuo e ser parte abundante da vida de todo indivíduo, já que o papel da educação é substancial – porém, não único - quer na mudança progressiva da consciência em prol de uma transformação radical na sociedade, quer na manutenção do *status quo* capitalista.

Sabendo que todo tempo torna-se tempo *para o* trabalho, a luta pelo emprego, salário e pela redução da jornada de trabalho é urgente. A luta histórica dos trabalhadores não cessou e torna-se ainda mais urgente. Se o véu das aparências aponta para um futuro de ‘empreendedores de si mesmos’, a essência demonstra que é preciso revolucionar o trabalho nesta sociedade. Isso significa revolucionar o modo de produção, ou seja, o capitalismo. Se a exploração do ser humano é basilar e está constantemente buscando abocanhar todo tempo de vida do trabalhador:

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é, então, criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Isso em uma fase em que nunca o capital foi tão destrutivo em relação ao trabalho, à natureza e ao meio ambiente, em suma, à humanidade. (ANTUNES, 2018, p. 336).

Dessa forma, esperamos que estudos como este atuem no aprofundamento da pesquisa científica de base materialista e histórica, na atualização de categorias necessárias para a apreensão da realidade social, como expropriação, migração e reprodução social, e na conscientização da atualidade e urgência da luta por emprego, por melhores salários e pela diminuição da jornada de trabalho. Mais do que isso, a luta pelo fim da exploração no trabalho e por outra sociedade, onde o trabalho seja colaborativo, organizado de acordo com as necessidades sociais, livre, criativo, educativo e que vise uma existência emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCUBIERRE, K. S. L. **Crianças migrantes**: sentidos e memórias da objetividade vivida. 2017. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ALVES, P. A. **O Movimento Demográfico do Oeste-catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração.** 2006. 78 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANDRADE, M. D. **O poeta come amendoim.** 1924. Disponível em: <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/opoetacomeamendoim.htm>>. Acesso em: nov. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Greve dos entregadores expõe precarização do trabalho por aplicativos.** 2020.

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/greve-dos-entregadores-expoe-precarizacao-do-trabalho-por-aplicativos/>>. Acesso em: nov. 2020.

BARBOSA, Raul Felix. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista Espaço Acadêmico** – n. 197. 2017. P. 143-149.

BASSO, Pietro. Las emigraciones son siempre forzadas. **La Izquierda Diario**, 2015.

BIAGIONI, Daniel. **Mobilidade Social e Migração Interna no Brasil.** Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel_biagioni.pdf>. Acesso em: mar.2018.

BHATTACHARYA, Thiti. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro.** 2013. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf>. Acesso março 2020.

_____. **Reprodução social e pandemia.** Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>>. Acesso nov. 2020

BRAGA, Ruy. **Entregadores de aplicativos: a luta contra monopólios que devoram direitos.** 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/06/entregadores-aplicativos-monopolios-direitos/>>. Acesso em: nov. 2020.

BRAGA, Ruy; SANTANA, M. Santana. **#BrequeDosApps: enfrentando o uberismo**. 2020. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. IBGE, Educa. **Conheça o Brasil - População**. 2019 Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso nov. 2019.(a)

_____. **Brasil em Síntese**. 2019 Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html> >. Acesso nov. 2019.(b)

_____. **PNAD Contínua**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24109-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro-de-2019>>. Acesso set. 2019.

BRASIL, Nações Unidas. **OIM realiza oficina no Rio para inclusão de migrantes no mercado de trabalho**. 2019. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/oim-realiza-oficina-no-rio-para-inclusao-de-migrantes-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em: jan. 2020.

_____. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**. 2016. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>> Acesso em: jan. 2020.

_____. **População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU**. 2017. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>> Acesso em: jan.2020

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Soc. estado.**, Brasília , v. 28, n. 2, p. 351-374, Aug. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922013000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000200009>.

DAL ROSSO, Sadi. Jornada de trabalho: duração e intensidade. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 58, n. 4, p. 31-34, Dec. 2006 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400016&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Nov. 2020.

DAL ROSSO, Sadi; CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. **Soc. estado.**, Brasília , v. 30, n. 3, p. 631-650, dez. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69922015000300631&lng=pt&nrm=iso>.

acessos

em 06 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030003>.

DALMAGRO, Sandra Luciana; MANRIQUE, Leticia ; CATAÑO, Cláudia Janet; KATREIN, Camila. Trabalho precário, violência e marginalização: o caso dos estudantes de EJA na Ilha da Magia. In: MARCASSA, L. P.; CONDE, S. F.; DALMAGRO, S. L. (org.) **Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2019.

D'AGOSTINI, A. ; NOGARA JUNIOR, G. ; MARCASSA, L. P. Juventude e periferias urbanas: perfil, cultura e outros aspectos da vida social e afetiva. **REVISTA PEDAGÓGICA (CHAPECÓ. ONLINE)**, v. 19, p. 137, 2017.

DIAS, Vera; KNABBEN, Raphael, OLIVEIRA, Michelle. **Análise ocupacional das dunas dos Ingleses**. 2º Seminário nacional de planejamento e desenvolvimento. Área temática: planejamento territorial, planejamento urbano. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014.

ENGELS, Frederic. **O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem**. São Paulo: Global, 1990.

FIOD, Edna G. M. Interdisciplinariedade na educação: algumas reflexões. In: VENDRAMINI, C. R.; AUED, B. W. (Orgs.) . **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIGUEIRA, Fani G. O trabalho como primeira necessidade histórica. In: **Diálogos de um novo tempo**. São Paulo, Universidade de São Paulo. 1989.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 375-413.

IPEA. **Atlas da Violência**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso nov. 2019.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação. **Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos EJA – 2008**. Brasil, 2008. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_02_2010_9.36.57.04162e08d6cd8876612adc5ada375bd5.pdf>. Acesso nov. 2019

FLORIANÓPOLIS. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. (Org.). **Informações gerais sobre a EJA**. 2010. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_02_2010_8.58.54.df4e8c71110b920b69b35009af5abac5.pdf>. Acesso em: agosto de 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e Capital-imperialismo: teoria e história**. 3.ed. EPSJV/Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2018.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes**. SP: Summus, 2009.

HADDAD, Sérgio, PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. SP: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Trad. Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. Geosp – **Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 435-452, ago. 2019. ISSN 21z79-0892.

KLEIN, L. R.; CAVAZOTTI, M. A. Incompatibilidades entre jornada de trabalho e jornada de aprendizagem: Nó górdio da EJA. **IX ANPED SUL 2012**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2648/203>>. Acesso em: jan. 2021.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702018000100077&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>.

KUENZER, Acácia. **Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**. REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, *Anais*. Curitiba, jul.2016.

_____. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-66, Jan. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000100057&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Nov. 2020. Epub Dec 20, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.28982019>.

LIVRE, Movimento Passe. **Mobilidade e Direito a Cidade**. Disponível em: <<https://mplfloripa.files.wordpress.com/2016/03/apresentacao-mobilidade-e-direito-acidade.pdf>> Acesso em: jan. 2020.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARCASSA, L. P.; CONDE, S. F.; DALMAGRO, S. L. Os caminhos da pesquisa e os desafios da investigação com crianças e jovens do maciço do Morro da Cruz .In: MARCASSA, L. P.; CONDE, S. F.; DALMAGRO, S. L. (org.) **Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2019.

MARX, Karl. **O capital - Volume I. Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São. Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Manifesto Comunista**. Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**, 1953. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999878/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20Sal%2C%20pre%2C%20lucro.pdf> Acesso: nov. 2020.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Outubro** n.21 2º semestre 2013. P – 81-117.

_____. Crise capitalista e acirramento da luta de classes: uma leitura nos 200 anos de Marx. In: Dossiê crise do capital e alternativas de esquerda. **Revista História & Luta de Classes**. 2018.

MAY, Marilú Angela Campagner. **Utilização de dados setorializados do uso do solo e da infraestrutura urbana**. 2001. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC, Florianópolis, 2001.

MOTTA, Vânia. Prefácio. **Educação de Jovens e Adultos da Classe trabalhadora brasileira**. “Novos” projetos e antigas disputas. Curitiba, 2017.

NETO, Nelson Nei G. **Exército industrial de reserva: Conceito e mensuração**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2013.

OLIVEIRA, F. de. **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital.** ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_producao_dos_homens.pdf>. Acesso em: Dez de 2019.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** IBGE, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo, Meio Ambiente e Trabalho em Florianópolis - SC **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 7, núm. 2, 2007, pp. 73-82 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil

RUMMERT, Sônia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, 2, p. 35-50. 2007.

RUMMERT, Sônia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil:** a permanente (re) construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Educar, Curitiba, n.29, p. 26-45, 2007. Ed. da UFPR.

SAFFIOTI, Heleith. Prefácio. In: SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** Editora UNESP. São Paulo, 1998.

SANTANA, M. A.; FRAGA, A. B. Primeiro de Maio – trajetória, dimensões e sentidos. **Trabalho e cooperação**, v. 15. 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** Editora UNESP. São Paulo, 1998.

SILVA, Mariléia, Maria da. Jovens da EJA na “Ilha da magia”: Condições de trabalho, educação e migração. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 162-171, p. , abr. 2019.

SILVA, et al. Escolarização de Jovens e Adultos e Psicologia Histórico-Cultural: em defesa da aprendizagem que promove a humanização. **EJA em debate**, Florianópolis, ano 4, n. 6, dez. 2015. Disponível em:< <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA>>. Acesso em: nov. 2020.

SILVER, Beverly. **Forças do trabalho:** movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** 14a ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUTO, Regina B. A EJA na cidade de Florianópolis. **Histórias e trajetórias de jovens e adultos em busca de escolarização**. Florianópolis, UDESC 2009 .

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista da Educação**. Lisboa: Editorial Estampa,

1976. v. 1 e v.3.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987

VENDRAMINI, Célia Regina; QUEIROZ, Janaina Gulart Oliveira. A situação da classe trabalhadora migrante. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 183-193, abr. 2019.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Migração e escolarização: Realidade de jovens estudantes e trabalhadores**. Pesquisa CNPq, 2016.

_____. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Revista Katalysis, v. 21, p. 239-260, 2018.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**, 2001. Disponível em <<http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

EJA NORTE 1 - INGLESES

TEMA: MIGRAÇÃO (a vida, o trabalho, a escola antes de migrar)

07/11/2018

1 – Em que cidade e estado você nasceu? Fale sobre como era sua vida lá.

A **moradia**: como era a casa, como era dividida, com quem morava, alugada ou própria, o bairro (o que tinha no bairro/comunidade), vizinhos, alimentação (o que mais comiam, o que tinha de diferente, se plantavam), feiras, o que faziam para se divertir.

O **trabalho**: com que idade começou a trabalhar ou ajudar em casa, no que trabalhava, quantas horas por dia, quanto ganhava, dava para viver, condições de trabalho, ferramentas de trabalho, o trabalho exigia qualificação, tinha mais de um trabalho, quantos na família trabalhavam, trabalho doméstico, desemprego, recebia bolsa família ou outro programa do governo.

A **escola**: até que ano estudou, como era a escola, o que aprendeu, o que lembra da escola, tinha lanche, espaço para brincar, os filhos iam na escola, quais dificuldades teve na escola, porque não completou os estudos lá, em quantas escolas já estudou.

2 - Com que idade saiu de sua cidade natal? Por quê?

3 - Em quantas cidades e estados já morou? (Para aqueles que já mudaram muito, perguntar por que desta rotatividade). Já morou no campo?

4 – O que mais você sente falta da sua terra? Alguma época do ano em especial?

5 – Pretende retornar à sua terra?

6 - Você mantém contato com amigos e família que ainda vivem no seu lugar de origem? De que forma (telefone, carta, internet, visitas...)?

Preparação para o grupo focal:

Fazer o convite no dia anterior e pedir que levem alguma lembrança da sua terra (foto, objeto).

Usar um mapa para cada um ir localizando a cidade em que nasceu.

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL - segundo dia

EJA NORTE 1 - INGLESES

TEMA: MIGRAÇÃO (a vida, o trabalho e a escola em Florianópolis)

14/11/2018

Iniciar mostrando o mapa do Brasil com as linhas que indicam os locais onde os migrantes já moraram até chegarem em Florianópolis.

1. A partir dos relatos no grupo focal 1, recuperar as falas que se referem à saída do local onde viviam e a vinda para Florianópolis, as quais indicam os planos que tinham, as dificuldades, as expectativas frustradas. Com base nisso, lançar a questão:

Como é a vida aqui em Florianópolis? O que esperavam? Quais eram as expectativas? Elas foram realizadas?

2. Por que você trabalha?

3. O que você faz quando não está trabalhando?

4. O que você faz para se divertir?

5. Por que você veio estudar na EJA?

6. Desde que chegou em Florianópolis, quais foram suas principais conquistas?

7. Você já sofreu alguma forma de preconceito / discriminação por não ser daqui de Florianópolis ou de Santa Catarina?

8. Que conselho você daria para alguém que quisesse vir para Florianópolis?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

EJA NORTE 1 - INGLESES

HISTÓRICO DE VIDA

Começar pedindo para registrar nome e data de nascimento. Explicar sobre o anonimato e sobre a pesquisa.

1 – Em que cidade e estado você nasceu? Fale sobre como era sua vida lá.

A moradia: como era a casa, como era dividida, com quem morava, alugada ou própria, o bairro (o que tinha no bairro/comunidade), vizinhos, alimentação (o que mais comiam, o que tinha de diferente, se plantavam), feiras, o que faziam para se divertir.

O trabalho: com que idade começou a trabalhar ou ajudar em casa, no que trabalhava, quantas horas por dia, quanto ganhava, dava para viver, condições de trabalho, ferramentas de trabalho, o trabalho exigia qualificação, tinha mais de um trabalho, quantos na família trabalhavam, trabalho doméstico, desemprego, recebia bolsa família ou outro programa do governo.

A escola: até que ano estudou, como era a escola, o que aprendeu, o que lembra da escola, tinha lanche, espaço para brincar, os filhos iam na escola, quais dificuldades teve na escola, porque não completou os estudos lá, em quantas escolas já estudou.

2 - Com que idade saiu de sua cidade natal? Por quê?

3 - Em quantas cidades e estados já morou?

4 – O que mais você sente falta da sua terra? Alguma época do ano em especial?

5 – Pretende retornar à sua terra?

6 - Você mantém contato com amigos e família que ainda vivem no seu lugar de origem? De que forma (telefone, carta, internet, visitas...)?

VIDA EM FLORIANÓPOLIS

7 - Como é a vida aqui em Florianópolis? O que esperavam? Quais eram as expectativas? Elas foram realizadas?

8 - Onde você trabalha? Quanto tempo está lá? Como você começou a trabalhar nesse local?

Quantas horas? Qual horário você começa a trabalhar e qual horário sai? O que você gosta no trabalho e o que não gosta?

9 - Por que você trabalha?

10 – Que horas você acorda? Como é sua rotina nos dias de trabalho? Você trabalha aos finais de semana e/ou feriados? Como funcionam as folgas?

11 - O que você faz quando não está trabalhando?

12 – Como você organiza seu tempo? Para conseguir trabalhar, estudar, cuidar da casa, filhos, se divertir.

13 - O que você faz para se divertir?

14 - Por que você veio estudar na EJA? Você gosta daqui? O que mais gosta e o que menos gosta? Você sente que está aprendendo aqui?

15 - Você já sofreu alguma forma de preconceito / discriminação por não ser daqui de Florianópolis ou de Santa Catarina?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA GRUPO FOCAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa: “**Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores**”, coordenada por Célia Regina Vendramini. Pretendemos conhecer a situação de vida e de trabalho dos migrantes e as condições de frequentar e acompanhar a escola.

Para obter as informações necessárias para este estudo, pretendemos realizar entrevista, com registro sonoro. As entrevistas terão a duração de 1 hora e 30 minutos a 2 horas.

Você está sendo consultado(a) sobre o interesse em participar voluntariamente da pesquisa. Isto implica em participar da entrevista, bem como autorizar seu uso nesta pesquisa. Esclarecemos que a sua participação não é obrigatória assim como não o é a resposta a todas as perguntas.

Asseguramos que o seu nome não será publicado. As gravações coletadas serão compartilhadas exclusivamente com os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa. Ademais, a informações serão utilizadas unicamente nesta ou em eventuais pesquisas futuras sobre o mesmo tema, sem, no entanto, comprometer quaisquer das partes envolvidas.

Se houver concordância em participar, por favor, assine abaixo.

Florianópolis, 18 de novembro de 2020.

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa: “**Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores**”, coordenada por Célia Regina Vendramini. Pretendemos conhecer a situação de vida e de trabalho dos migrantes e as condições de frequentar e acompanhar a escola.

Para obter as informações necessárias para este estudo, pretendemos realizar grupos focais, com registro sonoro e fotografia. Os grupos focais reunirão em torno de 10 a 15 participantes e terão a duração de 1 hora e 30 minutos a 2 horas.

Você está sendo consultado(a) sobre o interesse em participar voluntariamente da pesquisa. Isto implica em participar do grupo focal, bem como autorizar seu uso nesta pesquisa. Esclarecemos que a sua participação não é obrigatória assim como não o é a resposta a todas as perguntas.

Asseguramos que o seu nome não será publicado. As gravações coletadas serão compartilhadas exclusivamente com os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa. Ademais, a informações serão utilizadas unicamente nesta ou em eventuais pesquisas futuras sobre o mesmo tema, sem, no entanto, comprometer quaisquer das partes envolvidas.

Se houver concordância em participar, por favor, assine abaixo.

Florianópolis, 7 de novembro de 2018.

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE E – FOTOGRAFIA DO GRUPO FOCAL



Fonte: Equipe de pesquisa Migração e Escolarização2019.

APÊNDICE C – MAPA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS PARA FLORIANÓPOLIS/SC



Fonte: Equipe de pesquisa Migração e Escolarização, 2019.

ANEXO

MAPA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSO – EJA

MAPA

Educação de Jovens, Adultos e Idosos | EJA



Localização aproximada das unidades educativas.

Região Norte

1. Sede EBM Herondina Medeiros Zeferino
Ingleses | Noite
2. Sede EBM Osmar Cunha
Canasvieiras | Noite

Região Leste

1. Polo EBM Henrique Veras
Lagoa da Conceição | Noite
2. Polo EBM Maria Conceição Nunes
Rio Vermelho | Noite

Região Central

1. Sede Escola Silveira de Souza
Centro | Manhã, tarde e noite
2. Sede EBM Adotiva Liberato Valentim
Costeira do Pirajubáé | Noite
3. Sede EBM Donícia Maria da Costa
Saco Grande | Noite
4. Polo NETI - UFSC
Trindade | Manhã e tarde
5. Polo ASGF - Associação de Surdos da Grande Florianópolis
Centro | Manhã e noite
6. Polo Aflodef - Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
Agrônômica | Tarde
7. Polo ACMR - Associação de Coletores de Materiais Recicláveis
Itacorubi | Noite
8. Polo POP RUA
Instituto Arco-íris - Centro | Noite
9. Polo EBM José Jacinto Cardoso
Serrinha | Noite

Região Continental

1. Sede EBM Almirante Carvalho
Coqueiros | Noite
2. Polo PROEJA - IFSC
Câmpus Florianópolis Continente - Coqueiros | Noite
3. Polo Biblioteca Barreiros Filho
Estreito | Noite
4. Polo CEDEP
Monte Cristo | Noite
5. Polo FIGUEIRENSE - Projeto Floripa Gol de Letra
Estádio Orlando Scarpelli - Estreito | Noite
6. Polo Vila Aparecida
Casa da Comunidade - Vila Aparecida | Noite

Região Sul

1. Sede EBM Dilma Lúcia dos Santos
Armação do Pântano do Sul | Noite
2. Polo EBM Batista Pereira
Alto Ribeirão | Noite
3. Polo EBM João Gonçalves Pinheiro
Rio Tavares | Noite
4. Polo EBM José Amaro Cordeiro
Morro das Pedras | Noite
5. Polo AVAÍ - Projeto Floripa Gol de Letra
Escola Ildefonso Linhares - Carianos | Noite
6. Polo Tapera
Conselho Comunitário da Tapera | Noite

Departamento da Educação de Jovens, Adultos e Idosos | DEJA
(48) 3251-6102 | (48) 3212-0925



Fonte: Departamento de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – PMF.